



CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSUNÇÃO – UNIFAI
REVISTA LUMEN

**REVISTA LUMEN****ISSN: 2447-8717****Grão-Chanceler**

Cardeal Dom Odilo Pedro Scherer

Reitor

Prof. Dr. Pe. Edelcio Serafim Ottaviani

Vice-Reitora

Profª. Ma. Karen Ambra Cordeiro

Pró-Reitor Administrativo

Prof. Me. Pe. João Julio Farias Junior

Pró-Reitor Jurídico

Prof. Esp. Pe. José Rodolpho Perazzolo

Pró-Reitora Acadêmica

Profª. Ma. Denize Scivoletto Mazza Garcia

Secretário Geral

Adilson Cristiano Lana

Editor responsável

Prof. Dr. Sidnei Ferreira de Vares

Secretária da Revista Lumen

Profª. Drª. Vanessa Beatriz Bortulucce

Revisora

Joana Fátima Gonçalves (MTB 20.287/SP)

Diagramação e suporte técnico

Prof. Me. Cleber Cicero Magnagnagno

Conselho editorial

Profª. Dra. Carla Montuori Fernandes (Universidade Paulista – UNIP)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Riberi Lobo (Universidade São Judas Tadeu– UNIFAI)

Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos (Universidade Estadual de Goiás - UEG)

Prof. Dr. Flávio Rovani de Andrade (Universidade Federal do Piauí - UFPI)

Prof. Dr. Flávio Trovão (Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT)

Prof. Dr. Hermógenes Saviani Filho (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)

Prof. Dr. José Iesca Rodrigues (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)

Prof. Dr. José Renato Polli (Centro Universitário Anchieta – UNIANCHIETA)

Prof. Dr. Marcos Horácio Gomes Dias (Universidade São Judas Tadeu – USJT)

Profª. Dra. Maria Lúcia Salgado (Faculdade Paulista de Pesquisa e Ensino Superior – FAPPES)

Prof. Dr. Pedro Calixto (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG)

Periodicidade Semestral

Sobre a Revista

A Revista Lumen é uma publicação semestral de caráter multidisciplinar organizada pelo Centro Universitário Assunção – UNIFAI, que tem como objetivo divulgar o trabalho de docentes, pesquisadores e convidados de Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil e do exterior. A revista aceita trabalhos que não tenham sido publicados ou estejam em vias de publicação em outros periódicos, desde que atendam os seguintes requisitos:

- abordem, através de qualquer metodologia, temas relevantes nas áreas de ciências humanas, de forma aprofundada, revelando reflexão crítica;
- constituam ensaios bibliográficos, comunicações, resenhas, entrevistas, artigos, revisões bibliográficas e traduções;
- estejam adequados às normas de publicação da revista.

A publicação do material dependerá de sua pertinência e profundidade. Os trabalhos enviados à revista deverão ser analisados pela Comissão Editorial, que considerará a adequação da contribuição à linha editorial da revista. Tendo a Comissão Editorial analisado positivamente o material enviado, os originais serão submetidos à avaliação *ad-hoc* de, ao menos, dois pareceristas. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo das contribuições feitas pela Comissão Editorial e/ou pelos pareceristas serão previamente acordadas com os autores. Só serão aceitos textos escritos em português. Textos produzidos em outros idiomas deverão, portanto, ser traduzidos. Com efeito, a Comissão Editorial vê-se totalmente responsável por rejeitar trabalhos enviados que não se enquadrem em sua linha editorial, que técnica, estrutural e/ou teoricamente demonstrem fragilidades ou que, simplesmente, não atendam aos requisitos acima discriminados. Os trabalhos aprovados pela Comissão Editorial, pelos pareceristas e pelo Conselho Consultivo, seguirão para a publicação, respeitando, todavia, a ordem de publicação (número da revista) e, dependendo do tipo de trabalho enviado, a adequação ao tema geral do Dossiê. Destarte, o prazo máximo para a comunicação de resposta de aprovação ou rejeição do material enviado ao colaborador é de 90 dias, iniciando pela confirmação do recebimento do trabalho.

Normas para publicação

A *Revista Lumen* tem 5 seções temáticas: 1) **artigo**; 2) **entrevista**; 3) **resenha**; 4) **traduções**; 5) **ensaios**.

O número máximo de caracteres com espaços, incluindo notas de rodapé, deve corresponder a cada categoria:

- à para **artigo**, até 60 mil caracteres com espaços;
- à para **entrevista**, até 20 mil caracteres com espaços;
- à para **resenha**, até 10 mil caracteres com espaços (só serão aceitas resenhas de livros publicados nos últimos 5 anos ou que tenham grande relevância para a área de conhecimento a qual pertencem)
- à para **traduções** não há um limite de caracteres pré-definido, embora, no que se refere aos textos traduzidos recomenda-se concisão para não fugir ao padrão editorial.
- à para **ensaios** não há limite de caracteres pré-definidos, embora seja recomendado que o texto possua uma abordagem original e autoral.

Os autores deverão enviar o material para proposta obedecendo aos **parâmetros de formatação da Lumen**, com um currículo sintético, através do portal da revista, que pode ser acessado no endereço: <http://www.periodicos.unifai.edu.br>

Os artigos devem ser acompanhados de resumos em português e inglês (*abstracts*) podendo também incluir imagens, que serão distribuídas em, no máximo, duas páginas ao final do artigo.

Os textos serão enviados em arquivo no formato Microsoft Office Word 2003©, ou mais recente; e as imagens em arquivo JPG ou TIF.

Caso as imagens não estejam de acordo com os padrões exigidos para um resultado excelente, a editoria poderá alterar as dimensões indicadas para a reprodução, guardando o direito de não utilizá-las, em caso de inadequação completa; também poderá transformar imagens coloridas em preto-e-branco, para assim publicá-las.

A simples remessa de originais implica a autorização para publicá-los.

O mérito dos textos propostos será julgado pelos editores da *Lumen* e por dois pareceristas da área, tendo como critérios mais relevantes a originalidade do conteúdo e a sua compatibilidade com os estudos das áreas pertinentes.

Parâmetros de formatação

1. O texto deve estar em fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1,5. Os resumos e *abstracts* devem ter, em média, cem palavras. O resumo e o *abstract* também devem apresentar de três a cinco palavras-chave e *keywords*. O título do artigo deve estar em negrito e, também, deve ser apresentado em caixa alta, tamanho 12. Os intertítulos devem ser apresentados em negrito, tamanho 12, com caixa alta somente no início da palavra.
2. As referências bibliográficas completas deverão aparecer ao final do texto – portanto, quando uma referência bibliográfica aparecer pela primeira vez, citá-la no corpo do texto, entre parênteses, logo após a citação. Em citações literais, deverá aparecer da seguinte forma: (Autor, ano, página). Em citações não literais, a referência deverá ser feita da seguinte forma: (Autor, ano).
3. O uso de notas de rodapé será válido somente para inserção de informações complementares ou para apresentação de trecho na língua original, quando traduzido no corpo do texto. As notas devem aparecer em pé de página (rodapé) e indicadas por algarismos arábicos em ordem crescente.
4. Quando inseridas no corpo do texto, as transcrições devem ser destacadas entre aspas duplas (havendo aspas no texto original, elas se transformarão em aspas simples). Quando a transcrição tiver três linhas completas ou mais, deverá ter o parágrafo recuado à esquerda, letra tamanho 10 e espaço simples, sem aspas. O itálico deve ser usado somente nos títulos de obras, em expressões estrangeiras ou termos em destaque.
5. As imagens não devem ser inseridas no arquivo do texto. Deverão ser enviadas cada uma em arquivo separado (no formato TIF ou JPG), em baixa resolução, para o processo de seleção. As imagens serão indicadas no corpo do texto entre colchetes: Ex: [Fig. 1], [Fig 2], [Fig 3], e assim por diante. Cada arquivo de imagem deve indicar no nome essa numeração, sem os colchetes.
6. Após a aprovação do artigo, o autor deverá enviar, imediatamente, as imagens com alta resolução, para serem publicadas. Devem ter, no mínimo, 300 dpi e dimensões compatíveis com o tamanho no qual ela será reproduzida.
7. Em arquivo separado, contendo o título do artigo, o autor fará uma lista das legendas de todas as imagens, segundo sua numeração. A imagem ou figura deve apresentar uma legenda que deve trazer, na ordem: título da imagem. Crédito fotográfico ou Procedência: (referência à publicação e página da qual foi capturada a imagem).

Para citação nas notas

Livro:

SOBRENOME, Nome. Título em itálico. Local de publicação: Editora, ano de publicação.

* Caso haja outra edição do mesmo livro, esta deve ser indicada logo após o título.

Coletânea:

SOBRENOME, Nome. “Título do capítulo entre aspas”. In: SOBRENOME, Nome (Org.) Título em itálico. Local de publicação: Editora, ano de publicação.

Artigo:

SOBRENOME, Nome. “Título do artigo entre aspas”. Título do periódico em itálico. Local de publicação, volume, número do periódico, mês (abreviado) e ano de publicação.

* No caso de jornal, indicar também o dia antes do mês.

Trabalho acadêmico:

SOBRENOME, Nome. Título do trabalho em itálico: subtítulo. (tipo de trabalho: tese, dissertação ou monografia) Vinculação acadêmica, (Orientação), local e data da apresentação ou defesa.

Documentos eletrônicos:

AUTOR(ES). Denominação ou Título: subtítulo. Indicações de responsabilidade. Data. Informações sobre a descrição do meio ou suporte.

Obs.: Para documentos on-line, são essenciais as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre os sinais < >, precedido da expressão “disponível em”: e a data e horário do acesso ao documento, precedida da expressão “acesso em”.

Editorial

A *Revista Lumen*, fundada em 1994, durante anos cumpriu o importante papel de difundir a produção acadêmica no Brasil, dando espaço tanto aos professores do Centro Universitário Assunção – UNIFAI, instituição à qual está vinculada, quanto aos colaboradores externos. Foram mais de 30 números publicados desde então, dois a cada semestre. Todavia, a revista encerrou sua atividade no ano de 2009. Em 2011, com a ascensão da nova reitoria, representada pelo Magnífico Reitor Prof. Dr. Pe. Edelcio Serafim Ottaviani, houve a preocupação de resgatar este veículo de difusão do conhecimento acadêmico, bem como em estimular os professores da instituição à prática da pesquisa e da produção acadêmica de qualidade.

Como é do conhecimento de todos, reflexões e debates acadêmicos, cada vez mais, assumem importância fundamental face às rápidas transformações do mundo contemporâneo. A universidade, portanto, tem o compromisso com a promoção de leituras e análises mais abrangentes que, promovendo novos questionamentos teórico-metodológicos, deem conta de compreender estes processos. Afinal, se o ensino, a extensão e a pesquisa constituem o tripé sob o qual se assentam as instituições de ensino superior, cabe ao Centro Universitário Assunção – UNIFAI dar a sua parcela de contribuição para o avanço da pesquisa acadêmica no Brasil.

O ano de 2015, portanto, demarca um novo momento dessa história. Reitoria, pró-reitoria acadêmica, coordenadores de curso e professores decidem trabalhar em torno de um projeto de reativação da *Revista Lumen*. Este projeto, que já vem sendo discutido há meses, vê-se, agora, concluído. O saldo, sem dúvida positivo, pode ser enfim avistado. Em um novo formato, virtual, a *Revista Lumen* reinicia seus trabalhos com o objetivo de dar voz aos pesquisadores de todo Brasil e, quiçá, aos pesquisadores estrangeiros que queiram colaborar conosco. Estruturada, pois, em torno de um tema geral, que compõe o dossiê, mas também aberta a artigos livres, resenhas, traduções e entrevistas, a versão virtual da *Revista Lumen* recomeça sua missão acerca da difusão científica. Destarte, é com enorme alegria que seus editores, Prof. Dr. Sidnei Ferreira de Vares e Prof^a. Dr^a. Vanessa Beatriz Bortulucce, apresentam o terceiro número da *Revista Lumen*.

*Boa leitura a todos,
Os editores.*

Apresentação

Neste terceiro número da Revista Lumen, procuramos enfatizar artigos e ensaios que dialoguem diretamente com o tema do dossiê, “Os sentidos da crise brasileira: cultura, economia e política”. Nossos colaboradores, alguns deles conhecidos no universo da ciência política, foram fundamentais para a consecução desta edição.

O primeiro artigo da referida seção, “A crise política no neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia”, de Armando Boito Jr., aborda uma questão crucial para o entendimento do contexto político brasileiro atual, a saber, o esgotamento das práticas neodesenvolvimentistas, em especial na área econômica, e seu impacto sobre as frágeis instituições democráticas.

O segundo artigo, “Confluências políticas da pequena burguesia: o antipetismo de direita e de esquerda”, de César Mangolin, versa sobre como a resistência média, tanto à direita quanto à esquerda, ao petismo, culminou no golpe que derrubou o governo de Dilma Rousseff.

O terceiro, “Estado de exceção e democracia fragmentada no Brasil: um breve ensaio a respeito do ‘golpeachment’ de 2016”, de Wellington Fontes Menezes, constitui um estudo acerca das condições impostas por uma nova dinâmica em que a democracia, subjugada, desembocou em um estado de exceção. Para fazer valer suas ideias, o autor retorna às lições de Carl Schmitt e às considerações mais contemporâneas de Giorgio Agamben, visando, pois, ao entendimento e à formulação de um novo paradigma de atuação que não é inscrita na lei, mas que está atuante dentro uma zona intermediária entre a democracia e o absolutismo. Com efeito, em sua ótica, um novo momento da vida nacional brasileira se inicia com a consolidação de mais um golpe de estado após um intenso processo de articulação política de grupos de interesses para a deposição da presidente Dilma Rousseff em agosto de 2016.

No quarto artigo, “O pêndulo brasileiro: até quando?”, Danilo Enrico Martuscelli, a partir da metáfora do pêndulo, apresenta o constante descompasso de uma abordagem político-econômica que ora privilegiaria o capital estrangeiro ora privilegiaria as políticas sociais, de tal modo que o autor se questiona sobre a possibilidade de equacionar esse paradoxo na figura do pêndulo em repouso.

Numa abordagem que, tal como faz Martuscelli, se apresenta como ensaística, o último artigo, “Lava-jato, classe média e burocracia de Estado”, Armando Boito Jr. fecha o dossiê sobre os sentidos da crise brasileira. O propósito aqui é analisar o papel da operação Lava-Jato à luz da teoria do Estado capitalista e das classes sociais. O autor defende que “os dirigentes da operação Lava Jato agem, ao mesmo tempo, como integrantes e como representantes políticos da fração

superior da classe média e, também, como burocratas do Estado inseridos num ramo específico desse aparelho cuja função particular é a de zelar pela manutenção da ordem capitalista”. Sem meias palavras, Boito explicita o caráter parcial e tendencioso que justificaria as razões pela qual a classe média é sensível à ideologia meritocrática.

Na seção dedicada aos artigos livres, Edner Morelli presenteia o leitor com o artigo “Raduan Nassar: entre o silêncio e o poético”, em que analisa parte da obra deste importante escritor brasileiro contemporâneo, focando, sobretudo, em suas ideias acerca da Literatura e do fazer literário.

Fechando esta terceira edição da Revista Lumen, o artigo “Educar é construir imagens: contribuição do cinema para um ensino jurídico de qualidade”, de José Rubens Demoro de Almeida, reflete sobre a importância do cinema enquanto instrumento didático e pedagógico para o professor de Direito, rompendo com as práticas formalistas e ritualistas que, infelizmente, ainda são bastante comuns nas aulas dessa área do conhecimento.

SUMÁRIO

Dossiê – Os sentidos da crise brasileira: cultura, economia e política

A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia.....
Armando Boito Jr

Confluências políticas da pequena burguesia: o antipetismo de direita e de esquerda.....
Cesar Mangolin

Estado de exceção e democracia fragmentada no Brasil: um breve ensaio a respeito do “golpeachment” de 2016.....
Wellington Fontes Menezes

O pêndulo brasileiro: até quando?.....
Danilo Enrico Martuscelli

Lava-jato, classe média e burocracia de Estado.....
Armando Boito Jr

Artigos livres

Raduan Nassar: entre o silêncio e o poético.....
Edner Morelli

Educar é construir imagens: contribuição do cinema para um ensino jurídico de qualidade.....
José Rubens Demoro Almeida

DOSSIÊ

Os sentidos da crise brasileira: cultura, economia e política

A CRISE POLÍTICA DO NEODESENVOLVIMENTISMO E A INSTABILIDADE DA DEMOCRACIA *

*Armando Boito Jr***

Resumo: O artigo sustenta que a crise política atual é uma crise da política neodesenvolvimentista e que ela foi provocada, fundamentalmente, pela ofensiva restauradora do campo político neoliberal ortodoxo, e não pelo ascenso do movimento popular. Mostra também que a crise da política neodesenvolvimentista convive com uma situação de instabilidade do presidencialismo autoritário e da democracia.

Palavras-chave: crise política, neodesenvolvimentismo, governo Dilma, PT, impeachment.

Abstract: This article argues that the current political crisis is a crisis of neo-developmentism policy and that it was brought primarily by the offensive of the orthodox neoliberal political field, not by the rise of the popular movement. It also shows that the crisis of developmentism policy coexists with a situation of instability of the authoritarian presidential system and democracy.

Keywords: political crisis, neo-developmentism, Dilma government, PT, impeachment.

1. A crise política

A crise política atual é a crise do governo neodesenvolvimentista de Dilma Rousseff. Exacerbaram-se contradições já presentes no processo político brasileiro, surgiram contradições novas e consolidou-se uma força política organizada com capacidade para depor o governo. Essa crise foi provocada, fundamentalmente, pela forte ofensiva restauradora do campo neoliberal ortodoxo que pretende iniciar uma nova onda de reformas neoliberais no Brasil (Saad-Filho e Boito, 2016). Esse ponto é importante: a crise não foi provocada pela luta operária e popular. Embora essa luta seja um componente importante da crise política, ela está longe de ser o seu componente

* Artigo redigido em novembro de 2015 e publicado na revista *Crítica Marxista* número 42, maio de 2016. Pp. 155-163.

** Professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp. Email: armando.boito@gmail.com

principal. Apenas o campo neoliberal ortodoxo adquiriu condições de ocupar o poder governamental no caso de ocorrer a deposição da presidente.

O campo neodesenvolvimentista e o campo neoliberal ortodoxo não são agrupamentos com composição social aleatória e que teriam como principal fator de coesão a crença em doutrinas econômicas rivais. A aplicação da plataforma neodesenvolvimentista contempla prioritariamente os interesses da grande burguesia interna, enquanto a aplicação das propostas neoliberais contempla as demandas do capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele integrada. Cada uma dessas grandes frações burguesas arregimentou aliados nas classes dominadas. A política neodesenvolvimentista da grande burguesia interna contempla, de maneira periférica, algumas reivindicações de segmentos do operariado, da baixa classe média, de trabalhadores rurais da agricultura familiar e de trabalhadores da massa marginal, segmentos com os quais formou uma frente política policlassista, ampla, heterogênea e contraditória que denomino frente neodesenvolvimentista. Essa frente disputa com o campo formado pelo grande capital internacional, pela fração da burguesia brasileira integrada a esse capital e pela fração superior da classe média, que é o campo neoliberal ortodoxo, o controle da política econômica, da política social e da política externa do Estado brasileiro (Boito, 2012; Boito e Berringer, 2013). Os governos apoiados no PT representam o campo neodesenvolvimentista, do mesmo modo que os governos apoiados no PSDB representaram o campo neoliberal ortodoxo.

A crise política atual está abalando essa divisão de campos que prevaleceu no período recente da política brasileira. A linha divisória entre, de um lado, as classes e frações de classe alinhadas no campo neodesenvolvimentista e, de outro, as classes e frações alinhadas no campo neoliberal ortodoxo, que nunca foi uma linha reta e rígida, tornou-se, com a crise, sinuosa e maleável e essa mudança se deu de modo a aumentar a força do campo neoliberal ortodoxo. No topo da frente neodesenvolvimentista, sempre se mantivera aceso o conflito entre o capital bancário nacional e o capital produtivo nacional; no conjunto da frente, também permanecera ativo o conflito entre as reivindicações das massas trabalhadoras – salário, direitos trabalhistas, terra – e os interesses de variados segmentos da grande burguesia interna. Contudo, até há pouco, a unidade da frente neodesenvolvimentista vinha prevalecendo claramente sobre os seus conflitos internos. Na crise, essa unidade se encontra minada.

Não se pense, convém alertar, que o outro campo está livre de contradições. A alta classe média acomoda-se com alguma dificuldade na frente neoliberal ortodoxa. A

política fiscal ortodoxa, que caracteriza o neoliberalismo puro e duro, golpeia também a alta classe média – de maneira imediata golpeia o alto funcionalismo público, segmento importante dessa fração de classe. Do mesmo modo que ocorreu com a inserção das classes populares na frente política neodesenvolvimentista, a inserção da alta classe média no campo neoliberal ortodoxo deu-se, em boa medida, pelas características da conjuntura ideológica e pelas exigências da correlação política de forças.

Contudo, foram as contradições internas da frente neodesenvolvimentista que se exacerbaram na crise, enquanto o campo neoliberal ortodoxo preservou a sua unidade e ganhou novos adeptos. De fato, como resultado da degradação da situação econômica, cuja responsabilidade pode, independentemente de consideração de mérito, ser atribuída ao governo do momento; como resultado da ofensiva restauradora do capital internacional e como resultado, também, do recuo da política econômica e social do governo Dilma Rousseff, segmentos do topo e da base do campo neodesenvolvimentista passaram a oscilar politicamente, foram neutralizados ou se bandearam para o lado do campo neoliberal ortodoxo. Importantes associações corporativas da grande burguesia interna – Fiesp, Sinaval, Abdib, Abimaq, Abiquim e outras – assumem uma posição ambígua: chegam a admitir a necessidade de algum ajuste fiscal mas, ao mesmo tempo, protestam contra as medidas de ajuste; setores importantes do movimento sindical, como a central Força Sindical, ao mesmo tempo em que protestam contra o ajuste aproximam-se da oposição neoliberal; no Congresso, partidos que compunham a base de apoio do governo dividiram-se ou bandearam-se para a oposição. A sustentação do governo Dilma Rousseff ficou comprometida.

2. A ofensiva burguesa neoliberal

Alguns analistas da política brasileira destacaram que o primeiro biênio do primeiro mandato de Dilma Rousseff caracterizou-se por uma ofensiva da política neodesenvolvimentista. André Singer dedicou a essa ofensiva um estudo recente e instrutivo (Singer, 2015). O governo Dilma não eliminou os pilares do modelo capitalista neoliberal que impedem a implantação de uma política desenvolvimentista estrito senso, mas, como o seu predecessor, tomou medidas visando a atenuar os efeitos negativos desse modelo sobre o crescimento econômico. De fato, os anos de 2011 e 2012 ficaram marcados, na política econômica e social, por medidas visando, por intermédio da intervenção do Estado na economia, estimular o crescimento econômico

– redução da Selic, do *spread*, desvalorização do real, ampliação da política de conteúdo local, isenções fiscais para capital produtivo e outras. O então Ministro da Fazenda, Guido Mantega, resumiu essa nova orientação cunhando a expressão “nova matriz de política econômica”.

Parece-nos possível sustentar a tese de que essa nova matriz representava não apenas uma radicalização da política neodesenvolvimentista, mas também uma alteração no interior dessa política. Era a tentativa de beneficiar o segmento produtivo da grande burguesia interna em detrimento dos interesses do seu segmento bancário. Ou seja, essa política aprofundou um conflito que sempre esteve presente na grande burguesia interna e, ao mesmo tempo, despertou a reação do capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele integrada. Foram essas forças que iniciaram uma ofensiva contra o Governo Dilma no início de 2013. As agências internacionais, as agências de avaliação de risco, a imprensa conservadora da Europa e dos Estados Unidos, a grande mídia local, os partidos burgueses de oposição ao governo, a alta classe média e algumas das instituições do Estado que abrigam esse segmento social entraram na luta contra a política do Ministro da Fazenda. Grande parte dessa luta concentrou-se na denúncia superlativa da inflação e no ataque à corrupção na Petrobras, isto é, tratou de agitar bandeiras que pudessem contar com algum apoio popular.

2.1 A participação da alta classe média

Um capítulo importante da ofensiva política restauradora e da crise que dela resultou é a ação política da alta classe média.

Em primeiro lugar, essa ação tem propiciado uma ampla e ativa base de massa para a ofensiva restauradora da burguesia internacionalizada. Centenas de milhares de manifestantes mobilizaram-se nas principais cidades do país em fevereiro, março, abril e agosto de 2015. Os protestos convergiram para a demanda de impeachment da presidente Dilma. Ocorreram, também, inúmeros “panelaços”. Todas as informações disponíveis sobre tais ações de protestos comprovam que eles são, de forma amplamente majoritária, ações da classe média abastada. Tais ações não são controladas pela burguesia internacionalizada e, justamente por isso, entretêm uma relação difícil com a direção do PSDB; elas funcionam, contudo, como principal instrumento de legitimação da ofensiva burguesa restauradora.

Em segundo lugar, a alta classe média age, também, por intermédio de importantes instituições do Estado contra o partido do governo e contra o próprio governo neodesenvolvimentista. A alta classe média dispõe de uma posição estratégica no Judiciário, no Ministério Público e na Polícia Federal. Os funcionários que ocupam a cúpula dessas instituições – juízes, procuradores, desembargadores, defensores públicos, delegados e outros – gozam de salários e de condições de trabalho inigualáveis no setor público brasileiro. Ademais, temos de considerar a função de tais instituições no seio do Estado. Elas representam aquilo que Pierre Bourdieu (1998) denominou “a mão direita” do Estado. Isto é, o ramo do Estado incumbido de manter a lei e a ordem capitalista. Seja por seu pertencimento de classe, seja por sua alocação nesse ramo da burocracia do Estado, os funcionários que dirigem tais instituições assumem uma posição militante contra a política social do neodesenvolvimentismo. O PT, como tem ocorrido com os partidos de perfil socialdemocrata, enveredou para a prática do nepotismo e da corrupção, principalmente voltada para o financiamento privado e ilegal das campanhas eleitorais e para a conquista de apoio no Congresso. Os altos funcionários do Ministério Público, da Polícia Federal e do Judiciário valem-se dessa prática corrupta para, de maneira unilateral, denunciar, investigar e julgar quase que exclusivamente as práticas de corrupção cometidas pelo PT e pelos seus aliados.

É certo que os governos neodesenvolvimentistas reabriram os concursos públicos, ampliaram a autonomia do Ministério Público e não agiram contra os privilégios de nenhum desses funcionários. Porém, os principais aspectos da política social do neodesenvolvimentismo ferem interesses econômicos e valores do conjunto da alta classe média, tanto do setor público quanto do setor privado, e são percebidos como uma ameaça por esse setor social. Os programas de transferência de renda para a população em situação precária, as quotas raciais e sociais nas universidades e no serviço público, a extensão dos direitos trabalhistas às empregadas e empregados domésticos, a recuperação do salário mínimo, essas e outras medidas são vistas pela alta classe média como uma conta que ela deverá pagar por intermédio dos impostos que lhe são cobrados, como uma ameaça à reserva de mercado que os seus filhos ainda detêm nos cursos mais cobiçados das grandes universidades e nos cargos superiores do serviço público, como afrontas aos valores da ideologia meritocrática – tão cara aos profissionais com diploma universitário –, como uma intromissão nas relações autoritárias e paternalistas que as famílias de classe média mantêm com os seus funcionários domésticos e como medidas indesejáveis por possibilitar que espaços e

instituições anteriormente reservados à alta classe média fossem “invadidos” por indivíduos pertencentes aos setores populares.

A política de ordem dos governos petistas também incomoda a alta classe média. Ela está aquém da dureza que delegados, procuradores e juízes gostariam, como funcionários da ordem, que fosse implementada. Os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff mantiveram a ordem capitalista e a repressão à luta popular. Ocorre que, na comparação com a política repressiva dos governos do campo neoliberal ortodoxo, a política de ordem dos governos do PT aparece, aos olhos da alta classe média, como uma política demasiado tolerante.

2.2 A presença das classes trabalhadoras

A luta popular também contribuiu para o surgimento da crise, mas desempenhou um papel secundário se comparado ao papel da ofensiva neoliberal restauradora. Para utilizarmos a conceituação conhecida de Mao Zedong, a contradição principal que determinou a crise foi a que opõe o conjunto do campo neoliberal ortodoxo frente à política neodesenvolvimentista. A contradição entre as classes trabalhadoras e a burguesia participou da crise na condição de contradição secundária – não porque dissesse respeito a disputas de menor importância para a vida de milhões de brasileiros, mas exatamente porque a luta operária e popular é, ainda, uma luta reivindicativa e segmentada.

A ofensiva neoliberal restauradora iniciou-se antes das manifestações de junho de 2013 e, ao contrário dessas últimas, sempre teve clareza política e força suficiente para eleger como alvo a conquista do poder governamental, de tal modo que, após breve hesitação inicial, a ofensiva restauradora do campo neoliberal ortodoxo passou a estimular as manifestações de rua de modo a canalizá-las para o objetivo de derrotar eleitoralmente o governo Dilma. A heterogeneidade e a acefalia política das manifestações facilitaram esse trabalho da reação. Em 2014, ano da eleição presidencial, a grande imprensa passou a estimular novamente as manifestações, direcionando-as, agora, contra a Copa do Mundo de Futebol – posição que, muito sintomaticamente, a imprensa não assume neste ano de 2015 diante de evento similar que é a Olimpíada do Rio de Janeiro. As manifestações de junho de 2013 são um componente da crise por terem afastado grande parte da baixa classe média – que fora

beneficiada pela forte expansão do ensino universitário promovida pelo neodesenvolvimentismo – do próprio governo neodesenvolvimentista. De fato, as pesquisas indicam que nessas manifestações predominavam jovens, com ensino superior e renda média ou baixa, decepcionados com o emprego de baixa qualidade que a economia lhes oferecia a despeito de eles terem obtido um diploma de curso superior (Ridenti, 2013).

O movimento sindical cresceu muito no período da política neodesenvolvimentista. Dois indicadores bem simples atestam a veracidade dessa afirmação: se em 2003, ocorreram cerca de 300 greves, dez anos depois, graças a um crescimento gradativo e regular, os trabalhadores atingiram a marca de mais de 2.000 greves no ano; se também, no ano de 2003, apenas 18% dos acordos e convenções coletivas chegaram a obter aumento real de salário, dez anos depois, nada menos que 95% desses acordos e convenções obtiveram aumento acima da inflação. Esse assenso, contudo, não representou um crescimento político do movimento sindical. A luta manteve-se no plano estritamente reivindicativo e segmentada por categorias. As conquistas sindicais, ao aumentarem os custos salariais das empresas, não foram bem recebidas pela grande burguesia interna, porém não há indícios de que tais conquistas tenham implodido a frente política neodesenvolvimentista. O que ocorreu claramente foi a defecção de parte do sindicalismo da frente neodesenvolvimentista. A insatisfação no movimento sindical proveio do fato de o neodesenvolvimentismo ter ignorado demandas históricas do movimento sindical – redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas, regulamentação restrita da terceirização, fim do fator previdenciário e outras. Majoritariamente, essa defecção foi atraída pelo campo neoliberal ortodoxo.

3. A instabilidade da democracia

A crise do governo está associada a uma situação de instabilidade do presidencialismo brasileiro e da própria democracia burguesa vigente no Brasil.

A situação de instabilidade, tal qual a situação de crise, caracteriza-se pelo surgimento de obstáculos importantes na reprodução de uma dada estrutura ou instituição política – um Estado, um regime político ou um governo –, mas, diferentemente do que ocorre numa situação de crise, na situação de instabilidade não há uma força política organizada *capaz de e disposta a* substituir a instituição cuja

reprodução mostra-se claudicante por outra que ocupe o seu lugar. A situação de instabilidade está aquém da situação de crise.

O Executivo Federal, no regime que poderíamos denominar presidencialista autoritário, controla a atividade legislativa (Torre, 1996; Saes, 2001). Esse controle deixou de existir desde a derrota do governo Dilma na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados. Tal instabilidade institucional está vinculada à ofensiva restauradora do campo neoliberal ortodoxo, mas é algo mais que a sua mera faceta institucional. A insubmissão do Congresso Nacional é promovida, evidentemente, pelas forças neoliberais, mas também pela resistência ao ajuste fiscal e pela guerra declarada pela bancada evangélica e conservadora contra os movimentos feminista e LGBT.

Presenciamos, ainda, uma situação de instabilidade da democracia burguesa vigente no Brasil. Essa é uma democracia limitada. Já nos referimos ao presidencialismo autoritário que esvazia a função legislativa e representativa do Congresso Nacional. Caberia acrescentar a precariedade das liberdades democráticas: inexistência de liberdade de organização sindical, aparelhos repressivos do Estado e mesmo milícias privadas agindo por conta própria contra a população trabalhadora nos bairros populares e nas regiões rurais e a existência de uma mídia extremamente concentrada e desregulamentada. A instabilidade dessa democracia é visível numa conjuntura em que presenciamos sucessivas tentativas de revogar o veredicto dado pelas urnas em outubro de 2014. São ações com argumentos, trâmites e instâncias os mais diversos, cujos únicos pontos em comum residem no desprezo pela regra democrática da vontade da maioria e no objetivo de depor o governo. Tais ações indicam o desapego da oposição burguesa às instituições e aos valores democráticos. Ainda não há uma crise da democracia porque, até aqui, a proposta de implantação de um regime ditatorial é muito minoritária no campo opositor, situação que difere da conjuntura em que se deu o golpe militar de 1964.

4. A reação do governo e o movimento popular

Diante da ofensiva política restauradora das forças que integram o campo neoliberal ortodoxo, o governo Dilma Rousseff optou por uma política de recuo e não de resistência. Aplica o ajuste fiscal, que é parte importante do programa da oposição

burguesa neoliberal, e não toma a iniciativa de mobilizar os setores populares sequer para defender o próprio mandato.

Nessa situação, o campo socialista e popular tem, em primeiro lugar, de travar uma luta defensiva. Essa luta comporta dois objetivos cuja relação é complexa e pode se tornar contraditória. É preciso, de um lado, resistir à política de ajuste fiscal do governo e, de outro, defender a democracia e, portanto, o mandato que o governo conquistou nas urnas. Se, temendo favorecer a reação, decidir manter-se neutro diante do ajuste, estará abrindo mão da defesa de interesses elementares das classes populares; se, alegando o recuo conservador do governo Dilma, se propuser a lutar, aqui e agora, pela constituição de um poder popular, produzirá como único resultado prático, dada a atual correlação de forças, o avanço da reação. É certo, contudo, que a política de defesa do mandato tem limite. Se o governo mantiver a orientação de se defender do processo de impedimento apenas no âmbito das instituições do Estado e se mantiver a política de ajuste fiscal, a defesa do mandato da presidente poderá se ver comprometida.

Em segundo lugar, o campo socialista e popular precisa apresentar a sua proposta para a situação de instabilidade que afeta a democracia limitada e o presidencialismo autoritário vigentes no Brasil. É necessário propagandear e agitar uma proposta que aponte para uma ofensiva. A palavra-de-ordem da Constituinte exclusiva e soberana para a reforma do sistema político pode ser a resposta que, se vitoriosa, poderá permitir o aprofundamento da democracia no Brasil, desbloqueando o caminho para as reformas exigidas pelo movimento popular.

Referências bibliográficas

BOITO Jr., Armando. *As bases políticas do neodesenvolvimentismo*. Fórum Econômico da FGV-SP. 2012. <<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>

BOITO Jr., Armando e BERRINGER, Tatiana. “Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política*, no.47. pp. 94-109. 2013

BOURDIEU, Pierre. *Contre-feux*. Propos pour servir à la résistance contre l’invasion néo-libérale. Paris, Raisons d’Agir, 1998.

RIDENTI, Marcelo. Que juventude é essa?. *Folha de S. Paulo*, 26 de junho de 2013.

SAAD-FILHO, Alfredo e BOITO, Armando. Brazil: The Failure of the PT and the Rise of the 'New Right'. *Socialist Register*, v. 52, pp. 213-230. 2016. <<http://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/25598#.VjPA7erQdU>>.

SAES, Décio. A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In: Décio Saes, *República do capital. Capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo. 2001.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas – o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos Cebrap*, n. 102. Pp. 43-71. 2015.

TORRE, Juan Carlo. O encaminhamento político das reformas estruturais. *Lua Nova*, n. 37. Pp. 65-82. 1996.

CONFLUÊNCIAS POLÍTICAS DA PEQUENA BURGUESIA: O ANTIPETISMO DE DIREITA E DE ESQUERDA

*Cesar Mangolin**

Resumo: O artigo pretende contribuir com a análise do processo que culminou no golpe que derrubou o governo da presidenta Dilma Rousseff e na sua caracterização de classe e, particularmente, expor em linhas gerais duas expressões políticas da ideologia pequeno burguesa que estiveram na base do apoio ao golpe, uma do campo da direita e outra do campo da esquerda.

Palavras-chave: Direita, Esquerdismo, Golpe de Estado.

Abstract: The article intends to contribute with the analysis of the process that culminated in the coup that overthrew the government of the president Dilma Rousseff and in its characterization of class and, in particular, to expose broadly two political expressions of the petty bourgeois ideology that were the basis of the support to the coup , One from the right field and one from the left field.

Keywords: Right, Leftism, Coup d'etat.

Introdução

Muitos artigos e já alguns livros têm surgido analisando a composição de classe do golpe e muitos ainda aparecerão por décadas, e nosso artigo não pretende, obviamente, fazer a análise de todos os seus aspectos. Nossa intenção é, primeiro, esboçar uma caracterização geral do golpe em andamento e, depois, tratar do papel político dos setores médios ou da pequena burguesia¹, que se distinguirá ideologicamente em duas posições opostas em alguns pontos e confluentes em outros tantos: a primeira, aquela da nova militância e de

* Doutor em Filosofia (Unicamp), professor da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES).

¹ Optamos por não poluir o texto com citações diversas exatamente para procurar dar conta da dinâmica histórica recente. Mas deixamos explícito nosso referencial sobre a definição de pequena burguesia nos sentidos político e econômico e suas disposições ideológicas: para o aprofundamento **conceitual, ver** nas referências bibliográficas as obras de Poulantzas, (1968 e 1972).

organizações da direita; a segunda, a militância e as organizações esquerdistas, no sentido pejorativo do termo, como foi atribuído por Lênin em seu célebre *A doença infantil do “esquerdismo” no comunismo* (1980).

Pensar criticamente as características opostas e ao mesmo tempo confluentes dessas duas posições políticas da nossa conjuntura não elimina, obviamente, todas as possibilidades de análise do papel da pequena burguesia e suas camadas no processo do golpe que, aliás, é um trabalho teórico que precisa ser feito com a devida profundidade. Para que fique bastante claro e bem recortado, nosso objeto de análise são os movimentos, agrupamentos e partidos do campo político da direita e da esquerda, que foram levados à unidade por suas disposições diante dos governos petistas (mais propriamente, do ciclo de governos do PT e não apenas dos mandatos da presidenta Dilma Rousseff), que denominamos como um *antipetismo de direita* e um *antipetismo de esquerda*.

Para tanto, dividimos nosso artigo em duas partes, seguidas de rápidas considerações finais: na primeira parte, ensaiaremos uma rápida caracterização geral do golpe e de seu caráter de classe; depois, na segunda parte, pensaremos nos argumentos que nos permitem tratar grupos aparentemente (e em alguns aspectos de fato) antagônicos como uma unidade para, por fim, tratarmos das características do antipetismo de direita e do de esquerda.

1. O golpe e seu caráter de classe

O segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, conquistado por votação direta em 2014, foi interrompido por um golpe em 2016.

Compreender a composição das forças políticas que se articularam a favor e contra o golpe e, de outro lado, os limites das forças políticas que pretenderam impedir o golpe e que ainda se batem contra ele é um trabalho teórico imprescindível para que haja a correta compreensão do processo, da sua dinâmica e das suas contradições. Podemos afirmar que o golpe ainda está em curso e que há contradições no interior das forças golpistas que disputam seus resultados. Tal análise depende sempre da identificação das classes e frações de classe em luta e da capacidade de cada fração, na luta por seus interesses específicos, de estabelecer alianças pontuais ou mais duradouras com outras frações.

No caso em questão, sabemos da confluência de interesses no sentido do golpe de frações do grande capital financeiro, das corporações petrolíferas internacionais, do imperialismo estadunidense (incomodado pela política externa brasileira e pela participação

do país no BRICS), das grandes empresas da comunicação e de uma parte considerável de partidos e políticos brasileiros que, de um lado, utilizou do expediente golpista para bloquear um ciclo de governos e um projeto que não foi derrotado nas urnas, portanto, pelas vias legais e, de outro lado, bloqueou um ciclo de governos que ameaçava constantemente os interesses de uma política fisiológica e secularmente antipopular. Estão presentes neste parágrafo, portanto, duas compreensões fundamentais do processo que nos servem de base para qualquer análise, que podemos sintetizar da seguinte maneira: 1) a derrubada da presidenta Dilma Rousseff foi um golpe e um atentado perigoso à nossa frágil democracia, ainda que limitada pela ordem burguesa; 2) o governo foi derrubado por seus méritos, não por seus problemas objetivos e muito menos por aqueles forjados pela sanha golpista midiática e de toga.

Mas ainda há mais um elemento necessário da análise. Identificar as classes e frações de classes que, por interesses diversos, se reúnem numa unidade para organizar e desfechar o golpe exige ainda pensar na sua base social, forjada por disposições político-ideológicas oriundas do seu lugar nas relações sociais e mobilizada pelas intensas campanhas da TV, revistas e jornais. Por base social compreendemos aqueles setores que se dispuseram a encarar a tarefa do golpe como uma causa que possuía um sentido mais ou menos claro, ainda que resultado das deformações e deturpações de toda ordem. Setores da população brasileira (para usar ainda um termo genérico, mas aproximativo) que não possuem interesses diretos no processo de golpe, como as vantagens econômicas das frações da classe burguesa, preteridas no ciclo de governos do PT em favor de uma burguesia interna, ligada à construção civil e pesada, que é punida com a prisão após o golpe (cf. Boito, 2016). Ora, se afirmamos que há setores dispostos à luta contra o governo federal que não se beneficiam diretamente e não se movimentam conscientemente por ter como causa seus interesses econômicos, estamos dizendo que a análise somente pode ser completa caso pensemos nas disposições ideológicas que tornam parte da população a base social ou a massa própria de manobra para que aqueles interesses difusos de frações de classes distintas se realizem através do golpe. Falamos particularmente nesse caso da pequena burguesia, ou dos setores médios, ou ainda, classe média, como alguns preferem.

2. A pequena burguesia e a oposição ao governo Dilma

2.1. A unidade dos contrários

O que permite pensar uma unidade, ainda que manifestamente esses grupos sejam contrários em termos de princípios e objetivos estratégicos? Lembremos que temos nos dois extremos posições de grupos que se assumem neonazistas e, de outro lado, a autointitulada esquerda revolucionária, dispersa em pequenos partidos, coletivos, etc.. A unidade de grupos aparentemente tão distintos pode ser verificada em pelo menos dois aspectos: primeiro, a oposição radical e a avaliação negativa do ciclo de governos do PT; segundo, explicações similares sobre o golpe presentes nas duas posições, quais sejam: a) o governo caiu porque é corrupto; b) o governo caiu porque fez alianças com a direita ou com a esquerda; c) Michel Temer foi o vice-presidente eleito na chapa do PT, portanto, a “culpa” é do PT mesmo e seus aliados, mesmo os do campo da esquerda, como o PCdoB.

Um rápido e sumário comentário sobre cada uma dessas posições é necessário para tentar demonstrar como são explicações presentes nos dois grupos e, ao mesmo tempo, falaciosas ou que não correspondem plenamente à realidade objetiva.

2.1.1. “O governo caiu porque era corrupto!”

A primeira posição é mais frouxa, como bem sabemos, embora seja recorrente e importante principalmente para a pirotecnia midiática. Não porque a corrupção não seja um problema (inclusive um problema teórico que deve ser corretamente tratado, como podemos ver em Boito, 2017), mas porque foi apenas o pretexto e jamais a questão central em todo o processo. Quanto mais nos distanciamos no tempo do momento da queda da presidenta eleita e da ascensão do governo golpista e ilegítimo de Michel Temer, ficam mais claras as disposições pessoais e da sua camarilha de estancarem as possibilidades de investigações que os atingissem, como foi de maneira clara e direta expresso na gravação telefônica do Senador Romero Jucá, do PMDB². Mas há outro aspecto notável no discurso moralista sobre a corrupção e que demonstra bem sua utilização para fins apenas políticos e para os objetivos do golpe: não há disposição alguma para a apuração das denúncias envolvendo quaisquer personagens que não estejam ligados aos governos petistas, ainda que apareçam evidências materiais e isso ocorre entre as referidas disposições e no próprio poder judiciário. A

² Aos que não se lembram, Romero Jucá diz ao seu colega que era necessário derrubar a presidenta Dilma Rousseff como condição única para que se estancassem os processos de investigação da corrupção.

tendência de utilização de um ou outro caso exemplar ocorre (como o caso de Aécio Neves) e ocorrerá apenas na medida em que for necessário para justificar e embasar medidas mais drásticas com relação àqueles ligados aos governos petistas e, em particular, para justificar uma ação que neutralize o ex-presidente Lula, seja num amontoado de processos exaustivamente divulgados para associar sua imagem à corrupção, seja através da prisão.

2.1.2. As alianças do governo: direita ou esquerda?

Ainda que em campos opostos, o argumento aparece tanto a partir dos militantes e agrupamentos de direita, quanto os de esquerda.

Os grupos de direita irão reproduzir histericamente a ideia um grande complô da esquerda, à semelhança daquelas peças de propaganda baseadas em fantasiosas teorias da conspiração dos tempos da Guerra Fria. Para esses grupos, tudo e quase todos são de esquerda e pretendem tornar o Brasil algo como a Venezuela ou Cuba e, não é necessário insistir, eles possuem poucas e deturpadas informações sobre esses países. Um bom exemplo e de ampla divulgação foi a mulher que identificava, no Congresso Nacional, o vermelho da bandeira japonesa como a prova da dominação cultural dos comunistas.

Mas atribuir os problemas e a queda do governo Dilma à sua composição política também aparece no discurso das organizações de esquerda. Claro que temos nesse campo abordagens um tanto quanto mais sérias ou, pelo menos, mais comedidas e, inclusive, há elementos da crítica à conciliação de classes que devem ser levados em consideração e refletidos, principalmente quando pensamos em momentos de altos índices de aprovação dos governos de Lula. Mas afirmar insistentemente que o problema do ciclo de governos do PT foi o arco de alianças e a conciliação de classes pode bem satisfazer aqueles que estão acostumados a ficar pelo meio do caminho ou estão mal intencionados e apenas adicionando elementos aos seus discursos apenas moralistas, deixando sem explicação, objetivamente, a pergunta que deve ser feita: por qual razão ocorreu ou foi necessário esse arco de alianças e não outro? Ora, as alianças são estabelecidas ao gosto das forças políticas ou é a conjuntura que abre um determinado leque de possibilidades e opções, diante das quais devem tomar decisões?

Nossa posição é que a conjuntura de crise das políticas neoliberais do final da década de 1990 e começo dos 2000 possibilitou governos progressistas, de esquerda e centro-esquerda, por toda a América Latina e também na Europa. Mas essa possibilidade aberta pela

crise econômica foi contingenciada pelas conjunturas internas de cada país, ou seja, as possibilidades dessas experiências serem mais ou menos avançadas dependeram, como sempre, do nível de acirramento das lutas de classe dentro de cada país. Isso, sem dúvida, explica a capacidade de tomar medidas mais ou menos progressistas por esses novos governos, mas antes disso e fundamentalmente explica o caminho para a chegada ao governo de forças políticas progressistas e o espaço real de autonomia relativa: as experiências mais amparadas em movimentos populares mobilizados e com histórico recente de grandes lutas nacionais pode explicar, por exemplo, a maior radicalidade das experiências da Bolívia, do Equador e da Venezuela, assim como o menor acirramento interno das lutas de classe pode explicar a necessidade de atribuir maior peso ao processo institucional e buscar alianças para além do campo popular e de esquerda para viabilizar vitórias eleitorais. Isso não ocorreu somente no Brasil, mas também na Argentina, no Chile, no Paraguai, no Uruguai, na Nicarágua, etc. Após um breve ciclo de crescimento econômico, mas, principalmente, de desenvolvimento social, algumas dessas experiências (as mais e as menos avançadas) passaram a sofrer reveses com a persistência da crise internacional do sistema capitalista associada às condições políticas internas. Esses reveses ocorreram por via eleitoral e por via de golpes, após processos de desestabilização política, mais que de crise econômica. Exemplos de viradas eleitorais são os casos do Chile – que retomou depois com a nova eleição de Bachelet –, da Argentina e a eleição de Macri com um programa neoliberal, de vários países da Europa e da ascensão de partidos e candidatos associados diretamente a posições desde o centro até a extrema direita. Noutros casos, diante da impossibilidade ou incapacidade de vitória eleitoral dos setores reacionários, o caminho foi o golpe, como ocorreu em Honduras, no Paraguai, no Brasil e está em curso na Venezuela.

A sempre recordada *Carta aos Brasileiros*, de Lula e do PT, na campanha de 2002, materializava a opção feita entre a possibilidade de ganhar as eleições fazendo concessões ou perder novamente as eleições, mantendo princípios que no caso do PT não estavam muito distantes daquilo que concedia. Para deixar mais claro o que pretendo afirmar: a trajetória política do PT ao longo de duas décadas pode ser compreendida como o processo em que sua linha política e seu programa se ajustam coerentemente ao seu perfil socialdemocrata, o que não torna a referida *Carta aos Brasileiros* apenas um amontoado de concessões, mas também um esclarecimento. Somente quem tinha ou tem ilusões com supostas disposições revolucionárias do PT é capaz de compreender a *Carta* e o programa dos governos do partido como sendo uma concessão ou uma traição a princípios. E, mesmo assim, estamos diante do ciclo de governos mais progressistas que tivemos na história brasileira. Foi necessária a

ampla e heterogênea frente de partidos e movimentos populares que tornou possível a eleição de Lula, cuja vice-presidência era ocupada por um empresário do extinto Partido Liberal. A composição do governo refletiu essa frente, sem dúvida. Mas provavelmente não haveria a vitória eleitoral não fosse essa montagem, assim como não ocorreria nas eleições sucessivas.

Há dois pontos importantes ainda aqui: um se refere a algo que não ocorreu na relação entre governo e os movimentos populares. Outro, que ocorreu e tem relação com as condições de vida de trabalhadores mais empobrecidos e dos setores médios e é desprezado pura e simplesmente pela maior parte dos grupos à direita e à esquerda.

No primeiro caso, não é raro ouvir que a sequência de governos (os dois de Lula e o de Dilma) poderia ter criado bases sociais para saídas mais avançadas, ou seja, estimulado os movimentos populares a assumirem um protagonismo maior nas lutas políticas. Mas tal perspectiva apenas revela duas coisas: de um lado, a incapacidade dessas organizações perceberem que a experiência do ciclo petista era a do Estado burguês e não de uma estrutura jurídico-política de transição socialista. Aliás, o PT jamais deu a entender a menor possibilidade de ocorrer o contrário. Há aí, sem dúvida, uma compreensão ingênua do processo histórico e uma visão paternalista e ilusória com relação ao Estado burguês, que em casos similares tende sempre a cooptar movimentos e lideranças populares; de outro lado, essa lamúria em forma de crítica apenas revela as dificuldades próprias do trabalho de organização política de base de partidos e organizações consequentes do campo da esquerda e a incapacidade dos partidos e movimentos esquerdistas de sequer dialogar com setores de fora do universo pequeno-burguês. A inserção dos movimentos populares e a capacidade de formação de trabalho de base são fundamentais para que qualquer possibilidade mais progressista possa ocorrer. É da capacidade de luta, de mobilização e de organização dos trabalhadores que depende qualquer saída mais avançada e até revolucionária, não da máquina do Estado burguês.

No segundo caso, tanto organizações esquerdistas quanto as da nova direita vão tratar os governos com o perfil do ciclo petista como se não fossem fundamentais para conquistas dos trabalhadores de condições e “direitos” que secularmente lhes foram negados. Ainda que imbricados nas contradições e necessidades de ceder ao grande capital e, ao mesmo tempo, realizar avanços sociais, ninguém pode negar que as condições de vida dos trabalhadores por todo o país foram elevadas positivamente e que jamais se fez tanto pela redução ou eliminação da miséria e das desigualdades sociais gritantes. Esses dados positivos para trabalhadores, envolvendo também os setores médios, tornam esse ciclo de governos mais que apenas um amontoado de erros como querem fazer crer, à direita e à esquerda, os

referidos grupos. Somente aqueles que estão inseridos ideologicamente no individualismo radical pequeno burguês raciocinam assim.

2.1.3. “A culpa é do PT”: a posição de Michel Temer e do PMDB

Michel Temer, um político tradicional do centro pantanoso que é o PMDB, que tende para qualquer lado onde possa ocupar mais espaço, era parte de um governo com esse perfil mencionado acima: que foi eleito por uma frente heterogênea de partidos, mas com compromissos sociais claros, com os trabalhadores e com determinadas frações do capital que eram atendidas prioritariamente nos seus interesses porque faziam parte do projeto neodesenvolvimentista que estava na base desse governo e era seu programa.

As demais frações do grande capital participavam, sem dúvida, secundariamente. É necessário compreender as contradições internas da própria burguesia, porque é uma parte dela e não seu conjunto quem está por detrás do golpe. Não se deve esquecer que uma parcela da burguesia está, inclusive, na cadeia: as grandes empresas responsáveis pela construção pesada, pela construção civil, pela indústria naval, de segurança territorial, etc. Aliás, exatamente aquela fração privilegiada pelo programa desse ciclo de governos (ver Boito, 2016).

Michel Temer não foi eleito para fazer parte de um golpe de Estado: foi eleito dentro das regras democráticas e da ordem constitucional para ser o vice-presidente de um governo que tinha programa já aplicado e em andamento. Reduzir o golpe a questões pessoais, a busca de culpados ou personalizar o golpe como uma armação de Temer e uma vingança de Eduardo Cunha é reduzir o problema a uma intriga palaciana e perder sua dimensão política e de classe - dimensão política e de classe que começou a mostrar bem seus contornos desde as manifestações de junho de 2013, que foram tomadas pela pequena burguesia por todo o país, contando, curiosamente, nas suas grandes manifestações com os novos e velhos militantes da direita e também com as organizações esquerdistas, que tinham seus símbolos e bandeiras rasgados, militantes agredidos, etc. Ficava claro que havia uma articulação diferente da direita em andamento e que havia a ameaça de golpe.

Com o início do processo eleitoral em 2014 ficou bastante evidente que não teríamos uma eleição qualquer: tínhamos dois projetos de dentro da ordem burguesa, sem dúvida, mas dois projetos em disputa, sendo que o que vinha da direita ganhava força, o que ficou expresso na campanha (mais violenta que de costume) e na votação final. Era necessário a

partir dali defender o governo de Dilma, mesmo para os que faziam uma crítica do ciclo petista pela esquerda. Era necessário não porque o caminho era a posição política do “governismo acrítico”, mas porque estava claro que o que viria em seu lugar significaria um forte retrocesso. Parece que passado pouco mais de um ano da consumação do golpe temos dados suficientes que comprovam isso empiricamente.

Mas pelas características dos grupos que denominamos aqui de antipetistas de direita e de esquerda, esse raciocínio simples e óbvio aparecia, para os primeiros, como uma conspiração política de *petralhas esquerdopatas que destruíram* o Brasil e, para os segundos, como posições de *conciliadores de classe e renegados da revolução*. Nessas posições distintas, ambos os lados deram os braços e operaram, com pesos políticos distintos, em favor da derrubada da presidenta Dilma Rousseff e do golpe.

2.2. O antipetismo de direita e de esquerda

2.2.1. “A culpa é da Dilma!” - O antipetismo de direita

Os neomilitantes de direita tomaram problemas seculares do Brasil como se fossem obras dos governos do PT e até atribuíram à presidência da República responsabilidades de outras instâncias, como ocorreu com a falta de água em São Paulo e os problemas com a segurança pública. O bordão “a culpa é da Dilma” se tornou a chave para expor todo tipo de preconceito e dar vazão a discursos violentos contra os mais vulneráveis socialmente. Há um nível muito alto de agressividade entre esses militantes, o que torna a tentativa de argumentar e tratar desses temas um esforço quase inútil.

A movimentação da grande mídia, de partidos e políticos tradicionais com “capivaras” imensas, do judiciário e de uma massa de manobra histórica pareceu ser a de gente que só recentemente começou a viver e perceber as mazelas do tipo de capitalismo que se desenvolveu no Brasil. Embora falem em nome de algum Brasil, fica claro pelo que defendem que não incluem o Brasil da população que mais sofreu, pela marginalização e empobrecimento contínuos, com a dragagem das nossas riquezas naturais e com a concentração da riqueza gritante e secular.

Essa massa de manobra essencialmente pequeno burguesa não faz parte, obviamente, da seleta elite que concentra em suas mãos o grosso da riqueza social produzida. Mas seus militantes de direita repetiram chavões e palavras de ordem sem sentido e serviram de base

para a crise política que interessava apenas a determinados setores do grande capital. Foram e são apenas marionetes dele. Como disse João Quartim de Moraes, “É evidente que os empreiteiros do golpe só prosperaram porque conseguiram manipular com êxito frustrações, ressentimentos e ódios do reacionarismo latente nos setores mais obscurantistas e empedernidos da pequena burguesia (ou “classe média”, como dizem muitos)” (Moraes, 2016).

Os governos do PT atenderam, sem dúvida, prioritariamente aos interesses de uma fração do grande capital, afinal, foram governos dentro da ordem burguesa que dirigiram o Estado capitalista. Mas ao deslocarem esforços e recursos no atendimento a populações deixadas de lado por nosso processo histórico, deslocaram recursos dos cofres do grande capital que sempre tem espaços vazios para serem ocupados. A separação de dinheiro público e privado, assim como, em última instância, as noções de público e privado são, sem exceções, apenas definições jurídicas e não parece ser necessário lembrar que a estrutura jurídico-política não existe em separado da estrutura econômica e da estrutura ideológica, servindo, portanto, para a reprodução das relações capitalistas de produção. (*Sobre uma discussão teórica mais aprofundada sobre o tema da corrupção ver Boito, 2017*).

Mas os que apoiaram o golpe pela direita não sofreram apenas de uma dificuldade de compreensão da realidade: esses limites estão postos também para boa parte dos que lutaram contra o golpe. Em síntese, o antipetista de direita sabia que o processo não tinha nenhuma relação com a luta contra a corrupção. Ele saiu às ruas com a camisa da CBF, tirou fotos com a polícia sorridente, gritou “somos todos Cunha” e dançou em volta do pato da Fiesp. O golpista apoiou a perseguição a lideranças do PT porque eram do PT, porque odeiam qualquer coisa que cheire a trabalhador, ainda que eles mesmos sejam, no geral, trabalhadores. Odeiam a melhoria das condições de vida dos mais pobres porque isso lhes ameaça os canais tradicionais de manutenção como pequena burguesia; mas odeiam também porque perdem aquela parcela da população que pode lhes servir em troca de um prato de comida ou de qualquer punhado de moedas, como bem mostrou a reação das “madames” quando direitos trabalhistas básicos passaram a vigorar para o trabalho doméstico.

O problema é que a pequena burguesia possui um sonho e um medo: o sonho é do aburguesamento individual; o medo é o da proletarianização. Tudo o que ocorre para esse insano grupo de pessoas é creditado apenas e tão somente como produto do seu mérito pessoal, não podendo reconhecer, portanto, que as mudanças que ocorreram nos últimos anos no Brasil melhoraram também sua vida. Mas o sonho de ser burguês e o medo de se proletarianizar envolvem o que é individual e o que é coletivo: enriquecer deve ser algo individual, porque

os ideais de sucesso gestados na ordem capitalista não passam apenas pela aquisição de bens materiais, mas necessariamente por algum grau de distinção, para que a riqueza seja ostentada e reconhecida. A proletarização é coletiva e nesse caso não significa empobrecimento. Para a pequena burguesia, o acesso de camadas empobrecidas da população a condições mais razoáveis de vida, o acesso a espaços que lhes foram sempre bloqueados, a determinadas carreiras, determinados serviços, enfim, a proximidade dos “pobres” que já não vão aparecer tão pobres assim joga areia no seu projeto individual, amplia a concorrência, faz com que se percam os canais tradicionais de sua manutenção e justificação em determinados postos e carreiras (particularmente aqueles justificados pela certificação escolar).

Por isso que no momento em que sentiram os primeiros efeitos da crise econômica batendo em suas portas reagiram com tanta raiva aos programas sociais, com tanta raiva contra as cotas sociais, com tanta raiva contra governos como os do ciclo petista, sendo facilmente arregimentados por partidos e organizações de direita, ainda que os interesses da pequena burguesia e os do grande capital não sejam coincidentes.

2.2.2. “Viuvez ou adultério?” O antipetismo de esquerda

Dilma concorreu nas eleições de 2014 com outros dez candidatos. Seis deles eram ex-petistas: Eduardo Jorge (PV), Marina Silva (PSB), Luciana Genro (PSOL), José Maria (PSTU), Mauro Iasi (PCB) e Rui Costa Pimenta (PCO). Nenhum deles apoiou o PT no segundo turno.

Os dois primeiros já estavam no colo da direita e se juntaram ao PSDB. O PSOL, que teve o mérito de pelo menos perceber as contradições do processo, liberou a militância para o voto, desde que não fosse em Aécio (PSDB), restando, portanto, o voto em Dilma ou a anulação, voto em branco ou abstenção. Os dois partidos trotskistas e o PCB declararam o voto nulo.

Claro que há razões apenas políticas (ainda que equivocadas) para a tomada de posição desses partidos, mas como não pensar que a coincidência dos ex-petistas não agrega ao jogo uma pitada de questões subjetivas?

Nossa posição aqui reflete dois problemas distintos: de um lado, a consideração do PT como um partido socialdemocrata, portanto, sem nenhum compromisso com a causa dos comunistas (tema que valeria ser mais bem explorado em outro texto, mas que não é nosso objetivo aqui); de outro, a percepção da formação de uma esquerda antipetista, que para além

dos rancores de alguns dos seus dirigentes pela militância progressista no próprio PT (que podem ser minimizados em contextos não eleitorais, mas não desprezados), descambou para os desvios de esquerda, ou o *esquerdismo*.

Alguém um dia criou a alcunha “viúvas do PT”. Independentemente daquele contexto, poderíamos pensar hoje que existe gente sofrendo de viuvez ou dos dramas do adultério: a viuvez faz lamentar aquele que não voltará jamais; o traído vive a mistura da saudade e do rancor raivoso por aquele que um dia acreditou ser o companheiro ideal para seguir até o final dessa jornada. Caso caiba aqui um dado da experiência pessoal, lembro bem no começo da década de 1990 como muitos dos que hoje engrossam as fileiras das organizações esquerdistas e de partidos de direita declaravam a certeza e o amor à alternativa popular e (na cabeça deles) revolucionária que significava o PT.

Viuvez ou adultério, pouco importa. O fato mesmo é que o campo do esquerdismo é composto por partidos que saíram de dentro do PT (PSOL, PSTU e PCO) ou que recebeu militantes oriundos do PT (como o caso do PCB) ali na metade do primeiro mandato de Lula, que passaram a cumprir importantes papéis de direção e participaram de mudanças qualitativas na linha política e na organização. As referidas organizações possuem o mérito de manterem, afirmativamente, a bandeira do socialismo e a compreensão da necessidade do processo revolucionário vivos, mas que (e por razões diversas) não conseguindo participar das lutas concretas e das contradições realmente existentes em nossa conjuntura, atuam negativamente com relação à própria possibilidade de avanço desse processo, embora ressalvas devam ser feitas a setores do PSOL e ao PCO, que têm feito algum esforço em participar, a seu modo, da vida concreta. Além de PCB, PCO, PSOL e PSTU, há mais uma porção de “coletivos”, “agrupamentos”, “ligas” e outras coisas que possuem, cada qual a sua maneira e de forma cada vez mais isolada, um belo discurso revolucionário e “vanguardeiro”. Quanto menores e mais distantes da realidade, mais esses pequenos grupos se apresentam como os portadores da verdade revolucionária.

Confundindo a realidade objetiva com a própria vontade (como é próprio do esquerdismo) esses grupos confundem o objetivo revolucionário (estratégico) com as mediações necessárias e cambiantes de cada conjuntura (a tática): ao afirmar a necessidade da revolução, afirmam também que as condições para que ela ocorra já estão presentes, atribuindo aos traidores da classe (como é próprio do trotskismo) ou a pequenos ajustes conjunturais a razão do seu atraso. Não é raro dirigentes dessas organizações verem “o proletariado revolucionário” em ação nas ruas, mesmo quando temos apenas uma

manifestação massiva e plena de contradições com tendências majoritárias à direita, como foram as tais “jornadas de junho” de 2013.

Essas organizações, no conjunto, representam a outra face ou possibilidade da manifestação política da pequena-burguesia: o revolucionarismo pequeno-burguês. Mesmo que tenham participado daqueles eventos de 2013, por exemplo, a reboque de agrupamentos da direita e a duras penas com seu reduzido número de militantes, essas organizações e militantes tendem a ver-se como a essência cristalina e pura da transformação revolucionária como mero ato subjetivo da vontade. Não conseguiram explicar até hoje como o “proletariado revolucionário” das ruas de junho apareceu depois, nas urnas, como eleitor de Aécio Neves e de Marina Silva e, depois, como a base social que pediu o impeachment de Dilma e até a ditadura militar. Insistem apenas em proclamar-se os fiéis representantes da “rebeldia das ruas”, ainda que ela não tenha ocorrido em canto algum ou ainda que a “rebeldia” seja politicamente de direita. O inimigo comum – o ciclo de governos petistas - fez com que a pequena burguesia se unificasse nas suas manifestações políticas mais extremadas: o revolucionarismo esquerdista e o fascismo, o primeiro a reboque do segundo. A letargia dessas organizações esquerdistas com relação à escalada de direita e seu apoio prático ao golpe são os sintomas da sua ausência de realidade, de sua incapacidade de análise concreta da situação concreta, de posições moralistas (o famoso “isso é culpa do próprio PT...”) e de um ranço que apenas pode ser compreendido como subjetivo e que cega a todos ou parte de seus dirigentes.

Há dois argumentos rápidos que devem ser apresentados para exemplificar os argumentos contrários ao esquerdismo. Um deles é socioeconômico, mais óbvio e já mencionado mais acima; outro é somente político.

No primeiro caso, retomemos o argumento de que o governo de Dilma e os governos do PT tiveram problemas que precisam ser bem criticados. O partido ajustou-se perfeitamente à lógica do jogo capitalista, assim como todo e qualquer governo anterior, assim como todas as instâncias pelo país afora, assim como quase todos os partidos. Mas foram governos que jamais pretenderam ou prometeram fazer além do que fizeram: gerenciar o capitalismo brasileiro concedendo ou reconhecendo alguns direitos a mais aos trabalhadores e às populações mais empobrecidas. Nisso todos os que são do campo da esquerda estão plenamente de acordo. O problema é que isso não é pouco e, muito menos, desprezível. Aí está o problema! Um documento do PCB, por exemplo, que defendia o voto nulo no segundo turno da eleição presidencial de 2014, afirmava que Aécio e Dilma eram iguais: Dilma era capitalismo com mais Estado, Aécio com menos. Burrice: o que chamaram de maneira

imprecisa de “mais ou menos Estado”, nas nossas condições objetivas, significou retirar ou lançar muita gente na miséria absoluta e isso deveria interessar bastante aos que lutam ao lado dos trabalhadores.

Constar que os governos de Lula e Dilma serviram ao grande capital é como afirmar com tom de descoberta científica que fogo queima e água molha. Não apenas o de Dilma e Lula, mas também os de FHC, de Collor, de Sarney, os dos generais da ditadura. Para marxistas deveria ser bem óbvio que, dentro da ordem burguesa, não apenas o Estado, mas toda a estrutura jurídico-política serve ao grande capital. O mesmo vale para o tratamento dos limites dos processos eleitorais dentro dessa ordem. O que falta aqui é perceber, a partir da análise da nossa conjuntura e não da que a vontade desejava que existisse, que a ordem burguesa, assim como o processo revolucionário, não são estáticos, portanto, são plenos de movimento e de contradições. É tendo como referência o objetivo estratégico que as mediações com a vida real precisam ser construídas. Isso significa participar da vida e das lutas do cotidiano dos trabalhadores, das condições severas e adversas que abrem as possibilidades de avançar um passo aqui e recuar outros ali. Significa atuar em todas as contradições possíveis dentro da ordem burguesa, no sentido de aguçá-las ou, no mínimo, de torná-las de alguma maneira movimentos com resultados favoráveis aos trabalhadores.

Não podemos afirmar que os governos Lula e Dilma foram iguais aos governos de FHC. O esquerdismo é leviano e irresponsável quando diz isso. Há, sem dúvida, uma melhora nas condições de vida dos trabalhadores, em particular dos mais empobrecidos, mudanças que, aliás, têm mudado o cenário de alguns cantões do Brasil, utilizados até pouco tempo como reserva de votos de legendas da direita, como o DEM. Ocorreram mudanças, mudanças qualitativas, que abriram novas contradições, tanto entre frações do capital (como vimos), como para a atuação dos setores mais avançados da esquerda, com possível acesso a áreas e a contingentes de trabalhadores que, tendo necessidades básicas sanadas, se abrem também para a possibilidade de outras soluções. Apenas com forte trabalho e a partir dessas novas possibilidades há construção efetiva de organizações revolucionárias e a possibilidade, no longo prazo, da retomada concreta da perspectiva socialista.

Mas se não bastassem essas novas e as antigas possibilidades que se abriam para que a tomada de posição em defesa desses governos e contra golpe ocorresse, pelo menos seria razoável considerar a situação daqueles que estão mais fragilizados pela pobreza extrema. Embora sejamos ainda um país de pobres, esse período recente conseguiu retirar da fome milhões de pessoas. Isso somente é um dado secundário para a pequena burguesia (de direita

e de esquerda). A preservação de programas sociais e a luta popular para que avançassem deveria ser uma bandeira das organizações mais avançadas.

Isso nos remete ao segundo argumento, que esclarece o esquerdismo e o antipetismo de esquerda, que serviu de base ao golpe. Há confusão entre elementos teóricos que utilizamos para pensar o modo de produção capitalista e a conjuntura política, que é cambiante. Exemplo para ir ao cerne da questão: o Estado, segundo Marx e Lênin, é sempre um Estado de classe. De alguma forma, a existência do Estado sempre será a ditadura de uma classe sobre outras, o “comitê executivo” da dominação de classe. Isso vale também para as formações sociais capitalistas. Mas essa que é uma ditadura de classe pode ser velada pela forma da democracia burguesa em períodos mais ou menos longos, sem perder, obviamente, suas características essenciais. O elemento fundamental que faz com que essa ditadura de classe seja obrigada a conviver com maiores ou menores liberdades democráticas é a luta de classes. Objetivamente, é a capacidade de organização política dos trabalhadores que força, alterando a correlação política de forças, conquistas sociais e também espaço de ação política. Somente os tolos podem acreditar que as condições de uma ditadura escancarada podem ser mais favoráveis à organização dos trabalhadores que as possibilidades de ação “abertas” pela democracia burguesa.

Era com a compreensão desse cenário que deveriam atuar com todas as forças contra o golpe todas as organizações dos trabalhadores. Isso não fez e não faria ninguém virar petista (ou retornar ao PT) e nem se tornar “governista”: seria apenas atuar na nossa conjuntura politicamente e não de forma moralista, tendo clareza da nossa realidade concreta, atuando e aguçando suas contradições.

Engrossar o cordão da direita fazendo oposição pela esquerda é sempre um suicídio político. O antipetismo de direita e de esquerda fala línguas diferentes, mas fala e falou a mesma coisa: a deposição da presidenta representou um grande retrocesso para os trabalhadores brasileiros e é apenas um esforço bastante estúpido e infantil tratar disso analisando “culpas”, ou afirmando que esse problema não é dos revolucionários.

Claro que essas organizações (novamente com a parcial exceção do PSOL) não possuem força política que poderia ser decisiva para impedir o golpe, o que não diminui sua responsabilidade como organização política. Essa fraqueza orgânica apenas revela que o esquerdismo não consegue adesão fora dos círculos pequeno-burgueses. Essas organizações são compostas majoritariamente por professores, estudantes e funcionários públicos. Repensar a tática, atuar na conjuntura concreta, sem a postura moralista e infantil que tem marcado

suas resoluções, é o único caminho e possibilidade de terem alguma relevância política. Os partidos trotskistas jamais compreenderão isso.

Mas o esquerdismo é implacável. A ausência de estrutura material e o desigual acesso aos meios de comunicação de massa justificam parcialmente a parca votação das candidaturas das organizações esquerdistas nas eleições e sua baixa inserção nos movimentos populares. Mas devemos também considerar suas dificuldades em dialogar com os trabalhadores e de participar dos problemas e das lutas cotidianas. Ao apresentar apenas o horizonte estratégico (socialista), sem as devidas mediações, essas organizações acabaram por se fechar ainda mais no universo pequeno-burguês, cujo radicalismo combina bem com sua linha política escatológica. Orgulham-se de não fazer política porque assumem o dever (moralista) de não lidar com nada que não seja diretamente a revolução. Como ela não chega logo, da mesma maneira que para os cristãos Jesus demora em voltar, vivem de apontar os dedos para os que se maculam nas fétidas águas da realidade objetiva. E tocam a vida satisfeitos e plenos de razão.

Portam-se como quem chega virgem aos cem anos e nada mais lhe resta a não ser autovalorizar a própria pureza, ainda que ninguém se importe com isso.

Considerações finais

Para poder concluir, é necessário reafirmar que o governo de Dilma Rousseff foi derrubado por seus méritos, não por outro motivo. É necessário ir para além das facilidades da análise para compreender sua real dimensão e sentido. É ser rasteiro e leviano tanto afirmar que era um serviçal governo de direita que perdeu a importância e foi descartado, como fazem os esquerdistas, quanto alegar que os governos do PT são os mais corruptos da história e que quebraram o Brasil, como faz o antipetismo de direita.

Foi um golpe dado contra a nossa frágil democracia, que favorece a organização e ação popular, um golpe dado contra as conquistas sociais, um golpe dado contra os avanços da luta contra o racismo, um golpe dado contra os avanços do movimento feminista, um golpe dado na luta contra a homofobia. Fundamentalmente, um golpe violento contra os cantões do Brasil, um golpe que vai interromper mudanças fundamentais que trouxeram condições mínimas de dignidade para uma parcela considerável da população brasileira. Um golpe que pretende recriar no Brasil as condições para a acentuação da exploração dos

trabalhadores e das nossas riquezas pelo grande capital estrangeiro, com a retomada do projeto neoliberal e como as reformas propostas têm demonstrado.

Por enquanto, vale a constatação de que os neomilitantes da direita e os do esquerdismo preferem facilidades: análises de lógica formal, sem contradições. Um programa redondinho e internamente coerente, ainda que não tenha relação com a realidade.

Valeria aos que histericamente pediram o impeachment de Dilma ou aos que desdenharam do golpe pensar um pouco nos pressupostos do que chamam de “limpeza” da política ou de “nova” política e nas soluções para nossos problemas mais graves. Caso sejam capazes de fazer isso, descobrirão que as soluções que andam apoiando representam um passo atrás muito perigoso. Que as marionetes pequeno-burguesas desse jogo antipopular que estão dispostas em extremos à esquerda e à direita percebam que há tempos deram os braços e ajudam a abrir as portas do próprio abismo.

Referências Bibliográficas

BOITO, Armando. “A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia”. *Revista Crítica Marxista*. Campinas, nº42, jun., 2016.

_____. “A corrupção como ideologia”. *Revista Crítica Marxista*. Campinas, nº44, jun., 2017.

LÊNIN, Vladimir Ilitch Ulianov. “A doença infantil do 'esquerdismo' no comunismo”.

LÊNIN, Vladimir Ilitch Ulianov. *Obras escolhidas – volume 3*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. p. 275-349.

MORAES, João Quartim de. *Base de massas e tropas de choque do golpismo*. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=7690&id_coluna=24 . Acesso: 25 de maio de 2017.

POULANTZAS, Nicos. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: François Maspero, 1968.

_____. *Fascismo e ditadura*. Porto: Portucalense, 1972, 02 volumes.

ESTADO DE EXCEÇÃO E DEMOCRACIA FRAGMENTADA NO BRASIL: UM BREVE ENSAIO A RESPEITO DO “GOLPEACHMENT” DE 2016

*Wellington Fontes Menezes**

Resumo: Neste presente trabalho, busca-se um estudo preliminar das condições impostas por uma nova dinâmica em que a democracia foi subjugada e percebe-se a consolidação de domínio de um estado de exceção. O retorno das lições de Carl Schmitt e as considerações mais contemporâneas de Giorgio Agamben contribuem para o entendimento e formulação de um novo paradigma de atuação que não é inscrita na lei, mas está atuante em uma zona intermediária entre a democracia e o absolutismo. Um novo momento da vida nacional brasileira se inicia com a consolidação de mais um golpe de estado após um intenso processo de articulação política de grupos de interesses para a deposição da presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016, por sinal, golpe este travestido com um pretense ornamento jurídico com base parlamentar por via de um “impeachment”, que poderá ser mais bem traduzido pela expressão “golpeachment”. A construção deste processo tem profundas raízes na fragmentada democracia e ranço autoritário das classes dominantes brasileiras.

Palavras-chave: Carl Schmitt; Golpe de estado; Lava-Jato; Poder judiciário; Política brasileira.

Abstract: In this work, a preliminary study of the conditions imposed by a new dynamics where democracy has been subjugated and the domination consolidation of a state of exception is perceived. The return of the lessons of Carl Schmitt and the more contemporary considerations of Giorgio Agamben contribute to the understanding and formulation of a new paradigm of performance that is not inscribed in the law, but is acting in an intermediate zone between the democracy and the absolutism. A new moment in Brazilian national life begins with the consolidation of another coup d'état after an intense process of political articulation of interest groups for the deposition of President Dilma Rousseff in August 2016. By the way, this transvestite coup with a pretender with a parliamentary basis by means of an impeachment, which may be better translated by the expression "golpeachment". The

*Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID). Bacharel e Licenciado em Física pela Universidade de São Paulo (USP).

construction of this process has deep roots in the fragmented democracy and authoritarian rancor of the Brazilian ruling classes.

Key-words: Carl Schmitt; Coup d'etat; Lava-Jato; Judicial power; Brazilian politics.

1. Introdução

“Queimar era um prazer”.
(Ray Bradbury, *“Fahrenheit 451”*, 1953)

Crise, ruptura, descontinuidade, golpe, fragmentação... Estas são palavras muito utilizadas para descrever os processos políticos envolvidos na sociedade brasileira desde 1889, ocasionando a queda da monarquia e a ocupação por uma junta militar que inaugurou a “república” por via de um golpe militar. Este fato histórico foi marcado por intensas disputas pelo poder e dominação entre as classes que buscavam a hegemonia no controle do país, cujas mudanças econômicas e interesses particularizados estavam no cerne de todo este processo.

Desde o deslocamento dos centros do poder do Rio de Janeiro para Brasília, nos anos 1960, as mudanças estruturais da economia brasileira, no entanto, sem ocorrerem mudanças ou rupturas do poder dos grupos econômicos para as classes trabalhadoras, permitiram ao país assistir a uma série de instabilidades políticas com poucos ares democráticos ao longo do processo republicano. Por sinal, se somarmos o número de anos em que a democracia política esteve presente no cenário nacional, não passará de um terço de todo o período republicano até agora constituído e vivenciado na sociedade brasileira. Merece destaque emblemático um registro de um cronista de época, Aristide Lobo, em 1889, a respeito da nascente república brasileira alheia do conhecimento e interesse das classes populares, que viam, absortos, o seu surgimento:

O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada. Era um fenômeno digno de ver-se. O entusiasmo veio depois, veio mesmo lentamente, quebrando o enleio dos espíritos. Pude ver a sangue frio tudo aquilo. Mas voltemos ao fato da ação rude ou do papel governamental: estamos em presença de um esboço rude, incompleto, completamente amorfo. (CARONE, 1976, p. 377)

Em um novo estágio de desenvolvimento da vida brasileira, a situação política, social e jurídica poderá ser sentida com uma traumática desorganização das condições de vida da sociedade. Podemos encontrar elementos intrínsecos na dinâmica sociopolítica brasileira: o

encaminhamento de uma democracia assimétrica, fragmentada, com grandes desníveis sociais, modernidade excludente, sistema judiciário com seletividade penal e monopólio das comunicações com forte aparato ideológico e partidarizado. Ademais, sobre todo este sistema, temos ainda uma brutal e injusta distribuição de renda atrelada à ideologia de mercado e à meritocracia. Pode-se ressaltar que apesar do quadro ainda ser alarmante, nos últimos anos, ocorreu uma lenta redução da pobreza.

No atual plano político nacional, consumando o golpe de Estado travestido de um “impeachment”, em 2016, o segundo em pouco mais de cinquenta anos, o Brasil entrou em uma nova era de sombras e incertezas. A natureza deste último é peculiar, uma vez que se travestiu de “normalidade jurídica” de um “impeachment”, o qual se pode traduzir um neologismo oportuno: o “golpeachment”. No dia 31 de agosto de 2016, por 61 votos favoráveis e 20 contra, o Senado Federal aprovou a destituição da presidenta Dilma Rousseff sob a alegação de “impeachment”, de um julgamento em que não houve nenhuma comprovação cabal de “crime de responsabilidade”, fato esse que os mesmos senadores que julgaram Dilma, destituindo-a da Presidência, permitiram que seus direitos políticos ficassem preservados. Agora, mais uma vez na história do Brasil, um vice-presidente, de forma indireta pela via do “impeachment”, é entronado na principal cadeira do poder nacional, sendo ele, o atual conspirador maior da República: Michel Temer.

O presente trabalho tem como proposta iniciar um estudo a respeito das implicações de um estado de exceção, após mais um novo golpe de Estado no Brasil protagonizado pelo Poder Legislativo com anuência do Poder Judiciário, em detrimento do arcabouço normativo constitucional e descarte do estado democrático de direito.

2. O estado de exceção como práxis das democracias contemporâneas

O atual ordenamento jurídico envolto nas democracias contemporâneas merece atenção de todos aqueles que primam pelo respeito à dignidade humana frente às formas manifestadas inscritas ou subjetivas de barbárie. Neste vasto campo, o presente trabalho pretende estabelecer algumas considerações conceituais sobre o estado de exceção como paradigma e práxis das democracias ocidentais ou ocidentalizadas a partir do atual contexto do estado brasileiro.

Remetendo à ideia de construção dos Estados Modernos, ressaltam-se elementos que arregimentaram a consolidação dos seus processos políticos e sociais. A constituição dos

estados modernos mescla uma série de fatores e construções de uma amálgama de predicados ao longo da história:

A modernidade democrática contemporânea associa, de uma maneira sem exemplos no passado, valores pré-modernos, modernos e pós-modernos. Pré-modernos: ética do sacrifício e sofrimento passivo, ordem social estática e sofrimento passivo, ordem social estática como por intervenção divina. Modernos: o individualismo possessivo e os valores de mudanças e progresso. Pós-modernos: o Estado não garante o bem comum, a proteção dos direitos sociais e civis é considerada, melhor dizendo, um estorvo (MATOS, 2003, p. 48).

A princípio, se faz necessária a distinção entre soberania e estado de exceção, que foi estabelecida inicialmente por Carl Schmitt em 1922, na obra “Teologia Política”, que define a respeito do soberano como “aquele que decide sobre o estado de exceção” (SCHMITT apud AGAMBEN, 2004, p. 11). Em seu ensaio a respeito do estado de exceção, Giorgio Agamben delimita algumas condições que dão suporte para a compreensão do estado de exceção e sua instauração dentro de um Estado supostamente democrático, mais particularmente, pela “força de lei” por parte do soberano ao modo schmittiano:

O estado de exceção não é uma ditadura (constitucional ou inconstitucional, comissária ou soberana), mas um espaço vazio de direito, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas – e, antes de tudo, a própria distinção entre público e privado – estão desativadas. Portanto, são falsas todas aquelas doutrinas que tentam vincular diretamente o estado de exceção ao direito, o que se dá com a teoria da necessidade como fonte jurídica originária, e com a que vê no estado de exceção o exercício de um direito do Estado à própria defesa ou a restauração de um originário estado pleromático do direito (os “plenos poderes”). (AGAMBEN, 2004, p. 78-79)

A “zona de anomia” citada por Agamben (2004), ou seja, um espaço vazio do Direito, introduz aos infortúnios passíveis que vitalizam os rizomas das transgressões do estado democrático de direito. Logo, a democracia com molde liberal seria a força-motriz que medeia a natureza dos homens, em potencial, a sociedade constituída pelos “cidadãos”, criação basilar do Ocidente moderno, onde os ordenamentos jurídicos dariam condições igualitárias de direitos ao conjunto dos “cidadãos” frente às imposições de um Estado severamente coercitivo e com o pressuposto real do monopólio da violência.

Todavia, o instrumento do estado de exceção não é nenhuma novidade frente às políticas dos Estados-nacionais. A teoria do estado de exceção foi inaugurada em 1921 por Carl Schmitt em um estudo sobre a ditadura, e que se tratava inicialmente como uma “ditadura constitucional” (AGAMBEN, 2004, p. 17). Sobre a importância de percepção do estado de exceção no período envolvendo as duas grandes guerras mundiais, temos que:

A Primeira Guerra Mundial – e os anos seguintes – aparece, nessa perspectiva, como o laboratório em que se experimentaram e se aperfeiçoaram os mecanismos e dispositivos funcionais do estado de exceção como paradigma de governo. Uma das características essenciais do estado de exceção – a abolição provisória da distinção entre poder legislativo, executivo e judiciário – mostra, aqui, sua tendência a transformar-se em prática duradoura de governo. (AGAMBEN, 2004, p. 19)

Os abusos do exercício sistemático e regular do estado de exceção, segundo Agamben (2004, p. 19), “levariam necessariamente à liquidação da democracia”. Neste sentido, a democracia estaria em “suspensão” na vigência do estado de exceção e um novo regime se imporia, levando a um estado de permanente coação dos seus cidadãos. Agamben (2004, p. 13) define esse estado como “guerra civil mundial”:

[...] o estado de exceção tende cada vez mais se apresentar o paradigma de governo dominante na política contemporânea. Esse deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar radicalmente – e, de fato, já transformou de modo muito perceptível – a estrutura e o sentido da distinção tradicional entre os diversos tipos de constituição. O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo. (AGAMBEN, 2004, p. 13)

As democracias modernas ocidentais foram cooptadas pelas grandes corporações capitalistas. Os Estados, cujos governos são cada vez mais dependentes de “democracias eleitorais” com grande aporte de capital privado para eleger seus governantes (na verdade, a luta é para quem é o “melhor gestor” da “coisa pública”, que se confunde com a “coisa privada”), não mais trabalham para o usufruto dos seus cidadãos, mas, ao contrário, criam-se formas autoritárias de coerção dos mesmos, para manter a lógica de dominação capitalista, pulverizando a pluralidade e atomizando-a na retórica das diferenças culturalistas pós-modernas sob os auspícios da barbárie, uma vez que:

O fetichismo da economia converte a política em bode expiatório: a democracia substituída por lobbies e o enfraquecimento da dimensão simbólica da Lei resultam em indiferença política; o fim da democracia como esperança dá-se sob os auspícios do capitalismo tardio. Este substitui a democracia da pluralidade por aquela da “diferença”[...] fratura-se a sociedade pela via do gueto e da tribo [...], construindo sociedades etnicamente homogêneas e, como se sabe, a pureza de sangue, de espírito ou de conhecimento está na origem de todas as barbáries. (MATOS, 2003, p. 48)

Sobre sua pertinência na História, o estado de exceção esteve vigente em diversas democracias (ou países tido como outrora “democráticos”). O paradigma basilar que se pode encontrar no período que abrangeu o final da Alemanha, durante a República de Weimar e

durante todo o regime Nacional-socialista, é o estado nazista, liderado por Adolf Hitler. Logo que subiu ao poder, Hitler, com auxílio das suas tropas de assalto, a SA (*Sturmabteilung*), em 27 de fevereiro de 1933, forja um incêndio no palácio presidencial do Reichstag. A responsabilidade pelo atentado caiu sobre as costas dos comunistas, adversários do grupo nazista de Hitler. A orquestração do episódio teve a comoção esperada por Hitler. No dia seguinte, Hitler persuadiu o presidente alemão Paul Von Hindenburg a assinar o chamado “Decreto para a proteção do povo e do Estado” e que tinha como efeito a suspensão dos artigos da Constituição de Weimar no que se referia às liberdades individuais e civis (PRINTCHARD, 1976)³. A esse respeito, o estado de exceção se instaurava na Alemanha da ascensão nazista, perdurou até o seu fim, em 1945, e mostrou a face mais intensa e devastadora do totalitarismo moderno:

O decreto nunca foi revogado, de modo que todo o Terceiro Reich pode ser considerado, do ponto de vista jurídico, como um estado de exceção que durou 12 anos. O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. (AGAMBEN, 2004, p.13)

Sendo assim, é pertinente observar a inserção de um novo paradigma político, imposto sob a forma de uma construção não-inscrita de um ordenamento jurídico ao sabor do soberano ao estilo schmittiano, alicerçando práxis de dominação de âmbito a todos os Estados ditos democráticos:

Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos. (AGAMBEN, 2004, p. 13)

É preciso ainda fazer uma distinção entre estado de exceção e estado de sítio, de defesa ou medida jurídica similar excepcional que é amparada em lei. Por sinal, este último está inscrito na Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1998), nos artigos 137 a 139, como elemento de um ordenamento jurídico. Conforme aponta SERRANO (2016, p. 33), a respeito do estado de exceção: “trata-se de algo fora do direito, em que este é suspenso, prevalecendo

³ O episódio do incêndio do Reichstag ainda permanece controverso. Historiadores como Martin Kitchen defendem que foi realizado por um ato unilateral de um militante comunista e que teve relevâncias graças a uma série de “coincidências” danosas que permitiram a Hitler explorar os fatos para seus planos pessoais de governo e impor seu ideário de medo e xenofobia social (KITCHEN, 2013).

a decisão soberana”. É importante atentar-se para as circunstâncias do estado de exceção que são impostas pelo soberano e implicam o seu entendimento:

[...] a escolha da expressão “estado de exceção” implica uma tomada de posição quanto à natureza do fenômeno que se propõe a estudar e quanto à lógica mais adequada a sua compreensão. Se exprimem uma relação com o estado de guerra que foi historicamente decisiva e ainda está presente, as noções de “estado de sítio” e de “lei marcial” se revelam, entretanto, inadequadas para definir a estrutura própria do fenômeno e necessitam, por isto, dos qualificativos “político” ou “fictício”, também um tanto equívocos. O estado de exceção não é um direito especial (como o direito de guerra), mas, quando suspensão da própria ordem jurídica, define seu patamar ou seu conceito limite. (AGAMBEN, 2004, p. 15)

Ressalta-se ainda o papel do soberano schmittiano, ou seja, aquele que induz por própria vontade a imposição do estado de exceção. A consolidação ou execução do estado de exceção visa proteger os interesses subjacentes ao Estado e não seus cidadãos, ou seja, na situação limite, estabelecer a prerrogativa de proteção do Estado frente aos seus próprios cidadãos! Conforme salienta Agamben (2004, p. 30), a instauração por via de um estado de exceção se configuraria uma “democracia protegida” como regra e não mais como uma excepcionalidade.

A instabilidade e a fragilidade das democracias contemporâneas, com forte rejeição e desconfiança dos cidadãos, com baixa participação ativa dos mesmos, além da evocação de uma “desnaturalização” da política do meio social e banalização do sentido de se fazer política na sociedade (em geral, confundida com as disputas fratricidas entre partidos políticos), são elementos que ajudam a diluir a organização política da ação da democracia participativa em um Estado e aliando-se ainda a uma grande porosidade e aglutinação indevida entre os poderes da República:

Isto significa que o princípio democrático da divisão de poderes hoje está caduco e que o poder executivo absorveu de fato, ao menos em parte, o poder legislativo. O Parlamento não é mais o órgão soberano a quem compete o poder exclusivo de obrigar os cidadãos pela lei: ele se limita a ratificar os decretos emanados do poder executivo. Em sentido técnico, a República não é mais parlamentar e, sim, governamental. E é significativo que semelhante transformação da ordem constitucional, que hoje ocorre em graus diversos em todas as democracias ocidentais, apesar de bem conhecida pelos juristas e pelos políticos, permaneça totalmente despercebida por parte dos cidadãos. Exatamente no momento em que gostaria de dar lições de democracia e culturas e as tradições diferentes, a cultura política do Ocidente não se dá conta de haver perdido por inteiro os princípios que a fundam. (AGAMBEN, 2004, p. 32-33)

Sobre esta mutação do papel do judiciário, a amálgama entre os poderes e os protagonismos de alguns de seus operadores da lei fora da norma (aqui aparece outra dimensão dos abusos do estado de exceção), temos que:

A perversão democrática consubstanciada numa usurpação do poder representativo do parlamento, diretamente eleito pelo Povo, de ter um juiz além da lei, assumindo-se como representante dos juízos de censura da comunidade e do sentimento comum de justiça, sem ser eleito para tal, sem ter o prestígio inerente à sua competência jurídica (*auctoritas*), com comportamentos de vedeta e exibição pública da função de judicatura – nada tem a ver com a jurídico. Esta situação de juízes autoconsiderados representantes da comunidade com tiques populistas e sentenças assentes nas idiossincrasias corporativas de grupos e na ideologia de quem julga, subvertendo uma legitimidade indireta via nomeação pelo titulares de cargos políticos resultantes de eleições subverte o Estado de Direito através de uma jurisprudência sem jurídico e sem *Prudentia* por juízes sem carreira, sem regra, apesar do Povo. O ativismo judiciário seria, então, a expressão do autoritarismo estatal pela ação do juiz da legalidade convertido no juiz de Direito por apelo à Constituição. (VERA-CRUZ PINTO, 2016, p. 10, grifos do autor)

Conforme ressalta Matos (2003, p. 49), “onde não há política governam a violência e o terror”. O estado de exceção é a negação da liberdade e da democracia dentro de um Estado. Seus cidadãos ficam reféns de um estado onde o soberano emprega leis como um arauto divino, tal como Carl Schmitt comparava o estado de exceção na política ao milagre na teologia. O conflituoso *trade off* entre liberdade e segurança é cada vez mais voltado para o segundo pressuposto vital com a falência da Política como mediação entre os cidadãos, prossegue, assim, Matos (2003, p. 49): “o descrédito no parlamento, nas instituições políticas de representação social, na punição de sua violação, em sua aplicabilidade faz com que, hobbesianamente, troque-se liberdade por segurança”.

3. O entrelaçamento de mais um golpe de estado no Brasil e o seu desenrolar na sociedade brasileira

Finalizou-se com um golpe de estado parlamentar um longo processo de desgaste do Partido dos Trabalhadores (PT) na esfera federal com treze anos no poder e que foi se arrastando com mais ímpeto desde os protestos no inverno de 2013. Naquela ocasião, uma “onda conservadora” capturada por um forte e sistemático discurso ideológico midiático transformou simples protestos contra a alta nos preços de tarifas de transporte público

paulistano em uma onda irracional de ódios canalizada em uma torrente de insatisfações sem maior densidade de realismo político contra o governo Dilma Rousseff por todo o país⁴.

Uma pergunta que merece um maior desdobramento reflexivo é: qual o significado do golpe? Em primeiro lugar é preciso compreender o colapso do que foi a “Nova República”, período que sucedeu o processo de redemocratização do Brasil após o golpe de 1964, inaugurado com o advento da transição para a abertura democrática em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves e, com sua morte antes de tomar posse, sendo sucedido por seu vice, José Sarney (1985 a 1990). A primeira eleição direta para presidente após o golpe de 1964 deu início ao conturbado período de Fernando Collor de Mello (1990-1992) que foi interrompido por um “impeachment” e sucedido pelo mandato de seu vice, Itamar Franco (1992-1995). Posteriormente, a presidência foi passada para as mãos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e, por fim, a gestão de Dilma Rousseff (2011-2016), por sinal, todos eleitos democraticamente pela via eleitoral.

Agora, mais uma interrupção brusca da democracia brasileira foi marcada pelo golpe parlamentar de 2016 travestido por uma embalagem midiática do “golpeachment”⁵. As forças que atuaram no golpe de 1964 ressurgiram com a diferença nas iniciativas políticas setoriais. Se em 1964 os militares assumiram a postura do velho ranço golpista com tanques e baionetas, agora cederam lugar para um perigoso protagonismo dos atores jurídicos em concomitância com o legislativo e a ala conspiratória golpista dentro do poder executivo.

O “fora todos”, bordão comum nos protestos de época, se se metamorfoseou no “fora PT”, bandeira “apolítica” dos protestos políticos na pretensa falsa retórica de repúdio da “política” (no caso, a política praticada pelos governos petistas no plano federal). A “negação da política” sempre foi uma estratégia tática dos grupos mais reacionários em busca de consolidar na grande massa a sua ideologia política e se tornou peculiar nos movimentos fascistas do século XX.

⁴ O chamado Movimento Passe Livre (MPL), majoritariamente composto por estudantes secundaristas e universitários, se destacou no cenário nacional do segundo trimestre de 2013 com a demanda de fazer protestos em favor da “tarifa zero” para os transportes públicos da cidade de São Paulo. Na ocasião, um aumento da tarifa de ônibus, metrô e trens metropolitanos em 20 centavos desencadeou a primeira onda de protestos contra um governo do PT, cuja prefeitura estava sendo administrada pelo prefeito petista Fernando Haddad. Curiosamente, o aumento foi em conjunto dos governos estadual, administrada pelo tucano Geraldo Alckmin, e prefeitura, de Haddad, todavia o alvo principal do MPL foi voltado para a figura do prefeito petista.

⁵ Há uma diferença substancial entre a interrupção do mandato do ex-presidente Fernando Collor, em 1992, e agora da ex-presidenta Dilma, em 2016 (LATTAMAN-WELTMAN, 2009). A história da república brasileira conviveu com poucos anos seguidos de ares de democracia política, fato este que foge do intuito de análise do presente trabalho.

A força de imposição de ideias e administração de mundo está atrelada ao desejo das classes dominantes de manter sempre em seu controle os destinos da sociedade, conforme destaca Marilena Chauí:

[...] visto que as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante dessa época, o ponto de chegada da ideologia está necessariamente inscrito no seu ponto de partida, isto é, em ambos encontra-se o dominante revestido com a generalidade e a universalidade das ideias, que anulam e ocultam a realidade do dominante como uma classe particular (CHAUÍ, 2013, p. 129).

No momento atual, conforme preconizava Menezes (2014), a Caixa de Pandora se abriu e toda a direita e extrema-direita, que estavam hesitantes em mostrar explicitamente sua insatisfação seletiva contra os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, histórico dirigente maior do PT, e Dilma Rousseff, foram para as ruas em rastro de indignação exclusivamente antipetista resultante de ação direta da grande mídia do país. Ao mesmo tempo, os partidos políticos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais organizados, outrora letárgicos durante os anos petistas devido ao apoio dado aos governos Lula e Dilma, caracterizaram-se quase todos por uma “acomodação”; ficaram atônitos, acuados e espremidos nas cordas do ringue político-ideológico. É possível dizer que tais elementos que outrora sustentavam os governos petistas foram surpreendidos com o novo levante da “direita”⁶ (aqui representada pelo conjunto formado pelas diferentes forças conservadoras na sociedade), somente comparável às mobilizações que deram vazão à derrubada do governo de João Goulart (1961-1964) e culminariam no golpe civil-militar de 1964, resultando em mais uma longa interrupção da fragmentada democracia brasileira.

Mesmo após a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, com 54.501.118 votos (51,64% dos votos válidos), o seu governo já nasceu boicotado pelo grupo que saiu derrotado das eleições, encabeçado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), do senador por Minas Gerais, o fisiológico e cacique tucano, Aécio Neves, e por todo o império midiático das grandes corporações brasileiras de comunicação. A vida de Dilma seria piorada com uma das mais reacionárias composições de parlamentares do Congresso Nacional, cujo

⁶ A respeito do “mapeamento de campo”, considera-se, neste trabalho, a vitalidade dos esquemas de contrastes ideológicos caracterizados pelo par assimétrico “esquerda-direita”. Alguns autores pós-modernos de corte neoliberal insistem em descaracterizar esta fundamental ambivalência de distinção política buscando menosprezar ou eliminar a forte carga ideológica nele impregnada. Ao negar a ideologia presente nas acepções dos posicionamentos políticos, cria-se uma nova ideologia “asséptica”, onde o campo da política possa ser manifestado apenas por uma suposta “neutralidade” que, na prática, se mostra falsa e reducionista. Certamente, as concepções ideológicas na política merecem um estudo mais aprofundado, mas que escapa da proposta e dos limites deste presente trabalho.

simbolismo se expressa em uma das bancadas mais reacionárias, a chamada “BBB” (letras iniciais do “boi” ligado ao “agrobusiness”, da “bala” pertencente às facções de policiais com ares truculentos e, a mais conservadora de todas, a da “bíblia”, a maior e ligada à crescente ampliação dos tentáculos das igrejas neopentecostais na política nacional).

Com a evolução das dificuldades da economia e erros crassos do segundo mandato de Dilma (MORTARI, 2016), os setores mais conservadores conseguiram paulatinamente uma forte aliança que incluiu os parlamentares dos partidos de oposição ao governo, cuja liderança ficou delimitada inicialmente ao PSDB e à sua linha-auxiliar, os Democratas (DEM, partido outrora se denominava Partido da Frente Liberal - PFL - e ex-ARENA. Este último formou a base congressista da junta militar que conduziu a ditadura militar no país entre 1964 a 1985). Todos esses partidos foram derrotados no pleito de 2015 e incluindo até mesmo partidos de apoio de Dilma, em particular, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Juntaram-se a esses partidos, setores de alto escalão do sistema judiciário e setores da macroeconomia lideradas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)⁷. Conforme Edward Luttwak registrou em seu “manual” a respeito do golpe de estado:

Todo o poder, toda a participação estão nas mãos de uma pequena elite instruída. Essa elite é alfabetizada, educada, bem alimentada e segura, diferindo, portanto, radicalmente da ampla maioria dos outros cidadãos, praticamente uma raça diversa. As massas reconhecem isso e também aceitam o monopólio de poder da elite, e a não ser que algum abuso intolerável acarrete uma revolta desesperada, elas aceitarão suas políticas. Também aceitarão uma mudança no governo, seja pelos meios legais ou não. No fim das contas, trata-se apenas de outro grupo de “eles” tomando o poder. (LUTTWAK, 1991, p. 37)

É pertinente destacar que diante do “adestramento” da opinião pública visando fornecer o fomento ideológico, foi fundamental a adesão das grandes empresas midiáticas do país, lideradas pelos grupos Globo, Abril, Folha de S. Paulo e Estado de São Paulo, criando um discurso densamente seletivo, com técnicas similares às utilizadas pelo aparelhamento ideológico nazista, patrocinado por Joseph Goebbels, ministro da propaganda de Adolf Hitler (WYKES, 1975). A “narrativa do impeachment” foi alicerçada por uma grande frente

⁷Ficou muito conhecido o “ícone” produzido pela FIESP de um imenso pato amarelo de borracha exposto na fachada da sede da entidade no prédio da Avenida Paulista, o “coração financeiro” da cidade de São Paulo. A ideia dos seus idealizadores era chamar a atenção do oportunismo para atacar o governo da presidenta Dilma destacando a alardeada alta carga tributária no país. O bordão “Eu não vou pagar o pato”, referência a respeito da carga de impostos que incide os mais diversos produtos comercializáveis, ficou muito impregnado nos protestos anti-PT e anti-Dilma.

ideológica proveniente da grande burguesia brasileira⁸, em particular, a paulista, liderada pela FIESP, patrocinando todo o aparato da “máquina midiática”, que abusou das citadas técnicas de propaganda fascista. Neste delicado campo de operações psíquicas, a investida das táticas dos atos pró-impeachment foi explorar elementos inconscientes do sujeito/cidadão, buscando a desorganização social via apelo à neurose de grupo, tais como a desinformação, a seletividade, a massificação projetiva e a exploração do medo (SCHNEIDER, 1977; FREUD, 1996; ADORNO, 2015).

Nesta “onda conservadora” destaca-se a profusão ideológica que grassava na sociedade buscando negar, neutralizar ou deturpar a História, ou, como prescreve CHAUI (2013, p.131), “opera no sentido de impedir a percepção da historicidade”. Os ataques diários ao governo de Dilma se intensificavam de forma massiva, atingindo diretamente a sua figura pessoal, do ex-presidente Lula e do partido de ambos, o PT. A construção do imaginário de pureza entre “eu” e os “outros”, ou da forma esplanada por Carl Schmitt, com a dicotomia amigo/inimigo, conduz para a criação de algo que seja a contraparte narcísica da investida libidinal do sujeito/cidadão, o “inimigo idealizado”. Conforme preconizaram as lições de Schmitt em seu livro “O conceito de político”, datado de 1932:

Os conceitos de amigo e inimigo devem ser tomados em seu sentido concreto e existencial, e não como metáforas ou símbolos, não misturados ou enfraquecidos por noções econômicas, morais e outras, e menos ainda em um sentido privado-individualista e psicologicamente como expressão de sentimentos e tendências privadas. (SCHMITT, 2008, p. 29)

Ademais, sobre a massiva propaganda midiática e o comportamento social de viés fascista referente ao sujeito e às massas, é importante destacar:

O *ganho* narcísico fornecido pela propaganda fascista é óbvio. Ela sugere continuamente, e algumas vezes de forma maliciosa, que o seguidor, simplesmente por pertencer ao *in-group*, é o melhor, superior e mais puro que aqueles que são excluídos. Ao mesmo tempo, qualquer tipo de crítica ou autoconsciência é ressentido como uma perda narcísica e incita fúria. Isso explica a violenta reação de todos os fascistas contra o que eles julgavam *zersetzend* [destrutivo], aqui que desmascara seus valores mantidos obstinadamente, e// também explica a hostilidade de pessoas preconceituosas contra qualquer tipo de introspecção. (ADORNO, 2015, p. 177, grifos do autor)

⁸ Há fortes indícios de participação de fontes estrangeiras, notadamente estadunidenses, travestidas de beneméritas fundações que deram fomentos ideológicos e financeiros a alguns grupos de direita e extrema direita no país para organizarem movimentos em prol do impeachment de Dilma e campanha contra lideranças do PT, enfaticamente, Lula (MARIN, 2016).

O mote da “corrupção” foi o carro-chefe de identificação negativa projetada exaustivamente pelos meios de comunicação. À alegoria do discurso midiático, somente os membros do PT eram diretamente envolvidos em corrupção, e a Operação Lava-Jato, que será vista a seguir, era uma espécie de ornamento sagrado para atirar os petistas na fogueira da inquisição midiática (lembrando que nomes de outros partidos eram sempre relativizados ou simplesmente negados, como o primeiro articulador do golpe de estado, o PSDB).

O clima de perseguição antipetista e o suposto “caos econômico” como herança do governo Dilma também foram citados à exaustão, principalmente para justificar todas as medidas socialmente nefastas pelo novo governo que assumiu após a derrubada de Dilma do poder e justificação de erguimento da economia abalada pela crise política. Sintomaticamente, os anos 2013 e 2014, anos dos protestos iniciais contra o governo Dilma, tiveram taxas anuais do nível de desemprego de 5,4% e 4,8%, respectivamente, ou seja, os menores índices já registrados no país (MARTINS, 2014; PELAJO, 2015). Sob o ponto de vista da disponibilidade de empregos, parece pouco plausível uma insatisfação “genuína” tão histriônica e voluntária da população justamente no período de menores taxas de desemprego da história recente do país. A evocação do endosso das massas para ganhar dividendos políticos imediatistas é uma prática corriqueira dos ocupantes do poder ou postulante a ele, conforme salienta Luttwak (1991, p. 36): “a massa é politicamente passiva, mas é a passividade do silêncio forçado, não da inércia. A terrível ira causada pelas privações e pela injustiça está sempre presente, e às vezes explode. A massa talvez não tenha um propósito claro, mas suas ações têm consequências políticas”.

Como vice-presidente do governo Dilma, portanto, visceralmente atrelado à sua gestão, Michel Temer assumiu com uma cartilha completamente desproporcional e desconexa do plano de governo da antecessora, o mesmo que endossara e participara. As mais espetaculares e nitidamente desastrosas medidas foram anunciadas, desde a mudança radical da Previdência Social, Reforma Trabalhista (ou seja, na prática, seria o sepultamento das leis que protegeriam os direitos dos trabalhadores, a CLT, Consolidação das Leis do Trabalho), a privatização de empresas estatais e das reservas de petróleo a serem exploradas e a questão do pré-sal (BRAGON, 2016).

O governo Temer, à revelia das necessidades reais da maioria da população, que carece do Estado para promover políticas de bem-estar social, impôs cortes substanciais e congelamento de investimentos por décadas em áreas sociais, desmonte das leis trabalhistas e até mesmo alterações substanciais, por decreto, do currículo do Ensino Médio. Nenhuma dessas propostas foi debatida pela sociedade e sequer a nova junta governante passou pelo

crivo do voto popular. Sob a construção de um estado de exceção, o soberano impõe as regras as quais serão obedecidas pelo bem do Estado e não do cidadão. Portanto, segundo Luttwak (1991), é da natureza daqueles que praticam o golpe buscar calar os descontentes a fim de buscar a legitimidade dos seus atos por meio da naturalização dos seus feitos, uma vez que “se o governo pré-golpe for produto de uma tomada de poder, os objetivos do golpe podem ser apresentados puramente em termos de restaurar a ‘vida política normal’ ou, se formos esquerdistas *outrés*, podemos falar da ‘necessidade de restaurar a democracia’” (LUTTWAK, 1991, p. 84, grifo do autor).

O paradigma da violência institucional ficou presente nas agressivas investidas da polícia militar contra grupos descontentes com o governo, os chamados “Fora Temer”, particularmente em São Paulo, onde foram duramente reprimidos deixando diversos feridos em clima de pura brutalidade explícita do monopólio da violência estatal contra os descontentes no novo regime nas ruas (GARCIA, 2016). A baixa popularidade de Temer não significa necessariamente a recusa ao seu governo conclamado de “união nacional”. O clima de buscar naturalizar as terríveis medidas impopulares levou até mesmo o governo a criar uma perdulária campanha provocativa e depreciativa, cujo slogan foi “Vamos tirar o Brasil do vermelho”, com clara alusão à cor utilizada pelo partido da presidenta deposta e, ao mesmo tempo, se referir à “herança maldita” do governo Dilma no qual, curiosamente, o próprio Temer participou desde o primeiro mandato dela na condição de vice-presidente. A declaração de guerra ideológica apenas acirrará os ânimos políticos sem nenhum resultado concreto perante a mediação dos reais problemas do país (CARTA CAPITAL, 2016).

A representação da sociedade no campo da ideologia oferece certa racionalidade objetiva, à qual impõe o descarte da reflexão e do aprofundamento de “verdades inquestionáveis”. Naquele momento, no furor dos acontecimentos alimentados pela “política de ódio” da grande mídia desejosa pela queda do PT e de Dilma, alicerçou a narrativa catastrófica ao estilo sensacionalista, de que tudo de pior no país teria duas letras: “PT”. O “apagamento da História” se fez presente na ideologia que dominou o cenário “pré-impeachment”: uma saraivada de informações jorradas incessantemente por toda a mídia impressa, radiofônica, televisiva e eletrônica a respeito dos supostos “crimes” da “quadrilha do PT”. Como se o país tivesse sido “inaugurado” no dia da posse do primeiro mandato do ex-presidente Lula e se tornado tão degenerado no final do governo Dilma a ponto de necessitar jogar tudo na fogueira da “Santa Inquisição” midiática e “refundar” o “meu país”,

como milhares de manifestantes exaltavam em praças públicas aos protestos contra Dilma e ao uso generalizado da camiseta amarela da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Como sintoma de um momento peculiar da fragilidade ideológica dos “indignados” exclusivamente contra o PT e o governo Dilma, o uso de camisetas da seleção de futebol nacional recorre à manifestação de um suposto patriotismo pontual, beirando uma espécie de ufanismo com viés fascista, uma vez que na ausência de uma consistência mais estrutural do desejo manifesto por via de uma consciência de classe, o sujeito agarra-se a qualquer coisa que possa exprimir uma voz à “pulsão de morte” que movimentou protestos ancorados pela imposição coercitiva do aparelhamento ideológico da grande mídia, em particular, a Rede Globo.

Sobre a construção histórica das narrativas dos fatos, são válidas as percepções pertinentes de Chauí (2013) sobre a história escrita pelas classes dominantes e, aqui no caso específico, temos a narrativa constituída para a justificação da derrubada de Dilma, em que substituíram os historiadores pela narrativa pró-impeachment dos meios de comunicação:

A ideologia fabrica histórias imaginárias legitimadoras da dominação da classe dominante e, por isso, [...] sempre são narradas do ponto de vista do vencedor, de maneira que não há registro das ações dos vencidos e delas não restam vestígios na memória social. Por isso, os dominados aparecem nos textos dos historiadores sempre a partir do modo como eram vistos e compreendidos pelos próprios vencedores postos como sujeito único da história. (CHAUÍ, 2013, p. 140)

Ademais, a pequena-burguesia que saiu às ruas tinha um desejo por um aburguesamento de sua condição social e era temerosa quanto à sua possibilidade de proletarização (CHAUÍ, 2013). Aderir ao “ódio anti-PT” era muito mais confortável do que adentrar numa batalha mais crível contra o seu espelho narcísico que era a própria (e de fato) burguesia.

4. Sintoma da Justiça partidária: O fator “Lava-Jato” e “tempos excepcionais” da sociedade brasileira

Desde abril de 2014, com a supervisão do Procurador-geral da República, Rodrigo Janot, uma força-tarefa do Ministério Público Federal que ficou conhecida como “Operação Lava Jato”, sediada no estado do Paraná, transformou uma investigação de desvio de dinheiro da Petrobras na maior operação midiática para influenciar diretamente os resultados políticos da história brasileira recente. Com um grupo de procuradores com grande apelo aos holofotes

televisivos e tendo o juiz de primeira instância, Sérgio Moro, como protagonista de uma longa “novela judiciária”, os resultados políticos culminaram na narrativa de criminalização do PT, sendo, diariamente elaborada pelos meios de comunicação de forma seletiva e passional para influir decisivamente na opinião pública. Conforme o próprio juiz Moro em uma das suas inúmeras aparições da imprensa deixou “escapar” o fio condutor de suas ações “excepcionais”:

"Claro que a prisão preventiva é excepcional, mas, infelizmente, estamos em tempos excepcionais", justificou. "Mas mesmo essa excepcionalidade tem sido citada, nos casos que a comporta, dentro dos marcos legais. De maneira nenhuma eu [Sérgio Moro] defendo qualquer excepcionalidade em relação à inobservância da lei", afirmou. (AZEVEDO, 2016)

Vale lembrar a controversa e abusiva opereta sensacionalista da chamada “delação premiada” ou, da maneira formal, “colaboração premiada” (BRASIL, 2013), na qual um suposto acusado “dedura” quem ele desejar em troca de benesses futuras da pena. Esses expedientes fizeram a farra novelística da grande imprensa: acusados da Lava Jato denunciavam sem provas e pessoas foram expostas em cadeia nacional como “grandes ladrões” da sociedade, enfatizando sempre a alcunha pejorativa de “amigos de Lula”. O estado democrático de direito que salvaguardava a presunção de inocência foi substituído por um estado de delação, histeria puritana e pré-julgamentos sem provas e sequer elementos acusatórios com alguma solidez processual (AZENHA, 2016; CAGNI, 2016; AGUIAR; ARAÚJO, 2015).

Municiados ideologicamente pelo ativismo jurídico anticonstitucional e partidarizado, grupos que se orgulhavam em autodenominar-se “apolíticos” doutrinados por uma ideologia neoliberal⁹, como o “Movimento Brasil Livre” (MBL) e o “Vem Pra Rua”, com apoio maciço

⁹Por detrás do discurso “apolítico”, tais grupos foram criados, orquestrados e financiados por ONGs estrangeiras e partidos políticos de oposição ao governo (em particular, PSDB, DEM e setores do PMDB). Seus membros com discursos profundamente reacionários participaram ativamente como candidatos das eleições municipais de outubro de 2016, o que fez cair por terra todo falso elã “apartidário” que ostentavam nas redes sociais e nas ruas. O exemplo do “sucesso” eleitoral da onda “anti-PT” foi a eleição do líder do MBL, Fernando Holiday pelo DEM, para ocupar uma cadeira na Câmara dos Vereadores da cidade de São Paulo. Holiday, um controverso jovem negro e homossexual que fez discursos agressivos justamente contra os grupos sociais o qual fisicamente ele pertencia, ficou conhecido pela atuação midiática contra o PT atrelado a uma retórica de ódio e incisivo discurso neoliberal. Neste cenário, Holiday estava surfando na nova onda da extrema-direita que ressurgiu após 2013 no Brasil e, por sua vez, refletia o turvo cenário ideológico das direitas extremistas estadunidenses e europeias. Ademais, é necessário salientar, foi uma emblemática captura do discurso culturalista (originário de uma penetração do discurso pós-moderno dentro dos partidos de esquerda) pelo jovem Holiday, o que expôs, mais uma vez, a fragilidade e porosidade das bandeiras identitária que são absorvidas demagogicamente pelos partidos de direita em um cenário de intensa disputa política e dominada pelos setores mais reacionários da sociedade. Tal discussão é altamente pertinente para a reflexão crítica dos partidos de esquerda do pós-Muro de Berlim, mas foge do escopo do presente trabalho.

dos meios de comunicação, levaram milhares de pessoas, em particular, da classe média, para as ruas contra o governo de Dilma Rousseff e o PT. Ações que formaram um esdrúxulo espetáculo promovido pela direita brasileira, ou seja, os setores mais conservadores e reacionários, manifestada nas “marchas do ódio”, após 2013, foram um show de condução de grupos sociais supostamente “enfurecidos” pelos parcos progressos sociais das classes mais baixas promovidas pelos governos Lula e Dilma¹⁰. Nada se apresentou mais “inaceitável” para certa parcela reacionária e articulada da classe média do que a “ascensão dos debaixo”, ou seja, o que estava em jogo era a disputa de espaço dentro da sociedade de um grupo de privilegiados contra aqueles que poderiam macular tais privilégios. Nas redes sociais, o clima de hostilidade e ódio dava uma dimensão do quão parcial, distorcida e empobrecida estava aos olhos dos “internautas” que eram incessantemente bombardeados por notícias negativas do governo Dilma, da ação persecutória da vida pessoal do ex-presidente Lula e das ações do PT. Canalizando para o apelo a uma “neurose de massa”, todo um afeto de ódio estimulado diariamente pelos meios de comunicação foi sedimentado em uma espécie de “tripé de Geni”¹¹: Dilma, Lula e o PT.

As tensões políticas se aprofundavam e os padrões de acirramento se acentuavam, criando um imaginário social de desprezo à democracia, aos partidos políticos e à própria política. As artificiais e superficiais coalizões políticas suprapartidárias com interesses meramente mercantis de poder e verbas públicas que vigoravam em toda a Nova República, perfazendo todas as gestões dos presidentes, chegavam a um limite no segundo governo Dilma (2015-2016). À medida que a onda de denúncias atingia diretamente o PT com a repercussão da dramaturgia oriunda das investigações da Operação Lava Jato, a base de sustentação do governo Dilma se fazia cada vez mais porosa. Como critica Vera-Cruz Pinto (2015, p.11, grifos do autor) a sujeição de um abusivo protagonista de membros da justiça brasileira ao se aproximar do modelo estadunidense o qual “[...] o juiz assume um

¹⁰ Como paralelo na História recente brasileira, em 1964, ficou conhecido a “Marcha pela Família com Deus e pela Liberdade” que aglutinou milhares de pessoas das classes média e alta, particularmente em São Paulo, em reação a uma suposta “ameaça comunista” e contra o então governo do presidente João Goulart. No Rio de Janeiro, a edição da marcha ficou conhecida como a “Marcha da Vitória”. Ambas as marchas tiveram amplo apoio dos grandes meios de comunicação da época e foram encabeçadas por partidos políticos contrários ao governo de Goulart. Tal como em 2016, as marchas de 1964 serviram para canalizar o momento de insatisfação de grupos setorializados da sociedade e criar uma farsesca imagem de respaldo com o “apoio popular” ao golpe civil-militar do período.

¹¹ Aqui, uma alusão à célebre canção de 1978 composta por Chico Buarque, “Geni e o Zepelim”. Na música de Chico, a personagem de Geni era uma figura transgressora e indesejada pelos habitantes locais, que após salvar sua cidade de um ataque de um zepelim, um balão dirigível de origem alemã, e o perigo se afastou para seus habitantes, volta a ser escorraçada pela sociedade demonstrando todo o caráter hipócrita e moralista da sociedade.

protagonismo ‘hollywoodesco’, permitido pela norma constitucional e requerida pela sociedade do ‘star-system’”.

Com a evolução performática da Lava Jato, que acusava com provas frágeis nomes particularmente ligados ao PT, as ações seguiam tendo como estratégia tripla em “tempos excepcionais”: o ataque ao governo Dilma, a desmoralização de Lula e a criminalização do PT. Neste anticlímax da governabilidade, o governo Dilma colocava em pauta um problemático programa de ajuste fiscal que culminaria com o viés de recessão econômica para os setores produtivos. O quadro internacional com preços do petróleo em queda culminaria na desestabilização do real frente ao dólar, com adicionais prejuízos contábeis para a Petrobras (incluindo toda a chamada “economia do petróleo” sofrendo o revés com a baixa dos preços no mercado internacional). Na miscelânea de fatores anti-Dilma, sua popularidade era medida por institutos de independência e isenção questionadas: IBOPE e DATAFOLHA, dois grupos que, ligados aos setores de comunicação mais interessados na queda do governo, faziam a “festa” dos números negativos.

Um fator decisivo para a queda do governo Dilma foi o protagonismo passional do Poder Judiciário na cena política. Não apenas o fator novelesco partidarizado da “Lava Jato” influenciou nos ânimos da sociedade perante o governo, mas as sucessivas articulações do Supremo Tribunal Federal (STF), com seus membros protagonizando ações de total desrespeito constitucional, colaboraram para criar um clima de golpismo que poderia culminar no encerramento de mais um ciclo democrático no país (FELLIPE, 2016).

A avalanche midiática apenas ampliava-se em torno da construção alegórica na narrativa do “impeachment” da presidenta Dilma, ou seja, a articulação do golpe parlamentar, o “golpeachment” sobre uma oportunista acusação de “crime de responsabilidade” mediante “pedaladas fiscais”. A Câmara dos Deputados, em 17 de maio, fez o mais tétrico espetáculo circense da sua história, comandado pelo então presidente da Casa, Eduardo Cunha¹² que, posteriormente teve o seu mandato de deputado federal cassado por denúncias de corrupção. De uma forma tão surreal, após a votação derradeira do impeachment de Dilma no Senado no

¹² Eduardo Cunha, um dos mais corruptos e fisiológicos políticos do PMDB, foi um agente central do tear conspiratório que envolveu a queda de Dilma, uma vez que conseguiu se articular para ocupar o posto de Presidente da Câmara dos Deputados, sendo que usou o cargo para proveito pessoal e para dirigir todo o certame político que decorreu até a votação final da cassação de mandato de Dilma. Quando no auge do furor anti-PT, Cunha foi aclamado “herói nacional” pelas protestantes da direita e tido como um exemplo da “luta contra a corrupção do PT”. Ademais, é preciso esclarecer ainda muitos fatos nebulosos destes episódios tendo Cunha como um articulador central do golpe e hoje, no atual momento, é mantido na cadeia por seus crimes de corrupção (ou, como é possível também olhar sob outro prisma, é mantido em “silêncio” tendo em vista um golpe de estado em curso).

dia 31 de agosto, dois dias depois, a Câmara dos Deputados aprova medida em que as manobras fiscais da “pedalada” seriam válidas para o governo Temer!

Para obter êxito, um golpe de estado carece de uma maquinaria refinada entre seus elementos insurgentes que possam aglutinar entusiastas, alavancar condições materiais e ideológicas e sustentar na prática tal evento de “engenharia política”. No caso do golpe de 2016, foi arregimentada uma articulação que envolveu amplo segmento da burguesia nacional, envolvendo os setores parlamentares, grande mídia, empresários ligados à FIESP, sistema financeiro e setores da classe média de maior poder aquisitivo (neste grupo, entram também os funcionários públicos do Poder Judiciário com altos salários). Essa amálgama política densamente difundiu seus ideários em todos meios de comunicação, conduzindo o país a um caldo de cultura golpista similar aos movimentos pré-1964, a antessala do golpe militar. O resultado tragicamente se repetiria com requintes mais sórdidos e agora transformado em “golpe parlamentar” no fatídico dia 31 de agosto, com o tiro de misericórdia dado pelo Senado Federal, com toda anuência e participação do STF, o fiador jurídico do golpe: Dilma é deposta, e seu vice, Michel Temer, líder do PMDB, assume o poder, traíndo sua ex-companheira de chapa em um dos episódios mais escatológicos da política nacional.

Sobre o exibicionismo midiático da justiça brasileira, são sintomáticas as chamadas “dez medidas de combate à corrupção”, que o Ministério Público Federal (MPF) vem divulgando como uma grande panaceia para “acabar com a corrupção brasileira”, de forma sensacionalista perante a opinião pública. Segundo o próprio site do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (2016), o MPF vem encabeçando, junto à sociedade no afã de obter o apoio populista da população, uma série de violações à Constituição Federal de 1988 e criando um amplo e perigoso caminho para as práticas persecutórias típicas de regimes fascistas, a diluição do sentido jurídico do “Habeas Corpus”, a legalização da política indiscriminada do encarceramento em massa, a diluição da presunção de inocência de qualquer cidadão ao inverter o ônus da prova e cria mecanismos surreais de prisão como a armação de “joguetes persecutórios” (os insanos e aviltantes “testes morais” para os servidores públicos, exceto para os membros do Judiciário, é claro!) conforme é tresloucadamente proposta na primeira das dez propostas feitas por alguns membros mais “politizados” do MPF¹³. Curiosamente, quanto mais o MPF deseja avançar no “combate à

¹³ O mais surreal ainda nesta “façanha” do MPF, uma entidade jurídica pública, é a divulgação, em site oficial na internet, de uma prosaica lista de “apoiadores” do arranjo populista partidariado dos promotores públicos federais traduzidos nas “dez propostas contra a corrupção”. Encabeça a lista dos “apoiadores” uma série de personalidades sem relevância alguma no âmbito jurídico, social, político ou acadêmico, tais como artistas Gloria Pires e Reynaldo Gianecchini, um apresentador de *talk-show*, Danilo Gentile, conhecido por suas

corrupção” entre a classe política, paradoxalmente é no Poder Judiciário que se encontra um nível de corporativismo e impunidade que transforma operadores da lei, como juízes e promotores, em seres intocáveis no Brasil (ASSIS, 2016). O estado de exceção no Brasil se consolidaria assim com elementos que exterminariam o estado democrático de direito e todas as prerrogativas constitucionais de garantias à dignidade da pessoa (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988), em particular, o seu quinto artigo¹⁴.

O conjunto destas leis, que não passaram por nenhum crivo do debate na sociedade, é proposta exclusiva de um grupo de promotores federais que, na prática, querem fazer uma reforma a fórceps no Código de Processo Penal. Atualmente, tramita na Câmara dos Deputados Projeto de Lei 4850/2016, apresentado em 23 de março de 2016, surfando na crista da onda, a qual os promotores públicos federais investiam contra o PT, dando apoio “político-jurídico” para a derrubada do governo Dilma. Todos os deputados que assinam o PL, encabeçado pelo Deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PV/SP), como Diego Garcia (PHS/PR), Fernando Francischini (SD/PR), João Campos (PRB/GO), foram favoráveis ao impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff e seus partidos, e atualmente integram a base de apoio ao novo governo que ocupou o poder, após o golpe parlamentar. Desta maneira, o que se conclui é que houve um elo (ou, no mínimo, a “colaboração”) entre promotores públicos e parlamentares que efetivamente atuaram no golpe de estado para ampliar o clima anti-PT e anti-Dilma com supostos “desvios de conduta” por parte do governo deposto tendo como base o mito da “corrupção” como causa de todos os males da sociedade brasileira.

Sobre o êxito do atual golpe de estado no Brasil, é possível observar as pertinentes lições de Luttwak (1991) quanto às estratégias de colocar o povo (as massas) sob estado de inação:

[...] após um golpe, o policial da aldeia lê uma proclamação, o rádio diz que o antigo governo era corrupto e que o novo proporcionará comida, saúde e educação –

posições grotescas, fascistas e infantilizadas, a ex-modelo Luiza Brunet, a cantora Preta Gil e o porta-voz do “Jornal da Globo”, o conservador Arnaldo Jabor. Uma tendenciosa lista de “subcelebridades” que, no mínimo, mereceria um prêmio para unir tantas personalidades sem nenhum compromisso com a Justiça e com as questões sociais! Como é possível que procuradores públicos, remunerados pelo erário e com responsabilidade jurídica sobre a sociedade, chegassem a tal ponto de tamanho populismo vazio e troglodita, em troca de narcisistas holofotes midiáticos? (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016).

¹⁴ Um exemplo da crescente ingerência abusiva do Poder Judiciário, frente aos direitos constitucionais e privacidade dos cidadãos, são os constantes bloqueios arbitrários do aplicativo de comunicação entre celulares chamado WhatsApp. A cada momento, inesperadamente, uma decisão judiciária pede suspensão do aplicativo sem justificativa alguma, apenas para criar um instantâneo protagonismo midiático do magistrado que a expediu de forma arbitrária, com repercussão para todo território nacional, atropelando toda a legislação sobre o chamado “Marco Civil da Internet” (INTERVOZES, 2016).

e às vezes até mesmo glória. A maioria do povo não acreditará nem desacreditará dessas promessas ou acusações, sentindo apenas que tudo isso está acontecendo em algum lugar longínquo. Essa falta de reação é tudo o que o golpe necessita da parte do povo a fim de permanecer no poder. (Luttwak, 1991, p. 37-38)

O atual estado de exceção brasileiro se plasmou na mescla entre um poder executivo parido por um golpe de estado, um parlamento sem credibilidade política e com maioria de congressistas com denúncias na Justiça e um sistema judiciário que partidariza as questões jurídicas sem nenhum apreço à defesa institucional da Constituição vigente no país.

5. Observações finais

O Brasil adentrou na maior crise política do século XXI, sob o manto sinistro de mais um golpe de estado, sob a versão de um “golpeachment”. A política de conciliação de classes construídas pelo PT desde o primeiro mandato e transcrita na famosa “Carta ao Povo Brasileiro” (FOLHA ONLINE, 2002), plataforma eleitoral de Lula em época de disputa eleitoral em junho de 2002 para “acalmar o mercado financeiro” e afagar a resistente e reacionária burguesia interna, apesar de ter seus momentos áureos com crescimento consistente do PIB e com a introdução de políticas sociais que retiraram parcialmente milhões de brasileiros da linha de pobreza, não existe mais, ruiu por completo!

Os falsos arranjos de interesses foram definitivamente rompidos e são nítidas as fraturas entre as classes sociais nos interstícios das disputas não declaradas e dos objetivos por detrás de um golpe. O estado democrático de direito vem se pulverizando avassaladoramente e, no seu lugar, crescem os tentáculos do estado de exceção, com suas doutrinas não-inscritas de coerção dos cidadãos diante da obsolescência da democracia como alternativa contra a barbárie.

Neste sentido, cabe recuperar o pensamento do polêmico pensador alemão, Carl Schmitt, não como paradigma a ser instaurado, mas, ao contrário, para buscar entender as tentações de suas lições que tanto agradam aos governantes dos Estados modernos. Diante da velocidade dos acontecimentos, em ritmos alucinantes, o cidadão da “pólis” (aqui na referência do “sujeito comum”, quando há alguma participação dentro da sociedade) não consegue compreender, com um mínimo de clareza, o que se passa realmente ao seu redor (pode-se entender como uma decorrência angustiada das neuroses em grupo). A insistência das informações jorradas nos meios de comunicação a todo instante não visaram à reflexão do cidadão/espectador, mas à repetição automática até se cristalizar em uma suposta

“verdade” (quase) absoluta. A pretensa “era da informação”, que muitos entusiastas acreditavam como panaceia positivista de observação de mundo, apenas se consolidou em mais um mecanismo de manipulação de massa. Informação não é conhecimento, mas tem seus méritos de condução psicológica de grupos de interesses.

Nesta zona de anomia ou “espaço vazio”, tal como foi chamado por Giorgio Agamben, onde as leis constitucionais são mantidas em suspensão, como um corpo enfermo e inerte ligado a tubos de oxigênio e alheio à vida real, o estado de exceção se fortalece e se faz presente sem praticamente nenhuma resistência na sociedade. Tal como foi dito, o estado exceção se apresenta como um patamar indeterminado, uma zona nebulosa, entre a democracia e o absolutismo.

Vale lembrar o que estado de exceção nunca saiu de cena no Brasil, mesmo com o fim oficial do golpe civil-militar em 1985, pois, dentro do modelo de modernização excludente, ele sempre existiu nos guetos, nas favelas e nas comunidades mais paupérrimas das cidades brasileiras. O estado democrático de direito nunca existiu nestas regiões, dominadas pela violência de diversos níveis, deixando uma população à margem de qualquer processo democrático e sem participação ativa nas decisões reais da vida pública em qualquer âmbito.

A crítica liberal, por sua vez, entoa o discurso de que a democracia é uma construção moral, na qual todos seriam culpados pelos acontecimentos políticos e generalizando as responsabilidades. Será que a grande burguesia nacional, que lucrou no tempo do Regime Militar e também no período da “redemocratização” e participou ativamente nos golpes de 1964 e 2016, está no mesmo patamar de responsabilidade de parcela significava de trabalhadores cuja vida sofrida transitou nos aglomerados infernais da precariedade do transporte público? As raízes autoritárias brasileiras vão além do simplismo moralista, quase beirando o senso comum, como, analisa Brum (2017). Os possíveis avanços para a solidificação de uma democracia oriunda de modelos estadunidense ou europeu dentro de um contexto de desenvolvimento brasileiro de capitalismo tardio passam por uma necessária responsabilização coletiva da sociedade. Todavia, não é possível creditar todas as mazelas autoritárias a sujeitos sociais diametralmente díspares em sua condição socioeconômica e atuação política. Quando se busca fazer um simplista e emotivo “exercício de socialização” das responsabilidades, retira-se, sem demora, o peso maior daqueles elementos que são responsáveis diretos pelos fatos, minimizando suas atuações fulcrais, e elevando a responsabilidade daqueles que são muito mais vítimas dos acontecimentos do que algozes deles.

A chamada “Nova República” chegou ao seu fim de forma caduca e trágica. O novo golpe de estado brasileiro não irá abrir nenhum caminho para novos ares democráticos, ao contrário, as interrupções da democracia sempre deixam marcas traumáticas na sociedade e sempre impactando graves reveses no desenvolvimento socioeconômico. A falência do modelo político democrático de representação parlamentar, a negação da política pelos oportunistas que se servem dela, o espetáculo narcisista e obscuro da perversão às normas constitucionais para dar vazão ao protagonismo de elementos do judiciário partidarizando questões essencialmente políticas e o colapso do sentido da política são elementos altamente explosivos que abalam quaisquer estruturas democráticas. No caso brasileiro, a sociedade se aventura por caminhos já conhecidos, os quais não trouxeram nenhuma luz substancial para a vida social.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. W. Ensaio sobre psicologia social e psicanálise. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGUIAR, Gustavo; ARAÚJO, Carla. STF decide que polícia só pode invadir casas sem mandado em casos excepcionais. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 05 nov. 2015. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,stf-decide-que-policia-so-pode-invadir-casas-sem-mandados-em-casos-excepcionais,1791643>

ASSIS, Vinícius. Aposentadoria, com salário, até para magistrado que vendeu sentença. El País Brasil, São Paulo, 8 out. 2016. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/07/politica/1475794566_642340.html Acesso: 08 out. 2016.

AZENHA, Manuela. Diretor de Direitos Humanos da OAB-SP: “Estamos numa antessala da ditadura?”. Revista Brasileiros, 09 set. 2016. Disponível em: <http://brasileiros.com.br/2016/09/diretor-de-direitos-humanos-da-oab-sp-estamos-numa-antessala-da-ditadura/> Acesso: 09 set. 2016.

AZEVEDO, Guilherme. "Estamos em tempos excepcionais", diz Moro ao defender prisões preventivas. Folha de S. Paulo, São Paulo, 04 out. 2016. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/10/04/estamos-em-tempos-excepcionais-diz-moro-ao-defender-prisoas-preventivas.htm> Acesso: 04 out. 2016.

BRAGON, Ranier. Câmara aprova fim da obrigatoriedade da Petrobras na exploração do pré-sal. Folha de S. Paulo, São Paulo, 05 out. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/10/1820294-camara-aprova-fim-da-obrigatoriedade-da-petrobras-na-exploracao-do-pre-sal.shtml> Acesso: 05 out. 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 5 out. 1988. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso: 01 ago. 2016.

BRASIL. Lei Nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei no 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm Acesso: 10 ago. 2016.

BRUM, Eliane. A Lava Jato como purgação e maldição. El País, 26 jun. 2017. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/26/opinion/1498488947_331660.html Acesso em 26 jun. 2017.

CARONE, Edgard. A Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1976.

CARTA CAPITAL. Governo Temer lança campanha para "tirar o Brasil do vermelho". Carta Capital, São Paulo, 05 out. 2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/temer-comeca-campanha-para-tirar-o-brasil-do-vermelho> Acesso: 06 out. 2016.

CAGNI, Patrícia. Maioria do STF mantém possibilidade de prisão após condenação em segunda instância. Congresso em Foco, 05 out. 2016. <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/maioria-do-stf-mantem-possibilidade-de-prisao-apos-condenacao-em-segunda-instancia/> Acesso: 05 out. 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL 4850/2016. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2080604> Acesso: 01 set. 2016.

CHAUÍ, Marilena. Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

FELIPPE, Marcio Sotelo. Moro está autorizado a descumprir a Constituição? Carta Maior, 30 set. 2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/moro-esta-autorizado-a-descumprir-a-constituicao> Acesso: 30 set. 2016.

FOLHA ONLINE. Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro. Folha de São Paulo, 24 jun 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml> Acesso em: 02 out 2016.

FREITAS, Jânio de. 'Soluções inéditas' da Lava Jato têm um nome: Tribunal de Exceção. Folha de S. Paulo, São Paulo, 25 set. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefretas/2016/09/1816607-solucoes-ineditas-da-lava-jato-tem-um-nome-tribunal-de-excecao.shtml> Acesso: 25 set. 2016.

FREUD, Sigmund. Psicologia de grupo e análise do ego. In: Além do Princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GARCIA, Janaina. OEA: PM facilita ou reprime protestos conforme a ideologia de manifestantes. Folha de S. Paulo, São Paulo, 05 out. 2016. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/10/05/oea-pm-facilita-ou-reprime-protestos-conforme-a-ideologia-de-manifestantes.htm> Acesso: 05 out. 2016.

INTERVOZES. WhatsApp e o olhar de exceção como regra do Estado brasileiro. Carta Capital, São Paulo, 07 out. 2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/whatsapp-e-o-olhar-de-excecao-como-regra-do-estado-brasileiro> Acesso: 07 out. 2016.

KITCHEN, Martin. História da Alemanha moderna: de 1800 aos dias de hoje. São Paulo: Cultrix, 2013.

LATTMAN-WELTMAN, F. Como fazer um presidente. Revista de História da Biblioteca Nacional, ano 5, n. 50, p. 63-65. Rio de Janeiro, 2009.

LUTTWAK, Edward. Golpe de estado: um manual prático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MARIN, Pedro. Golpe no Brasil: a conexão internacional. Outras Palavras, São Paulo 11 mai. 2016. Disponível em: <http://outraspalavras.net/brasil/golpe-no-brasil-a-conexao-internacional/> Acesso: 15 mai. 2016.

MARTINS, Diogo. Taxa média de desemprego em 2013 é a menor da história. valor Econômico, 30 jan 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3413340/taxa-media-de-desemprego-em-2013-e-menor-da-historia> Acesso em: 21 set 2016.

MATOS, Olgária. Modernidade: república em estado de exceção. Revista de História, São Paulo, n. 59, p. 46-53, set./nov., 2003.

MENEZES, Wellington Fontes. A Caixa de Pandora: algumas considerações sobre os protestos de inverno em São Paulo (2013). In: Revista Espaço Acadêmico, n. 167, ano XIV.

Maringá, jul. 2014, pp. 67-81. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/22391> Acesso: 01 ago. 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Conheça as medidas. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.dezmedidas.mpf.mp.br/apresentacao/conheca-as-medidas> Acesso: 20 set. 2016.

MORTARI, Marcos. "O governo discute o remédio para a crise errada", diz economista. InfoMoney. São Paulo, 04 out. 2016. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/mercados/noticia/5608808/governo-discute-remedio-para-crise-errada-diz-economista> Acesso: 04 out. 2016.

PELAJO, Cristina. Brasil encerra 2014 com a menor taxa de desemprego já registrada. Jornal da Globo, 29 jan 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2015/01/brasil-encerra-2014-com-menor-taxa-de-desemprego-ja-registrada.html> Acesso em: 21 set 2016.

PRITCHARD, R. John. O incêndio do Reichstag. Coleção História Ilustrada da 2ª. Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1976.

WYKES, Alan. Goebbels. Coleção História Ilustrada da 2ª. Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1976.

SERRANO, Pedro Estevan Alves Pinto. Autoritarismo e golpes na América Latina: breve ensaio sobre jurisdição e exceção. São Paulo: Alameda, 2016.

SCHMITT, Carl. O conceito de político/Teoria do Partisan. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

SCHNEIDER, Michael. Neurose e classes sociais: uma síntese freudiano-marxista. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

VERA-CRUZ PINTO, Eduardo. Prefácio. In: SERRANO, Pedro Estevan Alves Pinto. Autoritarismo e golpes na América Latina: breve ensaio sobre jurisdição e exceção. São Paulo: Alameda, 2016.

O PÊNDULO BRASILEIRO: ATÉ QUANDO?

Danilo Enrico Martuscelli*

I

O processo de desenvolvimento capitalista na América Latina tem sido marcado por sucessivas crises de acumulação de capital e de dominação política, o que tem ocasionado bruscas e frequentes mudanças no conteúdo da política econômica e social e nas relações de classe.

Em meados dos 1970, o economista Marcelo Diamand fez uso da metáfora do pêndulo para explicar as oscilações recorrentes da política econômica argentina que, em grande medida, derivariam das disputas entre duas “correntes antagônicas” do pensamento econômico: a corrente populista (mais tarde chamada por ele de “corrente expansionista ou popular”) e a corrente ortodoxa econômica (posteriormente denominada por ele como “liberalismo econômico”).¹⁵

A primeira refletiria os anseios das massas populares, já que teria considerável impactore redistributivo e na criação de emprego, estaria mais conectada com a ideia de soberania econômica do país, produziria relativo crescimento da atividade econômica, satisfazendo, com isso, os interesses do setor comercial e industrial, piorando a situação do agro e adotando certa política discriminatória em relação ao capital estrangeiro. A segunda corrente representaria o setor agropecuário, o setor financeiro, o exportador tradicional e, inclusive, o industrial.

Para ele, nenhuma das duas correntes seria capaz de colocar o pêndulo no meio. Ambas estariam condenadas ao fracasso econômico. A corrente populista por engendrar a desordem, o desabastecimento, a inflação e a interrupção do pagamento externo; a corrente liberal por fomentar a redução dos salários, a recessão e o endividamento externo. Ademais, tal disputa tenderia a se reproduzir em países com condição similar à Argentina – isto é, diríamos: em países dependentes com certo nível de desenvolvimento capitalista.

* Professor de Ciência Política da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), editor do blog marxismo21 e autor do livro: *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba, CRV, 2015.

¹⁵ As reflexões produzidas por Marcelo Diamand podem ser encontradas em dois artigos que possuem pequenas diferenças no conteúdo da redação: “El péndulo argentino: empate político o fracasos económicos” In: Carlos A. Floria e Marcelo Montserrat (orgs.). *Pensar la República*. Buenos Aires, Fundación Piñero Pacheco, 1977; e “El péndulo argentino: ¿hasta cuándo?”. *Cuadernos del Centro de Estudios de la Realidad Económica*, Buenos Aires, n. 1, 1985.

Foi o cientista político Guillermo O'Donnell quem procurou traduzir mais claramente a metáfora do pêndulo em termos conflito de classes. No artigo “Estado y alianzas en Argentina, 1956-1976”, O'Donnell observa que o movimento pendular da grande burguesia urbana em termos de aproximação (unidade) e distanciamento (contradição) em relação aos interesses da burguesia pampeana, derivaria, em grande medida, das pressões oriundas dos setores débeis da burguesia urbana em aliança com os setores populares com forte inserção operária (“aliança defensiva”). Nessa perspectiva, quando os interesses das frações superiores da burguesia entram em contradição, configura-se uma situação em que a defesa do mercado interno, o crescimento do nível de atividade econômica e a contenção da expansão do capital internacional na formação social passam a ser uma das características marcantes da “aliança defensiva”.¹⁶

Nas análises acima mencionadas, a metáfora do pêndulo é utilizada ora para examinar as disputas entre correntes do pensamento econômico (Diamand), ora para compreender os conflitos entre as frações superiores da burguesia argentina (O'Donnell). Se formos empregá-la à explicação da crise brasileira atual, julgamos ser preciso levar em consideração três aspectos fundamentais que têm contribuído para engendrar o movimento pendular da burguesia brasileira nas últimas décadas: 1) o papel desempenhado pelo imperialismo na formação social brasileira; 2) a relação ambivalente que a burguesia brasileira tem mantido com o imperialismo; 3) as tensões existentes entre as frações da grande burguesia e as classes dominadas nas conjunturas de crescimento significativo do protesto social. A elucidação desses três aspectos nos permite entrever a natureza da crise política atual.

II

Se nos restringirmos à análise do capitalismo neoliberal no Brasil, é possível observar três movimentos do imperialismo que estiveram profundamente conectados com a emergência das três crises políticas recentes: a crise do governo Collor (1992), a crise do “mensalão” (2005) e a crise atual (que se inicia com o processo de impeachment de Dilma Rousseff e pode ainda resultar na destituição de Michel Temer da presidência da República).¹⁷

¹⁶ Ver: “Estado y alianzas en Argentina, 1956-1976”. *Desarrollo Económico*, vol. 16, n. 64, jan-mar, 1977.

¹⁷ Analisamos exaustivamente as duas primeiras crises no livro: *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba, CRV, 2015.

A crise do governo Collor está associada ao processo complexo e contraditório de transição ao neoliberalismo no Brasil. Nessa conjuntura, o imperialismo estadunidense se colocou na ofensiva política, interessado na aplicação integral do programa neoliberal pautado nas políticas de redução de direitos sociais e trabalhistas, na privatização de empresas e serviços e na abertura comercial e financeira. Este foi um processo em que o imperialismo e a burguesia a ele associada se projetaram simultaneamente como fração hegemônica do bloco no poder (hegemonia política) e como fração reinante da cena política (hegemonia ideológica). A política econômica de orientação claramente neoliberal adotada principalmente pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e as vitórias eleitorais do PSDB nas eleições presidenciais são indicadores importantes que permitem observar o fenômeno de uma mesma fração burguesa exercendo simultaneamente a hegemonia política e ideológica nos anos 1990.

O final dos anos 1990 e início dos 2000 é uma conjuntura marcada pelo desgaste do neoliberalismo e, por conseguinte, de fortalecimento dos processos de resistências à aplicação do programa neoliberal no Brasil. Isso criou progressivamente realinhamentos políticos e ideológicos que permitiram a realização de reformas no capitalismo neoliberal. Diante dessa conjuntura, o imperialismo recuou e fez concessões que permitiram acomodar os interesses da grande burguesia interna no bloco no poder, sem com isso haver uma mudança substancial da política econômica que pudesse colocar em risco a sua hegemonia política. No entanto, no âmbito da cena política, as candidaturas mais claramente identificadas com o programa neoliberal ortodoxo foram sofrendo sucessivas derrotas nas eleições presidenciais, o que permitiu alçar a grande burguesia interna à condição de fração reinante, passando assim a exercer a hegemonia ideológica diante das classes dominadas, que obtiveram concessões materiais limitadas – mas efetivas –, especialmente quando se leva em consideração os níveis salariais, o emprego formal e a política social dos anos 1990. Nesse sentido, a crise política de 2005 expressou o início de um progressivo processo de dissociação das funções de hegemonia política e hegemonia ideológica. Entre 2005 e 2013, um dos fatos políticos mais significativos foi a emergência da grande burguesia interna como força social inclinada a realizar reformas no neoliberalismo.

A crise recente recolocou o imperialismo na ofensiva política e tem fortalecido sua presença tanto no âmbito do bloco no poder quanto na cena política. **A articulação entre aparato judicial e policial e mídia corporativa com fortes mobilizações de rua contra a corrupção e contra os principais símbolos das reformas no capitalismo neoliberal** (faltou concluir): a Petrobras, o BNDES, as políticas sociais e o PT (o que inclui a figura de Lula), o

golpe de Estado perpetrado contra o governo Dilma e o conteúdo da política econômica e social do governo Temer são algumas das evidências desse processo que impede o prosseguimento da política econômica e social adotada até 2014. Diferentemente da transição ao neoliberalismo dos anos 1990, que contraditoriamente ocorreu em meio a um processo de abertura democrática e, portanto, de lutas por direitos sociais e políticos, a conjuntura atual tem sido profundamente marcada pela combinação de um neoliberalismo extremado que quer não só impor limite à soberania nacional e reduzir drasticamente os direitos sociais e trabalhistas duramente conquistados pelo povo brasileiro, como também retrocessos à frágil democracia liberal-burguesa existente no Brasil. Portanto, ao compararmos as três conjunturas, é possível observar que o imperialismo realiza três movimentos: ofensiva-recuo-ofensiva. Todos eles tiveram impacto sobre o conteúdo da política econômica e social e sobre as relações de classe no Brasil.

III

Como têm se comportado à grande burguesia brasileira, especialmente aqueles setores que possuem base de acumulação própria no Brasil? Aqui, é observar que se há um setor da grande burguesia brasileira que está associado ao imperialismo, agindo como uma espécie de correia de transmissão dos interesses imperialistas, não se observa nas camadas superiores da burguesia brasileira a existência de uma fração que se comportaria como uma típica burguesia nacional, interessada na ampliação do mercado interno de massas, na execução de um efetivo planejamento estatal do setor produtivo e voltada para a defesa da soberania nacional. O que existe de fato no seio das camadas superiores da burguesia brasileira é uma fração que possui uma relação ambivalente perante o imperialismo, não coincidindo nem com a posição típica de uma burguesia associada (ou compradora), nem tampouco nacional. Trata-se de uma burguesia que poderíamos chamar de interna, seguindo a elaboração de Poulantzas,¹⁸ e que possui uma relação de contradição e dependência em relação ao capital estrangeiro ou ao capital imperialismo. A depender da conjuntura, a burguesia interna brasileira oscila entre um e outro polo, tornando assim mais ou menos manifestas suas contradições em relação ao imperialismo.

¹⁸ Para uma análise do alcance e dos limites do conceito de burguesia interna na obra de Poulantzas, indicamos o nosso artigo: “Poulantzas e o conceito de burguesia interna”. *Demarcaciones*, n. 2, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/16662235/Poulantzas_e_o_conceito_de_burguesia_interna

Qual foi a posição adotada pela grande burguesia interna nas três conjunturas mencionadas? Na primeira, realizou resistências pontuais e seletivas ao programa neoliberal, especialmente em relação à abertura comercial desenfreada, às altas taxas de juros, às dificuldades de acesso aos subsídios e à política de câmbio sobrevalorizado. Na conjuntura do final do governo Cardoso e início do governo Lula, passou a reivindicar mais ostensivamente reformas no capitalismo neoliberal e a apoiar os governos petistas mais claramente entre 2005 e 2013. A rejeição à ALCA, os volumosos recursos do BNDES destinados às campeãs nacionais, a redução da taxa de juros, a execução de diferentes programas como: PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), Minha casa, minha vida, PIL (Programa de Infraestrutura e Logística), a política de conteúdo nacional para as compras da Petrobras entre outras iniciativas foram fatores que contribuíram para a grande burguesia brasileira apoiar e se beneficiar nos governos petistas.

Tal posicionamento veio se alterar em meio à ofensiva imperialista. Apesar de representantes da burguesia paulista e outras tantas associações patronais terem tido forte protagonismo nas mobilizações de rua para destituir a presidente Dilma – a campanha “Não vamos pagar o pato!”, encabeçada pela FIESP que exigia redução dos gastos sociais sem aumento de impostos é exemplo disto –, com o desenrolar do processo fica cada vez mais nítido que a grande burguesia interna brasileira agiu a reboque do imperialismo; seu protagonismo nas ruas foi um protagonismo subordinado aos interesses do imperialismo. As alterações promovidas pelo governo Temer na política de compras da Petrobras, reduzindo as porcentagens destinadas aos produtos nacionais, e os cortes dos recursos do BNDES são medidas que têm gerado profundo descontentamento em várias entidades patronais representativas da burguesia interna. Isso sem contar o quadro de quase recessão que dificulta mais os negócios dessa fração burguesa. Essa situação geral explica o empenho da grande burguesia interna na defesa das contrarreformas da previdência e trabalhista. Se a grande burguesia interna tem sido forte o suficiente para atacar os direitos sociais e trabalhistas para garantir a tão desejada competitividade, sua fraqueza política e ideológica é notável quando acena para algum tipo de contradição com o imperialismo. É por isso que quando o imperialismo avança, a grande burguesia interna recua, mas avança contra os trabalhadores; e quando o imperialismo recua, a grande burguesia interna avança e consegue realizar concessões materiais limitadas aos trabalhadores, mas suficientes para lograr apoio aos seus interesses.

IV

A história brasileira é farta de exemplos de situações nas quais à medida que o protesto social cresce vertiginosamente, isso engendra um alinhamento quase automático entre o imperialismo e a grande burguesia interna contra o movimento popular e sindical e os direitos sociais e trabalhistas. O suicídio de Vargas em 1954 foi precedido pela primeira onda de greves de massa; a deposição de João Goulart pelos militares em 1964 foi precedida pela segunda onda de greves de massas e por intensos conflitos no campo; a vitória eleitoral de Collor (que era mais o anti-Lula do que o candidato ideal das classes dominantes) em 1989 e sua posterior deposição por meio de processo de impeachment em 1992 foram atravessadas por uma das maiores mobilizações grevistas da história brasileira; o impeachment de Dilma foi precedido por um crescimento surpreendente do número de greves a partir de 2012. O alinhamento político das frações superiores da burguesia contra o movimento popular e sindical em todas essas conjunturas indica um padrão de comportamento das classes dominantes, isto é, um comportamento tendencialmente conservador para a resolução de crises políticas ou situações de forte instabilidade política. O que parece variar são os métodos adotados: mais ou menos violentos, mas quase todos voltados para impugnar o processo democrático.

Nas crises do capitalismo neoliberal brasileiro, o alinhamento da grande burguesia interna com o imperialismo para derrotar Lula a qualquer custo em 1989 foi profundamente influenciado pela ascensão das greves e pela proposta defendida pelo candidato de PT de instituir uma espécie de Estado de bem-estar social no Brasil, o que contrariava a onda neoliberal que atingia a América Latina naquele momento. Na eleição de Lula de 2003, o movimento popular e sindical estava em grande medida domesticado. Com exceção do MST que fazia um enfrentamento político orientado por uma linha política antiliberal e vinha realizando várias ocupações de terra, o movimento sindical caminhava na direção do sindicalismo cidadão, que só critica os efeitos do neoliberalismo (desemprego, pobreza, redução dos salários, etc.) e não propriamente o conteúdo desta política. Além disso, o movimento grevista vinha perdendo fôlego desde 1997. Numa conjuntura de relativa calma do movimento sindical e de desgaste do neoliberalismo, a grande burguesia interna soube aproveitar-se da conjuntura para fazer valer seus interesses e ganhar espaços nas zonas de menor tensão com o imperialismo. É nesse momento que a grande burguesia conseguiu direcionar ideologicamente setores importantes do movimento popular e sindical e também dos trabalhadores a uma plataforma política que não apontava para a ruptura, mas para a

reforma no capitalismo neoliberal. No final da década de 2000, esse movimento reformista começou a entrar em crise e um dos fatores principais para a emergência desta crise foi justamente a eclosão de uma nova grande onda de greves e protestos sociais, o que indicava certo desgaste desse processo reformista. A partir de 2013, novos (ou velhos?) personagens entram em cena e passam a ocupar as ruas exigindo o fim da corrupção, especialmente no momento posterior à vitoriosa luta progressista da juventude contra o aumento das tarifas de transporte coletivo. Nos anos seguintes, a instabilidade política foi ganhando as ruas. Contando com forte apoio da mídia conservadora, um massivo movimento de classe média tomou as ruas contra a corrupção, o petismo e a presidente Dilma. A grande burguesia interna desembarcou deste governo e passou a participar ativamente dessas mobilizações até vir a aderir ao golpe de Estado.

Se os interesses do imperialismo quase sempre se chocaram com os interesses dos trabalhadores, o que os levou a apoiar golpes na América Latina nas situações mais críticas, ou seja, se o imperialismo reivindica fundamentalmente uma política antipopular para os países dependentes, isso não pode nos levar a concluir que a grande burguesia brasileira e outras burguesias latino-americanas são tendencialmente progressistas. Nada disso. O processo histórico brasileiro denota que as concessões materiais aos trabalhadores foram muitas vezes feitas graças à pressão da luta dos próprios trabalhadores ou de ações antecipadas da burocracia de Estado, como parece ser o exemplo dos programas sociais dos governos petistas. Num quadro de crescente internacionalização do capital, que afeta os setores mais concentrados, é difícil esperar da grande burguesia interna qualquer tipo de posicionamento progressista de longo prazo, que aponte para a ampliação do mercado de massas e para a defesa de um verdadeiro movimento nacionalista anti-imperialista. É mais fácil esperar desta grande burguesia interna ações de apoio ao imperialismo, especialmente nos momentos em que a crise econômica se fizer presente e o movimento popular e sindical também.

Assim como o movimento do pêndulo nunca encosta no chão, na base, o mesmo tem ocorrido com as oscilações políticas da grande burguesia interna que, mesmo nas situações de relativo crescimento econômico, não se mostra interessada em realizar amplas concessões materiais aos trabalhadores. Até quando essa situação se manterá? Não sabemos. O certo é que a solução de parar o pêndulo no meio, proposta por Diamand, está muito distante de ser uma alternativa ao liberalismo econômico e à corrente expansionista. Um híbrido jamais é uma alternativa efetiva às partes que o compõem. O mesmo raciocínio poderia ser feito para o que representa o meio entre o imperialismo e a grande burguesia interna. Certamente, os

trabalhadores não figurarão aí. Ao que parece, o pêndulo só deixará de oscilar quando for destruído pelos próprios trabalhadores.

LAVA-JATO, CLASSE MÉDIA E BUROCRACIA DE ESTADO*

*Armando Boito Jr.***

A operação Lava-Jato é um fenômeno complexo e multideterminado. A sua análise exige que recorramos a sutilezas da teoria do Estado capitalista e das classes sociais, que tenhamos conhecimento das instituições do Estado capitalista brasileiro e das classes sociais atuantes na política brasileira contemporânea. Neste artigo, em parte ensaístico, tentaremos mostrar que os dirigentes da operação Lava-Jato agem, ao mesmo tempo, como integrantes e como representantes políticos da fração superior da classe média e, também, como burocratas do Estado inseridos num ramo específico desse aparelho cuja função particular é a de zelar pela manutenção da ordem capitalista.

1. A função social do Estado, as classes sociais e a burocracia

Na teoria marxista do Estado capitalista, essa instituição é definida pela sua função social: organizar a dominação de classe da burguesia. É sabido, contudo, que não se deve deduzir daí que o conjunto da política econômica, social, externa e cultural do Estado corresponda a demandas da classe burguesa. Além da burguesia e da classe operária, nas modernas sociedades capitalistas, encontramos, com contingente maior ou menor dependendo da sociedade considerada, outras classes sociais: a pequena burguesia, a classe média e o campesinato. Ademais, essas classes estão segmentadas em camadas ou frações: burguesia interna e burguesia associada; fração superior, intermediária e inferior da classe média e do campesinato; trabalhadores que não logram se integrar de modo estável à produção especificamente capitalista e que podemos denominar trabalhadores da massa marginal – segmento que cresceu muito sob o modelo capitalista neoliberal. De maneiras as mais distintas, interesses dessas diferentes classes e frações podem ser contemplados pela política do Estado capitalista sem que tal

* Artigo publicado na revista *Princípios*, n. 142, maio, junho, julho de 2016. p. 29-34.

** Professor titular do Departamento de Ciência Política da Unicamp, editor da revista *Crítica Marxista*. É autor de *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil* (Editora Xamã) e *Estado, política e classes sociais* (Editora da Unesp).

fato negue a sua natureza burguesa. Na verdade, o Estado capitalista implementa uma política que modera o conflito de classes, estabilizando, por isso mesmo, a dominação burguesa.

No caso da classe média, muitos de seus membros são, ao mesmo tempo, funcionários do Estado, ocupando, inclusive, cargos de comando no aparelho burocrático civil e militar. A sua ação é determinada, em primeiro lugar, pelas exigências do sistema burocrático: o cargo está regido por normas do direito e o funcionário ocupa uma posição determinada numa cadeia hierárquica, devendo obedecer ao seu superior. Porém, em segundo lugar, esse funcionário é, também, um indivíduo de classe média e possui, dessa maneira, interesses e ideologia próprios dessa classe social. Ora, não há contradição antagônica entre a determinação burocrática e a determinação de classe na ação desses agentes; a classe média não tem interesse na superação do capitalismo. Contudo, a) as demandas corporativas da classe média podem chocar-se com interesses econômicos da classe burguesa ou da fração burguesa hegemônica no bloco no poder num determinado período e b) a determinação de classe na ação dos agentes do Estado pode levá-los a estabelecer objetivos políticos que destoem dos objetivos da fração burguesa hegemônica no bloco no poder.

No Movimento Tenentista brasileiro a determinação burocrática e de classe redundaram num movimento político que teve papel decisivo na liquidação da hegemonia da grande burguesia agro-mercantil pela Revolução de 1930. Os tenentes almejavam, tanto como integrantes do Exército Nacional, quanto como integrantes da classe média, uma política de afirmação do Estado e de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Podemos afirmar que, na ação dos tenentes, a determinação de classe prevaleceu sobre a burocrática: numa situação de crise, os tenentes, ainda que se inspirassem em valores militares, feriram as normas da instituição militar e se rebelaram contra seus superiores. Agiram como uma espécie de “partido da classe média”, representando a classe à qual pertenciam, não de maneira organizada, mas, pelo alto, isto é, agindo em seu nome. Essa complexa relação política entre um ramo da burocracia de Estado e a classe média não é exclusividade do Brasil; outros países capitalistas conheceram fenômenos semelhantes. Atualmente, no caso da operação Lava-Jato, cujo objetivo político nada tem a ver com o objetivo buscado pela luta dos tenentes, verificamos uma situação, formalmente, muito semelhante¹⁹.

¹⁹ A denúncia e a agitação contra a corrupção também tiveram papel importante no movimento tenentista. Nelson Werneck Sodré, *História militar do Brasil*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979.

2. A Lava-Jato e a classe média

A burocracia do Estado capitalista desempenha funções diversas: educação, saúde, assistência social, serviços públicos, manutenção da ordem e outras. Cada uma dessas funções pode criar disposições ideológicas específicas nos diferentes ramos da burocracia. Os agentes de Estado envolvidos na operação Lava-Jato são responsáveis pela tarefa de manutenção da ordem capitalista, o que cria neles disposição autoritária e elitista. Esses mesmos agentes fazem parte da camada mais bem remunerada do serviço público. Juízes e procuradores têm um salário inicial que pode variar entre 30 e 37 salários mínimos, gozam, graças ao funcionamento do sistema político brasileiro, da capacidade de estabelecer sua própria remuneração, usufruem de férias que podem chegar a dois meses, de jornada de trabalho que pode ser menor, ocupam vitaliciamente seus cargos e, além do salário, recebem inúmeros auxílios – moradia, paletó, educação e outros – que permitem que seus ganhos extrapolem, em muito, o teto salarial constitucional. Formam uma verdadeira casta incrustada no Estado. Os delegados da Polícia Federal não gozam de todas essas vantagens, mas também ocupam posição muito privilegiada no serviço público. Todos – juízes, procuradores, delegados – são integrantes da alta classe média. Seja como burocratas, seja como integrantes da fração superior da classe média, esses agentes têm interesse em encerrar com o ciclo de governos do PT.

A Lava-Jato funciona como uma espécie de partido da alta classe média. Aliou-se, em consonância com a posição da massa da classe média abastada, ao imperialismo e à fração da burguesia brasileira a ele integrada para obter o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Está contribuindo, enormemente, para a restauração do neoliberalismo puro e duro, política que expressou, na década de 1990, a hegemonia do grande capital internacional e da fração associada da burguesia brasileira. Contudo, isso não significa, necessariamente, que a Lava-Jato representa o imperialismo ou a burguesia. Desde o afastamento da presidente Dilma, e até este mês de junho de 2016, a burocracia da Lava-Jato tem dado mostras de que pode adquirir autonomia e dificultar a consolidação do governo Temer. Como revelou a confissão tornada pública de Romero Jucá, para os integrantes da equipe governamental, a Lava Jato já deveria ter acabado.

Há indícios de que a operação Lava-Jato nutriu-se de informações fornecidas por órgãos de espionagem estadunidenses e, como todos sabem, o conjunto da grande mídia foi, praticamente, parte integrante dessa operação: cuidou do convencimento público que legitimou os atropelos dos direitos dos investigados e apoiou o caráter seletivo da investigação. Ou seja, o imperialismo e a burguesia estimularam a operação e viram nela uma empreitada que servia aos seus interesses. Não estavam enganados. O governo interino de Temer já iniciou, por intermédio do ministro interino José Serra, a substituição da política externa Sul-Sul pela política de alinhamento passivo com os EUA e já ameaça a proteção da economia nacional, a começar pelo pré-sal. Contudo, seria um erro concluir que a Lava-Jato é, por causa disso, a representante do imperialismo e da burguesia. Existem mais classes e frações de classes atuantes na conjuntura além da burguesia e da classe operária, e a burguesia não logra controlar a ação de todos os ramos do aparelho de Estado capitalista.

O *dream team* da economia, chefiado por Meireles, que é quem representa os interesses imperialistas e burgueses, está tendo o seu trabalho perturbado pelas ações – para muitos, inesperadas – da Lava-Jato e da Procuradoria Geral da República. Foi apresentado o pedido de prisão de senadores e deputados que têm papel de destaque no governo interino e estão sob ameaça dezenas de congressistas aos quais cabe, justamente, aprovar os planos do ministro interino da economia. No momento que escrevemos, a imprensa divulga que as denúncias da delação premiada de Sérgio Camargo envolvem o presidente interino Michel Temer. Esse se sentiu obrigado a divulgar nota tentando se defender. Não resta dúvida de que a ação da operação Lava Jato é seletiva e possui três alvos prioritários: o PT, a construção pesada e a Petrobras, que são o principal segmento da grande burguesia interna, e, também, as instituições do Estado que se converteram em centro privilegiado de poder dessa fração burguesa. Mas, a perseguição ao PT e a condescendência, até há pouco, com o PSDB e o PMDB pode também ter refletido, na etapa anterior da crise, um cálculo tático. A alta classe média elegeu o PT e seus governos como inimigo principal. Mas, o discurso contra a corrupção não é mero pretexto. Na verdade ele representa um dos motivos para a luta contra os governos do PT, embora não seja o motivo principal – esse consiste em combater a política social criada pelos governos petistas e que a classe média abastada tem percebido como uma ameaça. Cabe recordar que o governo FHC precisou de um procurador geral que engavetava todas as denúncias para conter a ação do Ministério Público e a imprensa, incluindo aí a direitista revista *Veja*, também denunciou a

corrupção do governo tucano. A operação ideológica, que permite neutralizar os adversários ou atrair aliados para a luta contra os governos petistas, consiste no deslocamento, no nível do discurso, do objetivo principal pelo objetivo secundário.

Na nova fase da crise, representada pela constituição do governo interino de Temer, parece que a Lava-Jato está fugindo ao controle da burguesia e do imperialismo²⁰.

3. Classe média e corrupção

A corrupção tem sido tratada pela maioria dos analistas e observadores de uma maneira que pouco acrescenta além da percepção do senso-comum. Vamos tentar alinhar alguns elementos que permitam explicar porque a luta contra a corrupção tem audiência maior na classe média.

Para a percepção do senso-comum, a corrupção é algo supra-histórico e repudiado pelo senso de justiça do qual são minimamente dotados os seres humanos. Essa percepção espontânea e irrefletida está sendo implícita e dissimuladamente contrabandeada para o campo do pensamento socialista. Se um bem material ou imaterial pertence ou se origina de uma instituição pública, é inadmissível, segundo “nosso senso de justiça”, que esse bem seja objeto de apropriação ou manipulação privada. Ora, a própria ideia de corrupção é uma criação ideológica do Estado capitalista.

Ao contrário dos Estados pré-capitalistas, cujos cargos eram ocupados apenas por indivíduos pertencentes à classe dominante e cujos recursos materiais amalgamavam-se com os recursos de propriedade dos indivíduos que exerciam as funções de Estado, o Estado capitalista está formalmente aberto a indivíduos oriundos de todas as classes sociais e os seus recursos materiais são recursos de propriedade do próprio Estado - são recursos públicos, formalmente separados dos recursos privados. Nos Estados pré-capitalistas não cabe sequer a ideia de corrupção no sentido que a entendemos hoje. Os

²⁰ Outro tema muito importante é o da repercussão da luta entre frações da burguesia no relacionamento entre instituições do Estado brasileiro. Algumas dessas instituições podem se converter em centros de poder desta ou daquela fração burguesa em luta. O BNDES e a **Petrobras** tornaram-se, durante os governos do PT, centros de poder da grande burguesia interna, e o Banco Central, em centro de poder do capital financeiro. Ver Armando Boito e Alfredo Saad-Filho, “State, State Institutions and Political Power in Brazil”. *Latin American Perspectives*. 2015.

navios que a Atenas democrática e escravista mobiliza para a guerra são construídos com os recursos dos grandes senhores da cidade – os trierarcas – que, de resto, comandam os barcos que constroem – as trirremes; os regimentos do exército feudal do Estado Absolutista são propriedade de grandes aristocratas que os transmitem em herança, o mesmo acontecendo com cargos na administração civil; mais próximo de nós, e nesse caso se tratando de traços pré-capitalistas nas esferas subalternas de um Estado já capitalista, a eleição nos pequenos municípios do interior do Brasil eram realizadas, na República Velha, na residência particular do coronel local²¹³. O Estado capitalista estabelece a distinção formal entre recursos públicos e recursos privados e a ideia de corrupção origina-se de tal distinção. Mas, na prática, os recursos do Estado estão a serviço da classe capitalista e é por isso que entendemos que tal separação é formal. Dito de outro modo, a ideia de corrupção deve ser tratada com o bom e velho conceito de ideologia: uma representação inconsciente, deformada e interessada da realidade.

Vamos, de maneira ensaística e, fundamentalmente por intermédio da dedução teórica e recorrendo a informações não sistemáticas, tentar indicar alguns elementos das relações das classes sociais com a corrupção dos agentes do Estado.

A corrupção é um elemento da ideologia burguesa do Estado, mas a burguesia mantém uma relação ambivalente com a prática da corrupção. Isso é assim, tanto se considerarmos a relação dos interesses particulares de cada capitalista com a corrupção, quanto se tomarmos em consideração o comportamento de classe da burguesia. No mundo da concorrência capitalista, cada burguês aspira que todos os seus concorrentes sejam honestos e que a ele seja concedido, diferentemente, a prerrogativa de corromper. Enquanto classe, a burguesia teme a denúncia da corrupção e o combate a essa prática porque teme que tal possa contribuir para revelar, aos olhos da classe operária, a natureza de classe do Estado capitalista. Contudo, na sua luta de fração, que poderíamos dizer se tratar de uma luta fratricida, uma fração da burguesia pode lançar mão do combate à corrupção para combater a hegemonia de uma fração burguesa rival. É isso que presenciamos no Brasil com a operação Lava-Jato: o imperialismo e a fração da burguesia brasileira a ele integrada utilizam politicamente a corrupção para destruir a hegemonia que a grande burguesia interna brasileira obteve com os governos do PT.

²¹ Armando Boito Jr. “Estado e transição ao capitalismo: feudalismo, absolutismo e revolução política burguesa”. In: Armando Boito Jr., *Estado, política e classes sociais*. São Paulo: Editora Unesp. 2007. Claude Mossé, *Atenas: a história de uma democracia*. Brasília: Editora da UNB. 1979. Rodolpho Telarolli, *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1982.

Claro que, ao fazer isso, o capital internacional e a burguesia associada estão assumindo o risco de abrir os olhos da classe operária, traindo os interesses maiores do conjunto da classe burguesa. O interesse de fração pode cegar e trair o interesse da classe.

A classe operária tende a rejeitar a corrupção e o faz por motivos e de um modo especificamente operário. Julga-a da ótica de produtor e também da ótica de consumidor. O corrupto ativo ou passivo não produz, é percebido como um parasita, e a sua ação deve ser combatida, também, porque aumenta a desigualdade na distribuição da riqueza. Outra especificidade é que a tendência da classe operária é enxergar a corrupção como um dos “males” existentes na sociedade e no Estado capitalista, e não necessariamente o maior deles. A concentração da propriedade, a concentração da riqueza, a exploração do trabalho e a própria condição dos burocratas e dos políticos burgueses profissionais, que são elementos vistos como naturais por outras classes sociais, são percebidos, pela classe operária, como fontes das más condições de vida dos trabalhadores. Um juiz de direito receber remuneração inicial de 30 salários mínimos e poder atingir, ao longo da carreira, ganho mensal de cerca de 140 salários, como mostrou reportagem da revista *Caros Amigos* em 2015, é legal, mas é percebido como algo tão revoltante quanto a prática corrupta de diretores da Petrobras; podemos aventar que se poderia dizer o mesmo para as benesses que o Estado concede, legalmente, aos grandes capitalistas. É legal, mas evidencia que a separação entre patrimônio público e propriedade privada, própria do Estado capitalista, é uma separação relativa e revolta tanto quanto a corrupção.

A classe social que mantém uma relação unívoca de rejeição à corrupção percebida como mal absoluto da sociedade capitalista é a classe média. É o mal absoluto e que exige apenas uma correção jurídica e moral. Tal postura provém da condição econômica e da ideologia meritocrática que caracterizam essa classe social. Para a classe média, a organização social capitalista só precisa de um reparo: o critério do mérito individual deve reinar sempre. O meritocratismo é uma ideologia que valoriza o trabalho não-manual e estigmatiza o trabalho manual. As diferenças sociais são concebidas, no quadro dessa ideologia, como resultado das diferenças individuais de dons e méritos de cada um. O trabalho não-manual seria apanágio daqueles cuja trajetória escolar longa e bem-sucedida comprova sua superioridade e seus méritos. É uma ideologia que apresenta uma visão deformada da desigualdade social e deformada de tal maneira que justifica vantagens salariais e sociais dos trabalhadores de classe média – deformar e justificar são as funções gerais da ideologia burguesa e pequeno-burguesa. Pois bem,

essa ideologia tem um terreno particular e privilegiado de realização: o Estado capitalista.

A burocracia de Estado organiza-se, formalmente, com base na competência exigida para cada cargo e função presente na hierarquia do Estado e suas instituições são um local privilegiado de emprego da classe média. O recrutamento para os cargos do Estado, ao contrário do que ocorria nos Estados pré-capitalistas, dá-se por concurso público com verificação de mérito. O caráter formalmente público das instituições do Estado capitalista é um ícone para os burocratas de classe média, não pode ser maculado pelo poder econômico, terreno em que, de resto, os indivíduos pertencentes à classe média veem-se em desvantagem frente aos capitalistas. Como legitimar os vencimentos altíssimos, tanto para o padrão salarial brasileiro como internacional, de juízes e procuradores se as regras do meritocratism e do burocratism forem violadas pela prática do compadrio, do clientelismo e pela troca e venda de favores? Para a classe média, o mal não reside nas regras de organização burocrática do Estado que criam segmentos parasitários e privilegiados, mas, sim, na violação dessas regras pela prática da corrupção. Claro que um cidadão de classe média pode aceitar de bom grado um emprego público bem remunerado que lhe seja oferecido por padrinho político, do mesmo modo que um burguês não hesitará em violar a propriedade alheia para aumentar a sua. De resto, nas práticas corruptas, encontramos, no mais das vezes, um funcionário de classe média desrespeitando as normas do Estado e um burguês violando, de alguma forma, a propriedade alheia. Mas o que temos aí são interesses individuais de membros de uma classe que se chocam com os interesses e a ideologia da classe à qual esses indivíduos pertencem. Tais fatos não negam que à classe média interessam as regras do burocratism, do mesmo modo que ao burguês interessam as normas que protegem a propriedade privada.

No que diz respeito à conjuntura, a questão de saber quem os agentes da Lava Jato representam poderá ser dirimida com a observação e a análise daquilo que está por vir. Juízes, procuradores e delegados irão, de fato, enfrentar os integrantes da equipe governamental do presidente interino?

Quanto à complexa questão da relação entre luta política e agitação contra a corrupção, tão recorrente na história do Brasil²², nossas reflexões são iniciais. Mas, se nossas teses procederem, temos algumas indicações para entender porque a classe média é muito suscetível de se mobilizar para a luta contra a corrupção e também temos indicações para refletir sobre o modo específico que se deve, do ponto de vista da classe operária, combater a prática da corrupção, prática sempre presente no Estado capitalista.

²² Danilo Martuscelli, *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba: Editora CRV. 2015.

ARTIGOS LIVRES

RADUAN NASSAR: ENTRE O SILÊNCIO E O POÉTICO

Edner Morelli*

Resumo: O objetivo desse artigo consiste em tecer considerações sobre o escritor Raduan Nassar, a fim de apresentar algumas de suas ideias sobre a Literatura e o fazer literário. A figura do escritor, paulista de Pindorama, é emblemática no cenário literário contemporâneo. Inusitada por dois motivos: primeiro, pela qualidade estético-artística de sua “reduzida” obra (três livros ao todo); segundo, pelo fato de desistir do ofício de escrever, preferindo a vida rural ao palco vaidoso e sedutor da academia.

Palavras-chave: Raduan Nassar, poética, fazer literário, prosa.

Abstract: The purpose of this article is to consider the writer Raduan Nassar in order to present some of his ideas about literature and literary work. The figure of the writer, Pindorama, from São Paulo, is emblematic in the contemporary literary scene. Unprecedented for two reasons: first, for the aesthetic-artistic quality of its "reduced" work (three books in all); Second, by giving up the office of writing, preferring rural life to the vanity and seductive stage of the academy.

Keywords: Raduan Nassar, poetics, literary making, prose.

Destarte, sem muitos subterfúgios, Raduan Nassar, ao ser questionado sobre sua atual condição social e sua *práxis* diária, assim se manifestou:

Hoje minha vida é fazer, fazer, fazer, no âmbito da fazenda evidentemente, num espaço em constante transformação, o que não deixa de ser uma outra forma de escrever. Além disso, tem em comum com a literatura o fato de eu não saber por quê. Então é fazer, fazer. (NASSAR, 1996, p.39)

Irresistível não lembrar da *poiesis* grega, em que o fabricar e o agir também eram considerados uma forma de poesia. Esse espaço natural em “constante transformação”, entendemos também como um terreno de grandes oscilações, pois a natureza possui essa característica básica de nos proporcionar instantes de remanso e outros de intensa fúria (*hybris*), movimento esse semelhante à própria configuração de *Lavoura Arcaica*, por

* Mestre em Literatura pela PUC-SP; Professor da FAINAM-SBC.

exemplo. Quem teve contato com a obra se lembrará das oscilações temporais entre o tempo presente e o da memória do narrador, até as mudanças comportamentais das personagens, potencializando uma pluralidade de sentidos para a obra.

Com relação ao cotidiano de Raduan Nassar, destacamos uma observação de Bonvicino e Carvalho publicada no jornal Folha de S. Paulo:

Não é como Rimbaud (1854-1891), que abandonou a literatura ainda adolescente para traficar armas e escravos no norte da África. Aos 53 anos, Raduan dedica-se atualmente a cultivar 15 alqueires de arroz irrigado, na sua fazenda em Buri, 270 km a sudeste de São Paulo. Cria também vacas, ovelhas, gansos, marrecos e galinhas. Não é reconhecido como escritor pelos que convivem com ele no seu dia-a-dia rural. (1989, p. E1)

Nascido em 27 de novembro de 1935, descendente de libaneses, Nassar possui uma relação com a literatura, no mínimo, um tanto inusitada, na medida em que encontramos em sua trajetória artística uma linha que percorre os pólos da *paixão* e da *aversão* pelo mundo literário. Não é intenção aprofundarmos detalhes biográficos que levariam a especulações desnecessárias. Recorremos apenas a depoimentos do próprio Raduan e, por vezes, de alguns críticos, no intuito de trazer para o leitor um perfil crítico do autor.

O envolvimento de Raduan Nassar com a Literatura teve início em sua adolescência. Influenciado pela irmã Rosa (professora de português), começou, por volta de 1951, a fazer leitura de alguns clássicos brasileiros. Mas foi, sem dúvida, por meio de algumas figuras do curso de Direito do Largo de São Francisco que a consciência literária de Nassar tomou fôlego e adquiriu forma crítica.

Nassar frequentou, sem concluir, o Curso de Direito até o último ano (1959); cursou ao mesmo tempo Letras, mas abandonou rapidamente (1955). É formado apenas em Filosofia (USP-1963). Foram seus contemporâneos, do Curso de Direito, personalidades de destaque no mundo das Letras como *Modesto Carone*, *Hamilton Trevisan* e o jornalista e escritor *José Carlos Abatte*. Esse último, em depoimento para os *Cadernos de Literatura Brasileira*, assim se manifestou:

De 1957 a 1961, um grupo restrito de jovens entre 20 e 24 anos trocava idéias no pátio da Faculdade de Direito do largo de São Francisco nos intervalos ou no fim das aulas do curso noturno. Menos que ciências jurídicas, o assunto era literatura, vida, preferências intelectuais. Alguma coisa nos dizia que o grande escritor daquele grupo era o Raduan, o mais taciturno de todos, cujos silêncios prolongados nos pareciam opressivos. Trocávamos fragmentos de textos, esboços de narrativas; em um deles, do Raduan, atentei para a quebra dos hábitos da linguagem convencional. Aqui tem o dedo de um bom escritor, me disse Hamilton Trevisan,

confirmando a impressão que me haviam provocado as metáforas arrojadas. Apenas o Modesto Carone, cuja acuidade crítica já era então notável, e o Raduan pareciam possuir consciência da noção de escritura e do texto como problema estético na ficção. Nos intervalos de seus silêncios, o Raduan falava sempre no “nível de execução”, frase que me soava quase como emblema. (1996, p. 16)

Esse grupo, como o trecho destaca, estava mais preocupado com a Literatura e suas discussões subjetivas do que propriamente com a objetividade do mundo jurídico. Raduan se destacava por possuir a “consciência da noção de **escritura** e do texto como **problema estético** na ficção”. Nitidamente, em suas obras, encontramos o trabalho intenso com a palavra, uma preocupação estrita com o “nível de execução” textual, ou seja, a ideia de se empenhar na busca das melhores estruturas semântico-estéticas capazes de mimetizar a vida em sua essência mais artística.

A produção literária de Raduan Nassar origina-se nas décadas de 60-70. O primeiro livro, o romance *Lavoura Arcaica*, é de 1975, editado pela José Olympio, com reedições pela Nova Fronteira (1982) e Companhia das Letras (1989). Segue a novela *Um Copo de Cólera* de 1978, editado pela Cultura, com reedições pela Brasiliense (1984) e Companhia das Letras (1992). Por último, um livro de contos, cujo título é *Menina a caminho*, editado pela Companhia das Letras (1994), numa edição não-comercial, por propósito da comemoração dos 500 títulos da editora. Essa reunião de contos também ganhou uma edição comercial da própria Companhia das Letras, com o título *Menina a caminho e outros textos* (1997).

Raduan Nassar manteve uma relação curiosamente curta e intensa com a vida literária. Quando indagado sobre esse fenômeno de “dedicar-se inteiramente numa época (à literatura), renunciando a tudo em nome dela, e depois parar de escrever” (NASSAR, 1996, p.16), o autor afirma: “Foi a paixão pela literatura, que certamente tem a ver com uma história pessoal. Como começa essa paixão e por que acaba, não sei” (ibidem, p. 24).

Essa afirmação incita a pensarmos numa relação entre Raduan e a literatura envolvendo a própria *pathos* humana, ou seja, as relações passionais possuem mesmo esse caráter de intensidade máxima, seguida, quase sempre, de um resfriamento sem explicações aparentes. Oscilações próprias de um cosmo caótico e infinito.

Na verdade, o escritor passou longe de esboçar um grande projeto literário. O plano essencial de Nassar era escrever. “Dei conta de repente de que gostava de palavras, de que queria mexer com as palavras. Não só com a casca delas, mas com a gema também. Achava que isso bastava” (ibidem, p. 24). Podemos inferir por essas duas metáforas sobre a palavra “casca” e “gema”, que Raduan tinha a pretensão de trabalhar o significante (a casca), mas nunca se esquecendo do potencial semântico dos vocábulos (a gema), pois como ele mesmo

diz “era um trânsito de duas mãos, uma relação dinâmica entre os dois níveis” (NASSAR, 1996, p. 24).

A intenção manifestada por Nassar era apenas de escrever, não se filiando a qualquer movimento estético em voga, nem se envolvendo com questões teóricas discutidas em manifestos. Fica nítida, pelo estilo nassariano, a consciência estética do escritor, ao evidenciar que o fazer literário é sempre uma luta entre a palavra, o discurso, o escritor e a vida.

Cabe ressaltar que na época da formação literária de Nassar, anos 50-60, estavam em voga as teorias da **Poesia Concreta** e a ideia de produzir uma literatura *antidiscursiva* e *antilírica*. Curiosamente, certos críticos já insinuaram uma ligação entre Nassar e os Concretos, talvez pela sua preocupação visível com o lado material das palavras (sons, ritmos etc.). Indagado se essa aproximação o irritava, o escritor diz: “De modo algum, são boas praças, só que já estariam em outra hoje. Resta saber também se eles conseguiriam engolir um paralelepípedo lírico como eu” (ibidem, p. 35-36).

Uma das essências da obra nassariana é o potencial lírico de sua narrativa. Aproximando-se de uma prosa poética, Nassar produz textos *condensados* em que uma voz central (do narrador) reclama os próprios estados de alma, num ritmo sugestivo e poético: “acredito que a boa prosa tenha sido sempre poética. Porque existe também a arte que se constrói com significados e que se nutre no mundo inesgotável da semântica” (ibidem, p. 25).

Raduan acredita no poder da relação entre as palavras e suas potencialidades semânticas. Dentro de uma perspectiva nassariana, a literatura é o espaço das infinitas possibilidades de significado que um vocábulo pode desferir. Convém transcrever mais uma fala do escritor, ao se referir à estética *antidiscursiva* vigente no período de sua formação literária e à escolha por um caminho diverso:

Acho que não adianta forjar uma escolha metafísica para aquela postura, como arrolar a estética disso ou a estética daquilo, porque no fundo o caso daquela tendência seria mesmo a inaptidão pra reflexão existencial. Agora, a casca das palavras, da proposta antidiscursiva, como a laranja que se passa num espremedor, certamente que não excluía resíduos de significados. Fosse então o caso de forjar uma escora, quando muito se poderia falar na estética do bagaço. Não vai aí qualquer conotação pejorativa, é só uma tentativa de adequação vocabular. Entre usar bagaço ou palavras em toda sua acepção possível, cada escritor que fizesse a sua escolha. (NASSAR, 1996, p. 24)

Como é possível observar, Nassar deixa claro que sua opção foi usar as palavras em todas as suas “acepções possíveis”; a saber, usar apenas o *bagaço* ou a *casca* das palavras

limitaria sua criação literária. Não é intenção aqui desmembrar teoricamente a proposta da poesia concreta e seu *antilirismo* ou *antidiscursividade*; essa explanação coube apenas para mostrar a opção de Raduan por um outro caminho, ou seja, a produção de uma prosa poética, pautada sempre num lirismo visceral, sem nenhum vínculo aparente com as tendências em voga. Cabe ressaltar também que nos anos 70, época fecunda da criação nassariana, produzia-se também uma literatura engajada, panfletária, contra a ditadura militar. Nassar também não aderiu a esse caminho. Milton Hatoum assim se manifestou sobre esse aspecto:

Li *Lavoura Arcaica* em 1976, numa época em que muitos livros de ficção pretendiam denunciar a brutalidade da vida política brasileira. Para a nossa literatura, os anos 70 não foram uma década perdida; basta lembrar que, nessa época, Osman Lins e Clarice Lispector publicaram obras-primas como *Avalovara* e *A hora da estrela*. Mas o toque militar de recolher parecia impor um tema a alguns escritores que queriam escrever sobre o tempo presente, esse tempo que, para a literatura, parece ser um contratempo. *Lavoura Arcaica* fugia do factual, do circunstancial, e aderiu a algo que penso ser importante numa obra literária: a linguagem, muito elaborada, que invoca um conteúdo de verdade, uma dimensão humana, profunda e complexa. (1996, p. 20)

Raduan também acredita que toda forma de imposição feita para um escritor seguir esta ou aquela tendência literária é deveras perigosa, pois a conjunção, entre o escritor e seu estilo, passa por tais impressões:

Os caminhos, segundo Raduan, são infinitos, os indivíduos têm histórias pessoais, são diferentes entre si e, pelo menos na literatura, cada um deveria fazer suas próprias escolhas. Sem falar que o milagre pode acontecer em qualquer direção, mas definitivamente não acontece se houver uma ruptura entre a sensibilidade de um autor e o que ele venha a produzir, a pretexto de seguir a modernidade apontada por terceiros [...]. (CARVALHO e BONVICINO, 1989, p. E1)

Esse trecho é elucidativo e serve como uma espécie de síntese do que Raduan acredita ser a relação mais sincera entre o autor e sua obra. Segundo Nassar, nunca pode haver “uma ruptura entre a sensibilidade de um autor e o que ele venha a produzir”, a serviço de qualquer tendência literária vigente. A obra do escritor é um espelho de suas escolhas pessoais, portanto, “os caminhos são infinitos”, mesmo porque, cada experiência vivida possui um grau de exclusividade de sentimentos e sensações deflagradas apenas por quem as vive.

Essa associação entre os caminhos pessoais de um escritor e a feição de sua obra acreditamos ter ligação com a concepção nassariana de Literatura. Numa entrevista a Arnaldo

Jabor, para a Folha de São Paulo, num momento colérico de desabafo, misto de raiva e cansaço por todo e qualquer hermetismo e tendências impostas, Nassar explode:

E que diabos, a literatura sem vínculos profundos com a vida não é nada! E ficam estas escolinhas lambendo o saco de Joyce e de Pound! E que diabo, ninguém tem coragem de dizer que não aguenta “Finnegans Wake”, e que Pound tem doze poemas bons! E eu não consigo ler Oswald de Andrade e esta divisão Mário versus Oswald já existe há trinta séculos! E eu tenho coragem de dizer que não li Guimarães Rosa pra me proteger, pois ele não é da minha praia, e, puta que pariu, fiz meus dois textinhos sem levar em conta a zoeira aí fora, fiz lirismo quando o lirismo estava fora de moda [...] e demônios! A pretexto de seguir a modernidade, os escritores acabam por bloquear o seu talento específico e [...] cacete!, ficam obedecendo os teóricos e as regrinhas! E a liberdade é uma das poucas coisinhas boas que a vida nos dá, e sem a experiência vivida a literatura não é nada e toda concepção literária não é maior que a vida! (1992, p. 5-9)

Como vemos, Nassar traça um binômio indispensável entre a Literatura e a vida, pois “a literatura sem vínculos com a vida não é nada”. A principal matéria-prima do escritor é a própria vida. Como ele mesmo disse ao crítico Davi Arrigucci Junior, ao indagá-lo sobre suas influências literárias, “a leitura que eu mais procurava fazer era do livrão que todos temos diante dos olhos”. (NASSAR, 1996, p. 27).

Outro aspecto da biografia de Raduan que convém destacar é a ligação dele com o jornalismo. O escritor fundou, em 1967, junto com os irmãos, o semanário “Jornal do bairro”, em que ele exercia a função de diretor. O jornal, apesar de regional, chegou à tiragem de 160.000 exemplares por edição. Em 1974, Nassar desliga-se do jornal por não aceitar algumas mudanças editoriais. Sobre o conteúdo do jornal, comenta:

Além do noticiário regional, que cobria boa parte da zona oeste de São Paulo, o jornal abria espaço para matérias nacionais e internacionais. Fazia oposição ao regime da época e identificava-se com as reivindicações do então Terceiro Mundo. Dava atenção também aos grupos minoritários. E se esforçava no exercício crítico, tanto que algumas iniciativas do regime militar que iam ao encontro das posições do Terceiro Mundo mereceram registros adequados. Como de resto as primeiras posições políticas da igreja. (1996, p. 25)

Com relação à passagem de Raduan pelo jornal e a experiência que ele obteve com a sua linguagem e com o próprio desenvolvimento da comunicação, decididamente, a escrita jornalística o ajudou em certos aspectos, assim como obter contato com a palavra impressa. Assim comenta o escritor:

Eu era um sujeito muito trancado e as condições de trabalho na redação me levaram a falar mais do que estava habituado. Antes, eu tinha uma linguagem oral

desenvolta, mas só entre uns poucos amigos. Na redação, pelo menos, acabei virando um pouco gente. Agora, do ponto de vista da escrita, a redação me impôs certo rigor de procedimento. Uma coisa era a palavra numa lauda, outra coisa era a mesma palavra já impressa. Havia uma mudança de qualidade. Coisas assim me levaram, como responsável pelo jornal e redator, a uma leitura mais atenta aos textos, era preciso pesar cada palavra, ainda que tivéssemos cometido besteiras. O jornal destrancou parte da minha timidez, mas me destrancou muito mais como escritor. (1996, p. 25-26)

Em certa medida, a experiência de Raduan com o jornal desencadeou um processo benéfico para sua própria comunicação: “acabei virando um pouco gente”. Mas o que interessa ressaltar aqui é a postura crítica com a palavra que Nassar adquiriu nessa experiência jornalística de redator. A responsabilidade da “palavra impressa” fez com que o escritor “pesasse cada uma delas”, desenvolvendo uma relação, senão estética, ao menos, consciente do poder que cada vocábulo detém em determinado contexto.

A literatura para Raduan Nassar, portanto, dialoga com a vida. Se uma obra não contiver pulsões geradoras de sentidos e sentimentos humanos, não sustenta o porquê de sua existência. Com relação ao seu silêncio, não há motivos aparentes que tivessem gerado a sua prostração diante do literário, mas podemos fazer algumas conjecturas a respeito desse silêncio, associando-o à concepção que o escritor tem da espécie humana:

Eu não morro de amores pela espécie [...] eu acho que o homem é uma obra acabada. Pode estar diferente hoje, adquirir conhecimento, criar as maquininhas, voar pelo espaço, mas eu acho que ele é uma obra acabada. Eu não aposto no aprimoramento da espécie, eu não aposto nisso. Isso talvez tenha até a ver com meu desinteresse pela literatura de um modo geral. E aí talvez minha náusea em torno de toda produção cultural, eu não aposto muito nisso, se o objetivo é achar que a espécie vai melhorar com isso. (NASSAR, 1995, p. E2)

O fato é que o desinteresse do escritor para com a Literatura tem a ver com o seu pessimismo em relação ao ser humano. Nassar não acredita em mudanças essenciais para a espécie, e nem acredita que a arte, de um modo geral, possa trazer o “aprimoramento dessa espécie”. Numa postura crítica e excessivamente pessimista, o homem, para o escritor, é uma “obra acabada”, sem perspectiva de aperfeiçoamento essencial.

O abandono da literatura é, em Raduan Nassar, o desnudamento radical. Esse abandono é o efeito de uma cólera, com tudo o que a cólera implica de expectativas frustradas. O tamanho da cólera e o silêncio casmurro que sucede ao acesso dão a medida exata de tudo o que o escritor espera do mundo e da literatura [...]. (PERRONE MOISÉS, 1996, p. 76)

O silêncio “radical” de Raduan é, antes de tudo, para com o mundo, ou melhor, para com o ser humano de uma forma geral. Esse silêncio transpassa o âmbito do literário e penetra nas próprias opções pessoais do escritor. Nassar produziu uma literatura cuja escrita possui uma “força e uma densidade raramente encontradas na Literatura Brasileira” (PERRONE-MOISÉS, 1996, p. 61), um discurso permeado de cólera. Essa “força colérica” silenciou-se na *praxis literária*, contudo, a cada leitura de sua obra, o discurso se faz vivo novamente, com a mesma intensidade mimetizadora que a arte proporciona, além do mais, na opinião de Cordiviola, existem escritores que

sugerem que uma obra completa não exige muitos volumes para estar completa, e que a multiplicação não é apenas inútil, mas também irrisória. [...] Talvez seja mais prudente multiplicar os silêncios do que multiplicar as páginas, pois há um espectro que ronda o ofício de escrever: aquele que sussurra ao ouvido que o futuro não reserva nada melhor, porque quiçá o melhor já foi feito. (2002, p. 13)

Essa elucidativa observação do crítico, ao se referir a Nassar, sintetiza a passagem do escritor pelo mundo literário. Existem alguns que possuem uma aura mítica capaz de “multiplicar os silêncios”, insinuando que nem sempre um grande escritor precisa possuir uma obra extensa, (haja vista Graciliano Ramos) visto que há a possibilidade de que o “melhor já foi feito”, e toda produção posterior passaria a ser *inútil* e *irrisória*, nunca atingindo a grandiosidade das páginas pretéritas.

Não medimos a grandeza de um escritor pela quantidade de páginas impressas, mas pela intensidade estética que cada uma delas proporciona. Nesse caso, sem dúvida, Raduan Nassar sempre estará entre os grandes literatos de nossa esfera literária. E mal comparando, há quem diga que uma grande banda de Rock sempre deveria parar no terceiro álbum.

Referências bibliográficas

BONVICINO, Régis; CARVALHO, Mario Cesar. *O fazendeiro Raduan quer ser best-seller*. Folha de São Paulo, 18 de março de 1989, p. E1.

CORDIVIOLA, Alfredo. Prefácio. In: *Uma lavoura de insuspeitos frutos*. São Paulo: Annablume, 2002.

HATOUM, Milton. *Cadernos de Literatura Brasileira*, n. 02. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 1996.

NASSAR, RADUAN. *Cadernos de Literatura Brasileira*. n. 02. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 1996.

_____. *Entrevista cedida a Arnaldo Jabor à Folha de São Paulo*, 19 de abril de 1992.

_____. *Entrevista cedida à Folha de São Paulo*, 03 de maio de 1995.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Da cólera ao silêncio. In: *Cadernos de Literatura Brasileira*, n. 02. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 1996.

EDUCAR É CONSTRUIR IMAGENS: CONTRIBUIÇÃO DO CINEMA PARA UM ENSINO JURÍDICO DE QUALIDADE

*José Rubens Demoro Almeida**

Resumo: A reflexão sobre a didática e a pedagogia do professor no curso de Direito impõe-se como urgente. Tradicionalmente formalista, a prática jurídica ressurte-se de um arejamento de ideias e de concepções menos dogmáticas, menos repetitivas, menos ritualistas. O ensino jurídico tem boa parcela de contribuição para a formação e manutenção de concepções tradicionais do fenômeno jurídico. Uma abordagem mais ampla do direito, questionadora e reflexiva, pode ser atingida pela mudança de hábitos tradicionais da aula de direito, expositiva, magistral. O professor de direito deve ser um agente e sujeito de um processo educacional de construção coletiva de saberes, de formação de alunos críticos e questionadores. Para buscar este diferencial, pretende-se demonstrar neste trabalho, a importância da contribuição do cinema, e de sua linguagem especial de construção de imagens, de expressão cultural formadora de realidades, de valores e de visões de mundo, para enriquecimento de uma docência jurídica de qualidade.

Palavras-chave: Educação, Cinema, Ensino Jurídico

Abstract: It is urgent to think about the didactic and pedagogical approach of the professor in the Law courses. Traditionally, this professor tends to be formalist, and the legal practice needs new ideas and conceptions in order to be less dogmatic, less repetitive, less ritualistic. Legal teaching contributes to create and maintain the traditional conceptions of the legal phenomenon. A broaden approach of the Law, argumentative and reflective, may be achieved by making changes in the traditional teaching, which is usually based on expository lectures. The Law Professor must be an agent and subject of an educational process which builds knowledge and leads the students to criticism and questioning. In order to search for this approach and enrich the legal teaching, this issue intends to demonstrate the importance of the cinema and its special language in building images, in expressing culture and reality, values and world views.

Key-words: Education, Cinema, Legal Teaching

Introdução

Em artigo publicado no jornal “O Estado de São Paulo” (“Muito Direito, Pouca Justiça”, 3/9/2014, p. A-2), o Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Desembargador José Renato Nalini, faz sérias e fundamentadas críticas ao ensino do direito no Brasil, creditando-lhe algumas consequências nefastas para a administração da Justiça, entre elas a multiplicação das demandas judiciais.

* Mestrando em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Formado em Direito pela mesma instituição. Professor do Curso de Direito do Centro Universitário Assunção (UNIFAI).

A partir da constatação evidente da proliferação de cursos de direito que, no Brasil, “superam em número a soma de todas as outras existentes em todos os demais países da Terra”, o autor ressalta o equívoco da perspectiva adotada para o ensino jurídico:

O ensino do Direito durante longo tempo se confundiu com o aprendizado de textos legais. (...) A insuficiente compreensão do fenômeno jurídico gerou a profusão de Faculdades de Direito. (...) A disseminação do ensino do Direito registrou um subproduto hoje considerado indesejável: a multiplicação de demandas judiciais, a judicialização da vida brasileira.

Embora não se possa creditar unicamente ao ensino jurídico as reconhecidas dificuldades da prestação jurisdicional, pois com elas contribuem concomitantemente os exagerados formalismo e procedimentalismo que informam a estrutura burocrática judiciária, originária da histórica tradição bacharelesca brasileira, a ênfase distorcida na redução do Direito ao texto positivado demanda uma reflexão sobre as práticas educacionais do ensino jurídico, pois como assevera o autor mencionado:

Já passou da hora de reformular o ensino jurídico. (...) A ‘era dos direitos’ não pode ser confundida com a ‘era das leis’. O Direito é um fenômeno muito mais abrangente que a literalidade

E assim conclui o artigo:

A intensificação dos litígios somente evidencia o mau uso da ciência jurídica. Sobram leis num Brasil onde a injustiça é flagrante.

No contexto abordado pelo autor, há que se inserir a responsabilidade do professor de direito como agente e repetidor dessas distorções pedagógicas, filosóficas e científicas, que contribuem para dificultar a prática de um ensino jurídico de qualidade e uma docência competente, necessárias à sua reformulação que, como visto, já se faz tarde.

Pretende-se, então, neste trabalho, trazer algumas contribuições para a reflexão sobre a didática e a pedagogia do professor de direito, sua capacitação para atuar no processo educacional atual, que demanda novas habilidades e competências, além de uma reavaliação metodológica do ensino jurídico.

O que é proposto é qualificar o docente do direito como agente e sujeito de um processo educacional, de construção coletiva de saberes, e não um simples repetidor de causas assentadas e de ideias e conceitos preestabelecidos, que não permitem espaço para o questionamento, para a discussão e para a reflexão crítica do fenômeno jurídico.

Para tanto, faz-se necessária uma breve abordagem da educação e do ensino e da experiência docente na construção de valores, visões de mundo, concepções de direito em conjunto com o aluno.

Mais: a dialética pedagógica pretendida ressalta a importância do uso de técnicas e estratégias que podem ocupar o espaço da vetusta e tradicional aula expositiva ou da repetição de seminários, fichamentos, resumos e exercícios torturantes de memorização de conceitos e de textos normativos, completamente desarticulados e despregados do mundo real.

Neste ponto, a partir da reflexão de que o direito é um discurso constituidor de realidades, como texto e linguagem que é, busca-se na linguagem especial do cinema, uma contribuição ímpar para a apreensão e compreensão dos fenômenos jurídicos, que são, inegavelmente, também produtos de cultura humana.

O cinema – expressão cultural e de linguagem – pode ser inserido em sala de aula para estabelecer novas relações de construção do conhecimento, justamente por expressar-se predominantemente pela imagem, pelo afeto, ao traduzir expressões e visões de mundo pelo texto imagético.

Pode-se, então, pela articulação entre o direito, o cinema e a educação, traçar algumas breves considerações sobre as possibilidades do uso do cinema (e dos filmes) para o ensino do direito, e contribuir para uma docência jurídica de qualidade.

Direito: linguagem constitutiva de realidades

Para um ensino jurídico de qualidade, faz-se necessária uma conceituação de Direito que ultrapasse a visão limitada e reducionista de que “direito é lei”, simplesmente como norma positivada. Assim, pode-se partir de uma concepção de direito como fenômeno cultural e histórico que se expressa por meio de uma linguagem.

O direito é, pois, uma das expressões da cultura humana que dispõe de linguagem própria e especial. O direito não descreve coisas, nem objetos físicos e materiais que possam ser empiricamente observados.

Como linguagem – experiência humana por excelência – é produto de embates, de ideias, de concepções e valores do grupo social em que se situa. E somente a partir deles é que é elaborado o discurso jurídico.

Neste sentido, afirma José Reinaldo de Lima Lopes:

O discurso jurídico que incorpora a definição do direito é constitutivo da realidade. Casamento, contrato ou república não são objetos materiais: são sentidos intersubjetivamente aceitos (neste aspecto, objetivos) de ações reais. (...) A constituição do direito não é a descoberta de alguma coisa já feita: é a invenção de uma realidade social, cuja existência dá-se apenas na esfera das interações e ações humanas. (Lopes, 2004, p. 29-30)

Não é outra a lição de Gregório Robles:

Mediante o texto jurídico, o grupo humano (...) se constitui e se revela, comunicando-se com os membros para exigir-lhes organização e condutas. (...) O texto jurídico é um texto prescritivo (...) cujo sentido intrínseco é dirigir, orientar ou regular as ações humanas. Além disso, o próprio texto *cria* as ações que podem ser qualificadas como jurídicas(...). Por estranho que possa parecer, o homicídio como ação jurídica só existe depois que o texto jurídico prescreve o que é que se deve entender por homicídio. A ação física de matar alguém existe independentemente do texto, mas a ação jurídica definida como homicídio só é possível em razão da preexistência do texto jurídico. (Robles, 2005, p.28-29)

A partir desta concepção, a simples ensinância da lei como realidade única do direito, ou a mais especial, não dá conta da complexidade e amplitude do fenômeno jurídico como constituidor de uma realidade social. O ensino jurídico precisa adotar uma visão e adotar uma prática que permita vislumbrar sua dimensão comunicacional e de linguagem especial.

O texto, como expressão humana, contém e produz valores de “cultura” que, por abarcar os sentimentos, pensamentos e desejos do homem, corresponde ao que Miguel Reale conceitua como sendo “a unidade sintética de todos os objetos do conhecimento e das criações da espécie humana” (Reale, 2000, p.17).

Competência para ensinar direito

Para ensinar o direito, o docente deve atentar para esta concepção dinâmica do fenômeno jurídico. Dinâmica, sim, porque não pode estar amarrada a um momento passado, posto que os valores e os desejos humanos alteram-se no tempo e lugar: há novas realidades a serem constituídas para novas necessidades sociais, motivadas por novos pensamentos, novas concepções de mundo e de homem.

Como bem lembra Norberto Bobbio, “os direitos do homem (...) são direitos históricos (...) nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas” (Bobbio, 2004, p.5).

O direito não é sagrado. Pode ser questionado e refletido criticamente e ensinado a partir desta perspectiva. Para tanto, há que se exigir competência do professor de direito.

Por competência, adota-se aqui a conceituação de Terezinha de Azerêdo Rios, que a entende como um “conjunto de saberes e fazeres de boa qualidade” (Rios, 2010, p.87) e para quem:

A competência (...) guarda um sentido de saber fazer bem o dever. Na verdade, ela se refere sempre a um fazer, que requer um conjunto de saberes e implica num posicionamento diante daquilo que se apresenta como desejável e necessário. É importante considerar-se o saber, o fazer e o dever como elementos historicamente situados, constituídos pelos sujeitos em sua práxis. (Rios, 2010, p.88).

Saber ensinar é mais do que reproduzir simplesmente lições passadas e conhecimentos cristalizados. Para ensinar, o professor de direito não pode limitar-se a ser um bom profissional em sua área de atuação jurídica (como juiz, advogado, promotor), e que *também* dá aulas. Carece fazer-se professor de qualidade, que está sempre em processo, sempre se construindo e se reconstruindo cultural e historicamente.

O ensino do direito, no sentido já visto de expressão cultural humana e fenômeno de linguagem, demanda um professor crítico em suas práticas, com o domínio de conteúdos sim, mas atento às transformações sociais que impactam a realidade normativa e que devem transformar as constituições desta realidade.

O professor, neste contexto, não se limita a *transmitir* conceitos ou dogmas, mas é *sujeito* deste processo educacional. Constrói imagens de valores e de concepções de mundo em conjunto com seus alunos.

Nem professor nem aluno podem ter assim uma posição passiva no processo: ambos são sujeitos e agentes, constroem-se mutuamente por meio da linguagem comunicacional do texto.

Este processo caracteriza-se por disposições críticas e reflexivas de seus partícipes e, em especial, do professor que:

(...) utiliza todos os recursos de que dispõe – recursos que estão presentes ou que se constroem nele mesmo e no entorno – e o faz de maneira crítica, consciente e comprometida com as necessidades concretas do contexto social em que vive e desenvolve seu ofício. (Rios, 2010, p.107)

Educar: processo coletivo de socialização

O processo educativo desenvolve a construção conjunta de saberes, que supera a mera transmissão de informações. Na realidade, construir saberes é organizar as informações e sobre elas refletir criticamente.

O conhecimento e o saber originam-se, então, de dinâmicas constantes que atuam simultaneamente entre professor e aluno: é uma experiência coletiva de socialização.

Ensinar é uma das formas de educar, pelo menos na sua vertente formal e situada especialmente no espaço escolar, e também um processo de socialização porque nele o aluno não só interioriza regras e valores do grupo em que está inserido, mas ultrapassa esta dimensão para ter uma participação ativa e em permanente construção “em que os protagonistas são agentes e produtos da interação social – os indivíduos se socializam produzindo o social”, no dizer de Rosália Duarte (Duarte, 2002, p.15-17).

É pela educação que são transmitidas e assimiladas as concepções culturais de direito, de justiça, de ética, de moral, que servirão de referência para atuação social do aluno e do professor.

O cinema ensina

A partir da concepção de que ensinar – uma das formas de educar – é criar, fixar, mostrar valores, modos de vida e visões de mundo, que pode receber contribuições da literatura, do teatro, da música, enfim de todas as artes, pode-se aqui incluir a inegável possibilidade de participação do cinema no processo educativo.

A atividade educacional, no seu espaço mais tradicional – a sala de aula –, é por excelência um ambiente de discurso e, pois, de linguagem, de texto promovido pelo professor diante de um auditório cativo de alunos.

Similarmente, o cinema opera num espaço onde se diz algo, embora por imagens, sons, luzes, música e silêncios. A conjugação dessas técnicas tem um efeito arrebatador no espectador, talvez com maior intensidade do que uma aula comum.

A diferença é produzida pelo efeito imagético do cinema: o envolvimento sensível do espectador, a captura do seu inconsciente, de seus sentimentos e emoções, mais eficiente e rápido do que o discurso meramente verbal.

Neste processo individual e ao mesmo tempo coletivo as concepções da vida social, os valores culturais são também transmitidos e recepcionados pelo espectador sem intermediação imediata da razão:

Parece ser desse modo que determinadas experiências culturais, associadas a uma certa maneira de ver filmes, acabam interagindo na produção de saberes, identidades, crenças e visões de mundo de um grande contingente de atores sociais. Esse é o maior

interesse que o cinema **tem** para o campo educacional- sua natureza eminentemente pedagógica. (Duarte, 2002,p.19).

A linguagem cinematográfica é complexa. Utiliza técnicas para provocar emoções no espectador. Esta característica afetiva do cinema, que envolve o auditório, suspende momentaneamente as noções de tempo e lugar, de tal forma para atuar num campo privilegiado sem intermediação da razão. O cinema impacta emocionalmente para produzir o que Júlio Cabrera denomina de “conceito-imagem”:

Os conceitos-imagens do cinema, por meio desta experiência instauradora e plena, procuram produzir em alguém (um alguém sempre muito indefinido) um impacto emocional que, ao mesmo tempo, diga algo a respeito do mundo, do ser humano, da natureza etc. e que tenha um valor cognitivo através de seu componente emocional. (Cabrera, 2006, p. 22).

Nesta linha de reflexão, o autor aponta para o efeito que tal abordagem produz no espectador, qualificando-o de “logopático”, ou seja uma apreensão lógica, racional, e pática, emotiva, ao mesmo tempo. O emocional, para o autor, não exclui o racional:

(...) certas dimensões fundamentais da realidade (ou talvez toda ela) não podem simplesmente ser ditas ou articuladas logicamente para que sejam plenamente entendidas, mas devem ser apresentadas sensivelmente por meio de uma compreensão ‘logopática’, racional e afetiva ao mesmo tempo. (Cabrera, 2006, p.20).

O processo de conhecer o mundo – objetivo primeiro do atuar pedagógico – pode se valer do cinema nesta perspectiva sincrética entre emoção e razão. Há saberes “indizíveis” que são desenvolvidos pelo afeto, pelos sentidos, para, somente depois, serem apreendidos pela razão:

A racionalidade logopática do cinema muda a estrutura habitualmente aceita do saber, enquanto definida apenas lógica ou intelectualmente. Saber algo, do ponto de vista logopático, não consiste somente em ter ‘informações’, mas também em estar aberto a certo tipo de experiência: em ‘deixar-se afetar’ por uma coisa de dentro dela mesma, em uma experiência vivida. (Cabrera, 2006, p.21)

Ressalta, pois, a riqueza e potencialidade da utilização do cinema no processo educacional: uma aprendizagem sensível e certamente muito rica, que enseja a análise crítica do mundo, da realidade social, dos valores humanos da vida, enfim de todos os valores da educação.

Direito e educação pelo cinema

É neste ambiente de construção coletiva de valores caracterizador do processo educacional que se insere o cinema e como contribuidor para a qualidade do ensino jurídico.

Se o professor de direito se quer competente para que o ensino ultrapasse a repetição dogmática de concepções de lei que reduzem e limitam o estudo do fenômeno jurídico, não pode desprezar a rica contribuição que o cinema pode prestar à educação jurídica.

Tal como o direito, o cinema expressa-se por meio de uma linguagem especial que também constitui uma realidade no espectador, e o faz apresentando valores e concepções de (e para o) grupo social. Filmes também geram conceitos, no dizer de Júlio Cabrera:

(...) na medida em que a mediação impactante da sensibilidade – afeto – conduz à formação de uma estrutura captadora – descritiva – organizadora do mundo com *pretensão* (em geral frustrada!) de verdade e universalidade (Cabrera, 2007, p.17).

Neste processo de educação, tanto o direito quanto o cinema traduzem-se como constituidores de realidades, mediados por uma linguagem especial e de comunicação. Assim como o direito qualifica uma ação predicando-a como juridicamente relevante, no entender de Gregório Robles (2005), o cinema constitui realidades mediadas pela linguagem afetiva, emotiva e que impacta a razão.

Segundo Júlio Cabrera:

O cinema tem um mecanismo predicativo próprio, vinculado com suas particulares possibilidades expressivas. Ele é uma linguagem porque se cerca de algo. (Cabrera, 2007, p.22).

A linguagem constitutiva do direito e do cinema podem atuar juntas no processo educacional de modo a qualificar o ensino jurídico e a atuação de um professor mais competente. A aula de direito poderá ser rica, boa e bela.

Conclusão

Educar – e o ensino jurídico é espécie de educação – é construir imagens de valores, visões de mundo, representações, em um processo coletivo que demanda participação conjunta – cúmplice – de professores e alunos.

O cinema, não apenas filmes, nem muito menos apenas filmes de julgamentos, pode dizer muito ao direito e do direito, na medida em que provocar reflexões sobre as concepções jurídicas das realidades sociais.

No cinema, não só pelo que é visto, mas também pelo que não é visto, a imagem é criada no (e pelo) espectador, imagem construída com emoção, com afeto, pelos sentidos.

A aula de direito, mediada por um professor competente, que domine os conteúdos da disciplina, e que faça uso do cinema como fonte de expressões de visões de mundo e de homem, num processo de construção coletiva com o aluno, pode adquirir uma qualificação especial, uma eficácia maior.

Com o cinema, o ensino jurídico poderá libertar-se de suas amarras livrescas e dogmáticas, para lançar-se num espaço saudável de questionamentos, de perguntas e de imagens. Com o cinema, a aula de direito será de construir imagens.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CABRERA, Júlio. *O cinema pensa: uma introdução à filosofia através dos filmes*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

_____. *De Hitchcock a Greenaway pela história da filosofia: novas reflexões sobre cinema e filosofia*. São Paulo: Nankin, 2007.

DUARTE, Rosália. *Cinema & Educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NALINI, José Renato. *Muito direito, pouca justiça*. In: O Estado de São Paulo, 3.9.2014. p. A-2.

LOPES, José Reinaldo de Lima. *As palavras e a lei: direito, ordem e justiça na história do pensamento jurídico moderno*. (Coleção Direito GV): São Paulo: Editora 34/Edesp. 2004.

REALE, Miguel. *Cinco temas do culturalismo*. São Paulo: Saraiva, 2000.

RIOS, Terezinha Azerêdo. *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ROBLES, Gregório. *O direito como texto: quatro estudos de teoria comunicacional do direito*. Barueri, São Paulo: Manole, 2005.